UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS

KIUPSSY FRANCELIN CHARMEL PÉREZ

**Análise do impacto das políticas de intervenção no setor do agronegócio sobre a cadeia
de carne bovina na Venezuela**

PIRASSUNUNGA

2016

KIUPSSY FRANCELIN CHARMEL PÉREZ

**Análise do impacto das políticas de intervenção no setor do agronegócio sobre a cadeia
de carne bovina na Venezuela**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada à Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Inovação na Indústria Animal.

Área de Concentração: Gestão e Inovação na Indústria Animal.

Orientador: Prof. Dr. Celso da Costa Carrer.

PIRASSUNUNGA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da
Universidade de São Paulo

C482a Charmel, Kiupssy
Análise do impacto das políticas de intervenção no
setor do agronegócio sobre a cadeia de carne bovina na
Venezuela / Kiupssy Charmel. -- Pirassununga, 2016.
189 f.
Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Zootecnia e
Engenharia de Alimentos - Universidade de São Paulo.
Departamento de Engenharia de Biossistemas.
Área de Concentração: Gestão e Inovação na Indústria
Animal.

Orientador: Prof. Dr. Celso da Costa Carrer.

1. Agronegócio 2. Carne bovina 3. Competitividade de
cadeias produtivas 4. Políticas agrícolas. I. Título.

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – o autor”

CHARMEL, K. Análise do impacto das políticas de intervenção no setor do agronegócio sobre a cadeia de carne bovina na Venezuela. 2016. 189 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedicado a mi Madre que siempre ha apoyado mi amor por la ganadería y a todas aquellas personas que trabajan con pasión verdadera en el impulso de esta actividad en Venezuela.

AGRADECIMENTOS

Principalmente a Deus, que guia cada um dos meus passos e me ajuda a traçar e construir meu caminho.

À Universidade de São Paulo através do financiamento do Programa PAEC-OEA da Organização de Estados Americanos (OEA) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras pela bolsa de estudos outorgada que me permitiram realizar meus estudos de mestrado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Celso da Costa Carrer, pela sua direção e valiosas contribuições na realização deste trabalho e pelo seu apoio durante a minha estadia no Brasil.

Ao Dr. Jorge Ordóñez Vela, pelo seu apoio durante a minha carreira profissional e pelos seus valiosos aportes e recomendações para o enriquecimento deste trabalho.

Aos professores Dr. Cesar Gonçalves de Lima e Marcelo Machado De Luca de Oliveira Ribeiro, pelas suas valiosas revisões a este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Inovação na Indústria Animal, pelos ensinamentos, apoio e colaboração.

Ao Eng. Otto Gómez Pernia do Conselho Venezuelano da Carne (CONVECAR) pela sua disposição para a resolução de dúvidas e pelas informações de seu livro *“Nuestra Carne: Origen, cualidades y culinaria de la carne bovina venezolana”* que serviu de fundamento teórico e referencial para a descrição da cadeia de carne bovina venezuelana e a evolução histórica do setor.

A minha querida família: minha querida mãe, minhas queridas irmãs e meus queridos sobrinhos e sobrinhas que sempre tem uma palavra de apoio na construção dos meus sonhos.

Aos meus amigos de hoje e de sempre, aqueles quem com amizade sincera, incondicionalmente estão para mim.

Quero dar um agradecimento especial ao Brasil e exclusivo a cidade de Pirassununga no estado de São Paulo, por me receber durante estes dois anos.

La agricultura y la cría son hoy y serán mañana las bases principales de la prosperidad y grandeza del país". "La agricultura y la cría son mucho, mucho más importantes que otras actividades postizas y anti-económicas a las cuales dedicamos mayor atención"

Alberto Adriani, 1936

RESUMO

CHARMEL, K. **Análise do impacto das políticas de intervenção no setor do agronegócio sobre a cadeia de carne bovina na Venezuela.** 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2016.

O objetivo deste trabalho foi analisar o desempenho da cadeia de carne bovina na Venezuela sob o efeito de políticas de intervenção estatal principalmente nas últimas décadas. Para tanto, foi empregada a abordagem teórica do enfoque sistêmico em conjunto com metodologia que se apoiou em um modelo econométrico para explicar o efeito de variáveis tecnológicas e macroeconômicas no agronegócio *vis a vis* a resultante da produção doméstica de carne bovina nas últimas décadas. Os resultados mostram que, no marco de mudanças institucionais estabelecidas desde a década de 1980 e especialmente as intervenções governamentais vigentes a partir do ano de 2003, a cadeia de carne bovina da Venezuela apresenta um desempenho negocial preocupante e não sustentável. Na última década, a Venezuela decresceu seu inventário bovino a uma taxa média anual de 2,56% entre 2003 e 2014. O número de cabeças/habitante diminuiu a uma taxa anual de 1,30% entre 1960 e 2014, ficando em 0,38 cabeças/habitante. O número de cabeças abatidas sobre o total do rebanho (taxa de desfrute geral do rebanho) foi de 10,82% para o ano de 2014, inferior à média de países vizinhos como Colômbia e Brasil que ficaram em 20,85% e 19,42% respectivamente. A produção doméstica de carne bovina decresceu a uma taxa anual de 2,22% entre 1997 e 2014 (mesmo considerando o abate de bovinos importados). A quantidade de carne oriunda de animais importados cresceu até alcançar um máximo de 58,51% do abate nacional, em 2013. Isto significou um decréscimo real da produção endógena de 71,55% entre os anos de 1997 e 2013. Neste contexto, a produção nacional *percapita* diminuiu de 18,31 kg/habitante (em 1997) para um mínimo de 3,97 kg/habitante (em 2013). Para o atendimento da demanda doméstica passou-se a contar, crescentemente, com importações de carne *in natura* que cresceram em volume inicial de 0,59 mil toneladas (t) de equivalente carcaça (em 1997) para um máximo de 307,57 mil t em 2008. A taxa de penetração das importações de carne bovina equivalente (carne e bovinos em pé) resultou em 79,54% do atendimento da demanda doméstica em 2013 (cerca de 15,45 kg/habitante/ano). Neste contexto, as intervenções mais relevantes têm sido a Lei de Terras que propiciou um ambiente de insegurança jurídica; os controles de preços e a política cambial que criaram distorções no mercado; e, a crescente influência nas redes de distribuição de alimentos, com forte dependência do comércio exterior, alavancado com os incrementos no preço internacional do petróleo entre 2003 e 2014. Tudo isto tem resultado em um cenário de desmonte da produção interna da carne bovina, que pode ser visualizado em episódios crescentes de escassez deste produto no mercado interno. Ao final, são sugeridas algumas práticas de políticas pública e setoriais para a reversão desse quadro insustentável para esta importante cadeia de negócios da Venezuela.

Palavras chaves: *agronegócio, carne bovina, competitividade de cadeias produtivas, políticas agrícolas.*

ABSTRACT

CHARMEL, K. **Analysis of impact by government policy in the agribusiness on the beef agrichain in Venezuela.** 2016. 189 f. M.Sc. Dissertation – Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2016.

The objective of this study was to analyze the performance of the beef agrichain in Venezuela on the effect of policies of state intervention mainly in the last decades. For this was used the system approach methodology to describe the policies framework and an econometric model seeking to explain the effect of technologies and macroeconomics variables in the agribusiness on the beef domestic production. The results show that in the framework of institutional changes introduced in Venezuela since the 1980s and specially the government interventions effective from 2003, the beef agrichain in this country show a worry and not sustainable business performance. In the last decade, Venezuela decreased their cattle stock at an average annual rate of 2.56% between 2003 and 2014. The number of bovine head per capita decrease at an average annual of 1.30% between 1960 and 2014 to reach 0.38 bovine head per capita. The rate of slaughter was 10.82% in 2014, lower than Colombia that was 20.85% and Brazil in 19.42%. Domestic beef production decreased at an annual rate of 2.22% between 1997 and 2014 (even considering the slaughter of imports animals). The amount of meat from slaughter of imports animals grew to a maximum of 58.51% of total slaughter in 2013. This represented and real decline of the national production of 71.55% between 1997 and 2013. In this context, the capita national production decreased of 18.31 kg/capita in 1997 to minimum 3.97 kg/capita in 2013. To supply the domestic demand was increase of meat imports that increase of 0,59 carcass weight equivalent thousand tons (1000 MT CWE) in 1997 for a maximum of 307,57 1000 MT CWE in 2008. The bovine meat equivalent import penetration rate (meat and live animals) was of 79.54% of total domestic demand in 2013 (about 15.45 kg/capita/year). In this context, the most important interventions have been the Land Law, that cause a juridical insecurity environment; price control and the exchange policy that created distortions in the markets; and, the growing state participation in the food distribution, with a strong external market dependency, promote by increase in international oil price between 2003 and 2014. All this conjugated in a non-competitive situation of beef domestic production that can observed in increasing shortage episodes of this product in the domestic market. For this reason, are suggested some practices of public and sectorial policies to reverse this unsustainable situation in this important business agrichain in Venezuela.

Keywords: *agribusiness, bovine meat, agrichain competitiveness, agricultural policies.*

RESUMEN

CHARMEL, K. **Análisis del impacto de las políticas de intervención en el sector de agronegocios sobre la cadena de carne bovina en Venezuela.** 2016. 189 f. Disertación (Maestría) – Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2016.

El objetivo de este trabajo fue analizar el desempeño de la cadena de carne bovina en Venezuela sobre el efecto de políticas de intervención estatal principalmente en las últimas décadas. Como tal, fue empleada a metodología del enfoque sistémico para describir el marco de las políticas y un modelo econométrico buscando explicar el efecto de variables tecnológicas y macroeconómicas en el agronegócio sobre la producción doméstica de carne bovina en las últimas décadas. Los resultados evidencian que, en el marco de cambios institucionales establecidos en Venezuela desde la década de 1980 y especialmente las intervenciones gubernamentales vigentes a partir del año 2003, la cadena de carne bovina en este país presenta un desempeño de negocios preocupante y no sostenible. En la última década, Venezuela disminuyó su inventario bovino a una tasa media anual de 2,56 % entre 2003 y 2014. El número de cabezas de bovinos/ habitante disminuyó a una tasa anual de 1,30% entre 1960 y 2014 hasta alcanzar 0,38 cabezas/habitante. El número de cabezas beneficiadas sobre el total del rebaño (tasa de extracción) fue de 10,82% para 2014, inferior a la tasa de países vecinos como Colombia y Brasil que fue de 20,85% y 19,42% respectivamente. La producción doméstica de carne bovina disminuyó a una tasa anual de 2,22% entre 1997 y 2014 (aun considerando el beneficio de bovinos importados). La cantidad de carne proveniente del beneficio de animales importados creció hasta alcanzar un máximo de 58,51% del beneficio nacional, en 2013. Esto significó una disminución real de la producción endógena de 71,55% entre los años de 1997 y 2013. En este contexto, la producción endógena *percapita* disminuyó de 18,31 kg/habitante (en 1997) para un mínimo de 3,97 kg/habitante (en 2013). Para cumplir con la demanda doméstica se pasó a depender, crecientemente de las importaciones de carne *in natura* que crecieron de 0,59 mil toneladas (t) de equivalente carcasa (em 1997) para un máximo observado de 307,57 mil t en 2008. La tasa de penetración de las importaciones de carne bovina equivalente (carne y bovinos en pie) fue de 79,54% del total de la demanda doméstica en 2013 (cerca de 15,45 kg/habitante/año). En este contexto, las intervenciones más relevantes han sido la Ley de Tierras que propició un ambiente de inseguridad jurídica; los controles de precios y la política cambiaria que crearon distorsiones en el mercado; y, la creciente influencia en las redes de distribución de alimentos, con fuerte dependencia del comercio exterior, impulsado con los incrementos en el precio internacional del petróleo entre 2003 y 2014. Todo esto ha resultado en un escenario de desmantelamiento de la producción interna de carne bovina que puede ser visualizado en episodios crecientes de escasez de este producto en el mercado interno. Al final, son sugeridas algunas prácticas de políticas públicas y sectoriales para revertir ese cuadro insostenible en esta importante cadena de negocios de Venezuela.

Palabras claves: *agronegocio, carne bovina, competitividad de cadenas productivas, políticas agrícolas.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Impacto de um congelamento de preço abaixo do preço de equilíbrio.....	32
Figura 2. Efeito da importação para uma política de congelamento de preços.....	34
Figura 3. Efeito do racionamento sobre a quantidade demandada.	35
Figura 4. O tabelamento de preço e o pagamento do ágio.	36
Figura 5. O tabelamento de preço e o mercado negro.....	37
Figura 6. Regimes cambiais.	50
Figura 7. Cadeia da carne bovina na Venezuela.....	100
Figura 8. Cortes comerciais de bovinos na Venezuela.....	112
Figura 9. Mapa do status oficial de febre aftosa dos países membros da OIE, atualizado para maio de 2015.	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Indicadores sociais na Venezuela no período de 1998 a 2013.	74
Gráfico 2. Evolução dos preços internacionais do petróleo (em US\$/barril) – Cotações Cesta Petroléira Venezuelana (CPV) <i>West Texas Intermediate</i> (WTI) e BRENT no período de 1997 a 2015.	75
Gráfico 3. Exportações petrolíferas (em milhões de dólares) da Venezuela no período de 2002 a 2014.	76
Gráfico 4. Comportamento do consumo mundial de carnes (bovina, suína, frango) no período de 1961 a 2011.....	79
Gráfico 5. Consumo de carne bovina (em kg/habitante/ano) em regiões selecionadas no período de 1991 a 2011.....	81
Gráfico 6. Crescimento médio (%) do consumo de carne bovina em países selecionados para o período entre 2000 a 2014.	83
Gráfico 7. Rebanho bovino em países selecionados (em milhões de cabeças) no período de 1993 a 2013.	83
Gráfico 8. Produção de carne bovina mundial em países selecionados (% do total mundial produzido) no período de 1960 a 2014.....	85
Gráfico 9. Países importadores de carne bovina para o ano de 2014.	86
Gráfico 10. Crescimento médio (em %) das compras internacionais de carne bovina no período de 2009 a 2014.....	87
Gráfico 11. Exportações de carne bovina em países selecionados (em mil toneladas de equivalente carcaça) no período de 2000 a 2014.....	88
Gráfico 12. Preços internacionais da carne bovina (em US\$ nominais/kg) no período de 1994 a 2014.	90
Gráfico 13. Crescimento da população, efetivo de rebanho bovino e produção de carne bovina na Venezuela no período de 1960 a 2014.....	122
Gráfico 14. Evolução do rebanho bovino (em milhares de cabeças) e dispersão das cabeças/habitante na Venezuela no período de 1960 a 2014.....	123
Gráfico 15. Número de cabeças bovina abatidas e dispersão da taxa de desfrute na Venezuela no período de 1960 a 2014.	124
Gráfico 16. Produção de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) e dispersão de kg produzidos/habitante na Venezuela no período de 1960 a 2014.	126
Gráfico 17. Taxa de lotação animal (em U.A/ha) por regiões na Venezuela no período de 1997 a 2007.	130
Gráfico 18. Dispersão das importações de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) na Venezuela no período de 1960 a 2014.	136
Gráfico 19. Dispersão das importações de bovinos em pé (em milhares de cabeças) na Venezuela no período de 1960 a 2014.....	137

Gráfico 20. Volume das importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014.....	141
Gráfico 21. Importações venezuelanas de carne bovina (em US\$ mil) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 2004 a 2014.	141
Gráfico 22. Importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) fresca ou refrigerada e congelada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014.....	149
Gráfico 23. Evolução do preço da tonelada de carne bovina congelada desossada (em US\$/tonelada) exportada pelo Uruguai para Venezuela, China e Rússia no período de 2004 a 2014.	153
Gráfico 24. Evolução do preço da tonelada de carne bovina congelada desossada (em US\$/tonelada) exportada pelo Brasil para Venezuela, Rússia e Hong Kong no período de 2004 a 2014.	154
Gráfico 25. Dispersão da produção nacional de carne bovina venezuelana (em kg/habitante/ano) versus importações totais (em kg/habitante/ano) no período de 1997 a 2014.	156
Gráfico 26. Penetração das importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas equivalente carcaça de bovinos em pé e carne in natura) no período de 1997 a 2014.	157
Gráfico 27. Consumo doméstico (em mil toneladas) de carnes (bovina, de frango, e suína) na Venezuela no período de 1960 a 2014.....	159
Gráfico 28. Consumo percapita diário aparente de carne bovina (em g) por estratos sociais na Venezuela no período de 2003 a 2013.....	160
Gráfico 29. Evolução dos preços de bovinos em pé (em Bs./kg) (machos e fêmeas classificados como excelente “A” em carcaça) na Venezuela no período de 1998 a 2011.	163
Gráfico 30. Comparação dos preços de bovinos em pé (em Bs./kg) (machos e fêmeas classificados como excelente “A” em carcaça) com valor de mercado vs. valor regulado na Venezuela no período de 1998 a 2011.....	164
Gráfico 31. Preço do boi gordo a preço regulado na Venezuela (em US\$/kg) comparado a países da região no período de 2007 a 2014.....	165
Gráfico 32. Preço do boi gordo a preço regulado na Venezuela (em US\$/kg) comparado a países da região no período de Janeiro a Outubro de 2015.	165
Gráfico 33. Linha de ajuste entre o preço internacional do petróleo (em US\$), referência CPV, e o volume de carne bovina equivalente importada (em mil toneladas de equivalente carcaça) pela Venezuela no período de 1998 a 2014.....	173
Gráfico 34. Produção de carne bovina (em kg/habitante) vs. D.A.B.T de carne bovina (em kg/habitante) na Venezuela no período de 1997 a 2014.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Incidência de um imposto sobre a produção.....	39
Tabela 2. Indicadores econômicos na Venezuela no período de 1999 a 2003.	69
Tabela 3. Indicadores econômicos na Venezuela, no período de 2004 a 2008.	77
Tabela 4. Indicadores econômicos da Venezuela no período de 2009 a 2014.	77
Tabela 5. Maiores consumidores de carne bovina no mundo para o ano de 2014.....	80
Tabela 6. Consumo de carne bovina (em kg/habitante/ano) em países selecionados.	81
Tabela 7. Consumo de carne bovina em países selecionados para o ano de 2014.	82
Tabela 8. Produção de carne bovina mundial em países selecionados (em milhões de toneladas de equivalente carcaça) no período de 1960 a 2014.....	84
Tabela 9. Valor da produção do agronegócio (em milhões de Bolívars de 1997) na Venezuela no período de 2000 a 2014.	99
Tabela 10. Etapas entre a gestação da fêmea e a venda do boi gordo na Venezuela.	102
Tabela 11. Capacidade de abate (em número de carcaças) nos estados da Venezuela para o ano de 2008.	105
Tabela 12. Categorias de bovinos utilizadas para classificação de carcaças na Venezuela. .	110
Tabela 13. Participação da Venezuela no rebanho bovino (em milhares de cabeças) e na produção de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) na América do Sul....	121
Tabela 14. Censos agropecuários na Venezuela no período entre 1961 a 2007.....	128
Tabela 15. Distribuição relativa do rebanho bovino (em nº de cabeças) por regiões na Venezuela no período de 1997 a 2007.....	128
Tabela 16. Superfície de pastagens (ha) por regiões na Venezuela no período de 1997 a 2007.	129
Tabela 17. Superfície de pastagens naturais e cultivadas (ha) por regiões na Venezuela para o ano de 2007.....	131
Tabela 18. Exportações de carne bovina (em toneladas de equivalente carcaça) na Venezuela entre os anos de 1974 a 1990.....	135
Tabela 19. Exportações de bovinos em pé (em nº de cabeças) na Venezuela, entre os anos de 1985 a 2002.	135
Tabela 20. Importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014.	140
Tabela 21. Importações venezuelanas de animais bovinos domésticos (em cabeças e em US\$/cab) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014.	142
Tabela 22. Preferências tarifárias para as importações de carne bovina da Venezuela com origem no Uruguai.....	146

Tabela 23. Preferências tarifárias para às importações de animais bovinos vivos e carne bovina da Venezuela com origem na Colômbia.....	147
Tabela 24. Importações venezuelanas de carne bovina congelada (em mil tonelada) em carcaça ou meia carcaça, com osso e desossada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014.	151
Tabela 25. Importações venezuelanas de carne bovina fresca ou refrigerada (em mil tonelada) em carcaça ou meia carcaça, com osso e desossada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014.	151
Tabela 26. Subsídios implícitos nas taxas de câmbio múltiplo da Venezuela entre os anos de 2003 a 2015.	152
Tabela 27. Disponibilidade Aparente Bruta Total (D.A.B.T) de carne bovina na Venezuela no período de 1997 a 2014.	155
Tabela 28. Consumo diário aparente (em g/percapita/dia) de carne bovina e proteínas de origem animal substitutas na Venezuela no período de 2003 a 2014.	158
Tabela 29. Preços regulados – preços correntes (em Bs. /kg e US\$/kg a taxa oficial) da carne bovina na Venezuela no período de 2007 a 2015.....	162
Tabela 30. Diferenças (em %) entre os preços regulados e os preços de mercado dos cortes de carne bovina na Venezuela no período de 2007 a 2015.	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Preferências tarifárias deduzidas para as importações de carne bovina da Venezuela com origem na Argentina e no Brasil para o período entre 2013 a 2018.	144
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ASOCEBÚ	Associação Venezuelana de Criadores de Gado Zebu
ASOFRIGO	Associação de Frigoríficos da Venezuela
BCN	Banco Central de Nicarágua
BCV	Banco Central de Venezuela
CADIVI	Comissão de Administração de Divisas
CAN	Comunidade Andina de Nações
CASA	Corporação de Abastecimento e Serviços Agrícolas
CENCOEX	Centro de Comércio Exterior
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CONEFA	Comissão Nacional de Febre Aftosa
Confagán	Confederação Nacional de Agricultores e Pecuáristas da Venezuela
CONVECAR	Conselho Venezuelano da Carne
CORPO- PDMERCAL	Corporação Produtora, Distribuidora e Mercado de Alimentos S. A
CVAL	Corporação Venezuelana de Alimentos
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEDEAGRO	Confederação de Associações de Produtores Agropecuários
FEDENAGA	Federação Nacional de Pecuáristas da Venezuela
FUNDAPROAL	Fundação Programa de Alimentos Estratégicos
INAC	Instituto Nacional de Carnes
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCAL	Mercado de Alimentos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINPPAL	Ministério do Poder Popular para a Alimentação
MPPPAT	Ministério do Poder Popular para a Agricultura e Terras
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OIE	Organização Internacional de Epizootias
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDVAL	Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PIBPC	Produto Interno Bruto <i>percapita</i>
SICAD	Sistema Cambiário Alternativo de Divisas
SITME	Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira
SUNAGRO	Superintendência Nacional de Gestão Agroalimentar
TLC	Tratado de Livre Comércio
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USDA	United States Department Agriculture
WTI	West Texas Intermediate

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Objetivos	21
1.1.1. Objetivo geral	21
1.1.2. Objetivos específicos	21
1.2. Hipótese	21
1.3. Antecedentes da pesquisa	22
2. REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1. Sistema agroalimentar	23
2.1.1. Conceitos	23
2.1.2. As correntes do conceito de cadeias	25
2.1.3. O enfoque sistêmico	26
2.1.4. Articulações e entorno dos sistemas agroalimentares	27
2.1.5. Especificidades da agricultura e a justificativa da intervenção governamental	28
2.1.6. O marco das políticas em uma dada cadeia agroalimentar	28
2.1.7. O efeito da intervenção do estado nos mercados agrícolas	30
2.1.7.1. Política de preços máximos	32
2.1.7.2. Política de preços mínimos	38
2.1.7.3. Impostos	39
2.1.7.4. Subsídios	40
2.2. Competitividade dos mercados	41
2.2.1. Premissas	41
2.2.2. Definições	42
2.2.3. Competitividade sistêmica	45
2.3. Fundamentos de política comercial	46
2.3.1. Política comercial	46
2.3.2. Protecionismo e liberalismo	46
2.3.3. A taxa de câmbio como instrumento de política econômica	48
2.3.4. Regimes cambiais	48
2.3.5. Esquemas protecionistas	50
2.3.6. Importar o produzir	52
2.4. Evolução da política econômica na venezuela	52
2.4.1. A gênese da industrialização	52
2.4.2. O modelo de substituição das importações	55
2.4.3. Esgotamento do modelo de substituição das importações	57
2.4.4. A vigência dos ajustes heterodoxos	59
2.4.5. O modelo “ortodoxo”	62
2.4.6. A crise financeira, a contrarreforma e o retorno ao modelo ortodoxo	65
2.4.7. Cenário a partir de 1999	67
2.5. Contextualização do mercado da carne bovina no âmbito mundial	78
2.5.1. Importância da carne bovina	78
2.5.2. Consumo mundial de carne bovina	79

2.5.3. Produção mundial de carne bovina	82
2.5.4. Importações e exportações	86
2.5.5. Preços no mercado internacional da carne bovina	89
2.6. A pecuária de corte na venezuela	90
2.6.1. Revisão histórica	90
2.6.2. Virada à modernização	93
2.6.3. A industrialização da carne	96
2.6.4. Contextualização da cadeia de carne bovina na venezuela	99
2.6.4.1. Os atores: as organizações	106
2.6.4.2. O produto	107
3. METODOLOGIA	113
3.1. Coleta da informação	114
3.2. Enfoque sistêmico	115
3.3. Transformação dos dados de comércio exterior	115
3.4. Indicadores de competitividade	116
3.5. Modelo econométrico	117
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	121
4.1. Evolução da produção de carne e o rebanho bovino na venezuela	121
4.1.1. Evolução da atividade pecuária na venezuela	127
4.2. Comportamento do comércio exterior de carne bovina e bovinos em pé na venezuela	134
4.2.1. Importações de carne bovina e bovinos em pé na venezuela	139
4.3. Disponibilidade aparente bruta total (dabt) de carne bovina na venezuela	154
4.4. Comportamento do consumo de carne bovina na venezuela	157
4.5. Comportamento dos preços de bovinos em pé e carne bovina na venezuela	162
4.6. Modelo econométrico	167
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
6. REFERÊNCIAS	180

1. INTRODUÇÃO

A Venezuela possui o quinto rebanho bovino na América do Sul, somando 11,55 milhões de cabeças em 2014. Contudo, representa o sexto produtor de carne bovina, produzindo 270 mil toneladas no mesmo ano, das quais quase 50% são produzidas a partir de animais importados que se somam ao abate. Este país figura entre os dez maiores importadores mundiais de carne bovina, sendo o maior importador da América Latina tanto de carne bovina como de bovinos em pé. Em 2014, as importações de carne bovina estiveram na ordem de US\$ 1.084 milhões, provenientes da Colômbia, Brasil, Argentina, Uruguai e Nicarágua que figuram como os principais parceiros comerciais nesta demanda.

Este país foi em grande medida autossuficiente para suprir o consumo doméstico de carne bovina até a entrada da década de 2000. A partir de 2004, as importações de carne bovina equivalente (carne *in natura* e bovinos em pé) significaram em média 47,49% da disponibilidade até 2014. As importações de carne bovina na Venezuela, provenientes de seus principais fornecedores comerciais, foram incrementadas das 2,12 mil toneladas em 2003, a um máximo observado de 467,75 mil toneladas em 2013, o que implicou um aumento de 22.014% neste tipo de fornecimento. Este aumento nas importações viu-se favorecido pelas mudanças institucionais, introduzidas desde 1999 e intensificadas a partir de 2003, ano em que se amplia a intervenção do Estado em todos os setores da economia, como resposta governamental frente ao chamado “*Paro Petrolero*” de 2002-2003.

Paralelo ao aumento das importações, estruturadas no âmbito das mudanças sociopolíticas intensificadas a partir de 2003, ocorreu, em um período de apenas dez anos, um grave retrocesso da produção da carne bovina nacional. Embora o consumo aparente tenha se mantido na ordem dos 18 kg/habitante/ano, entre 2003 a 2014 a produção de carne bovina nacional passou a atender decrescentemente esta demanda. Descontado o efetivo de bovinos importados que se incorporaram ao total de cabeças abatidas, apenas 26,12% do mercado doméstico no ano de 2014 (representando 4,59 kg/habitante/ano) foi suprido pela produção local.

Embora a Venezuela tenha adotado, para o setor agroalimentar, mudanças institucionais que influenciaram seu desempenho desde a entrada da década de 1980, historicamente, a cadeia da carne bovina na Venezuela sofreu pouca intervenção até a entrada da década de 2000. A partir dessa década, o governo deste país vem realizando intervenções no setor da pecuária de corte através de políticas de preços, de terras, no comércio exterior e na comercialização, determinando, em grande medida, o desempenho recente desta cadeia. No ano de 2003 entrou

em vigor um regime de controle do câmbio e de preços, medidas que afetaram todos os setores, incluindo o setor agroalimentar do qual faz parte a cadeia da carne bovina.

No ano de 2015, deu-se o início às provas piloto do oitavo censo agropecuário da Venezuela, o qual permitirá, entre outras coisas, inferir sobre o desempenho mais recente da atividade pecuária deste país. Não obstante, as cifras do último censo agropecuário (2007-2008) mostraram, efetivamente, o que se pode chamar de retrocesso desta atividade. O número de hectares de pastagens passou de 17,71 milhões em 1997 para 13,79 milhões em 2007, o que representou uma diminuição de 22,14% em dez anos. Ao mesmo tempo, o número de estabelecimentos bovinos diminuiu de 148,37 mil unidades, contabilizadas em 1997, para 127,30 mil em 2007, com consequente redução de 14,20% neste quesito (MAT, 2008; BDA, 2015).

Como muitas economias da região, este país esteve imerso, até entrada a década de 1980, em um modelo de industrialização baseado em substituição das demandas por importações, o qual permitiu, entre outras coisas, certo desenvolvimento e a consolidação da indústria pecuária do país. Não obstante, a dependência das receitas provenientes pela venda do petróleo, do qual o país depende em 98% de suas exportações (com dados do BCV, 2015) como muitas outras economias baseadas neste recurso, faça com que a estratégia para atingir a autossuficiência fique comprometida na prática. Neste cenário, o agronegócio contribui com apenas 1,34% (US\$ 38,71 milhões) do total das exportações não petroleiras, mas representa 22,98% do total das importações (US\$ 7,3 bilhões) venezuelanas, com base em 2014 (com dados do INE, 2015).

Morales (2012, p.128) afirma que a Venezuela mantém uma alta dependência do sistema alimentar internacional, desde o *boom* petroleiro da década de 1970, e que se tornou ainda mais dependente posterior à abertura comercial iniciada em 1989. Sem dúvidas, no caso da indústria pecuária venezuelana, esta dependência aumenta a partir do ano de 2003, momento em que este país deixa de ser autossuficiente na produção de carne bovina.

Neste contexto, cabe ressaltar a definição da FAO (2000), com respeito à autossuficiência alimentar: “satisfazer as necessidades alimentares, no máximo possível, com fornecimento interno e reduzindo ao mínimo a dependência externa”. Para a FAO (2002, p.4) este deve ser o objetivo das políticas nacionais. De sua parte, Chesnais (1981)¹ *apud* Bejarano (1999, p.58), assinala em relação à competitividade que “os países devem ter a capacidade de defender seu próprio mercado doméstico em relação a uma excessiva dependência das importações”.

¹ CHESNAIS, F. The notion of international competitiveness. 1981. París. OECD.

Este trabalho pretende analisar o impacto que as políticas de intervenção estatal, em linhas gerais, proporcionaram sobre o desempenho da cadeia de carne bovina na Venezuela nas últimas décadas. De um lado, a seleção desta cadeia como estudo de caso deveu-se a importância que esta assume dentro do agronegócio deste país, representando a segunda cadeia do agronegócio: 13,07% total e 32,88% da produção animal, com base em dados do ano de 2014, se considerasse o valor da produção (com dados da FEDEAGRO, 2015), além de contribuir com a geração de riqueza, acréscimo ao PIB agrícola e ser uma fonte de empregos diretos em cada uma de suas etapas (ORDÓÑEZ, 2002, p.8) e devido a quantidade de recursos que empregam que não tem outro uso principalmente em termos de terras, o que faz que passe a representar a atividade agrícola mais importante deste país.

Por outro lado, a seleção da temática também se deveu à *expertise pessoal* reunido dentro deste setor para a redação deste trabalho e pela necessidade percebida de se gerar estudos de pesquisa que possam contribuir de forma prática para a melhoria do setor no futuro, contribuindo com informações que possam derivar na formulação de propostas de políticas públicas e estratégias corporativas que evoluam este segmento.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar o impacto das políticas de intervenção estatal que originaram mudanças sobre a cadeia da carne bovina na Venezuela.

1.1.2. Objetivos Específicos

- a) Descrever o ambiente institucional e negocial que envolve a cadeia da carne bovina na Venezuela;
- b) Analisar o desempenho da cadeia da carne bovina na Venezuela sob o efeito das políticas intervencionistas nas últimas décadas.
- c) Realizar sugestões dentro das principais políticas que abrangem e impactam sobre a cadeia de carne bovina na Venezuela.

1.2. Hipótese

A cadeia de carne bovina na Venezuela vê-se afetada por mudanças que intervêm nas determinantes de sua competitividade em diversos elos que a conformam, principalmente, pelo efeito das políticas de intervenção estatal, que resultam diretamente em detrimento da produção nacional desta rubrica.

1.3. Antecedentes da pesquisa

No ano 2002, Ordóñez analisou a cadeia de carne bovina na Venezuela, identificando e descrevendo os atores, as atividades integrantes e o nível de importância dentro do setor da economia e a sociedade, discernindo sobre problemas determinantes que afetaram a competitividade do setor, vislumbrando soluções e apresentando programas de políticas públicas.

Gutiérrez (1995, 1997, 2015) tem estudado amplamente o sistema agroalimentar venezuelano, colocando o impacto que as mudanças macroeconômicas e institucionais têm tido sobre este, identificando o leque de políticas públicas que se vem gestando neste país com especial ênfase desde a década de 1980.

Gutiérrez e Ordóñez (2011) analisaram a evolução do sistema alimentar venezuelano desde 1999, descrevendo e explicando os contextos em que este processo se desenvolveu, além de analisar através de indicadores de desempenho o comportamento geral e de cadeias específicas, entre as quais se incluí a de carne bovina, para finalmente propor recomendações direcionadas aos agentes econômicos encarregados do desenho de políticas públicas.

Carrer (2000) caracterizou a pecuária de corte bovina no Brasil, abordando aspectos que enfocam o desenvolvimento e a modernização desta atividade, baseado em mudanças de natureza macroeconômica e estruturais, encontrando que interações multifatoriais, desde a perspectiva de aspectos históricos, sociais, econômicos e naturais, marcaram a diferenciação de fim de século do setor.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em parceria com outras organizações, tem realizado consultorias referidas a análise da cadeia de carne bovina com ênfase nas atividades e nos atores da cadeia, identificando os mercados de destinos e propondo recomendações a nível da competitividade, na Nicarágua em 2004 e na República Dominicana em 2005.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. SISTEMA AGROALIMENTAR

2.1.1. Conceitos

A questão agroalimentar tem sido abordada amplamente desde a perspectiva do enfoque de sistemas agroalimentares, estudos que iniciam a partir da década de 1950 e que tem tido diversos representantes nas décadas subsequentes, sendo hoje em dia um dos enfoques mais empregados para elucidar sobre a análise desta matéria.

Davis e Goldberg (1957)², professores da Universidade de Harvard, foram os primeiros a usar o termo *agribusiness*, buscando apresentar as mudanças que a agricultura vinha desenvolvendo para a época. Neste sentido definiram *agribusiness* como:

“... o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários *in natura* ou industrializados” (*apud* ARAUJO, 2005).

Graziano da Silva (1991, p.7), chama a atenção para o conceito de *agribusiness*, indicando-o como uma unidade analítica que deixa o progresso técnico fora. Não obstante, Zylberstajn (2000, p.7) indica que “mudanças de tipo tecnológicas sempre representam um papel fundamental nos estudos de Goldberg”. No caso da exposição de Graziano de Silva (1991, p.7) o autor refere-se a que “o progresso técnico é visto apenas como o impulsionador de um ponto de equilíbrio inicial – a agricultura autossuficiente – para outro onde há uma interdependência setorial”.

Já entrada a década de 1960, a Escola Francesa de Organização Industrial, na que se destaca o autor Louis Malassis, propõe o conceito de “*filière*” ou cadeia de produção agroindustrial aplicado ao agronegócio (ARAUJO, 2005, p. 22; ZYLBERSTAJN, 2000, p.9). Neste enfoque, o setor agroalimentar, nas sociedades complexas industrializadas, encontra-se compreendido sob quatro fatores: as indústrias “a montante” representadas pelo mercado de insumos e serviços, o subsetor agropecuário, o subsetor das indústrias “a jusante” ou de transformação, e o subsetor de distribuição de alimentos; que em conjunto, considerando as suas interrelações, conformam o que Malassis chamou de setor agroalimentar (SAA) e que

² DAVIS, J; GOLDBERG, R. A concept of Agribusiness. Boston: Harvard University, 1957.

posteriormente foi chamado de sistema agroalimentar, onde foi incluído o lado do consumidor (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.8).

Para Gutiérrez (2007, p.4) a base conceitual que deriva no estudo de uma determinada cadeia agro produtiva, inicia-se sob o conceito de sistema alimentar. Conforme Malassis (1979),³ *apud* Gutiérrez (2007, p.4), o sistema alimentar se corresponde com: “O conjunto de atividades que participam na formação e distribuição de produtos agroalimentares e como consequência, ao cumprimento da função da alimentação humana em uma determinada sociedade”. Por sua vez Shejtman (1994) *apud* Gutiérrez (2007, p.4), tem a seguinte definição: “conjunto de relações socioeconômicas que incidem de um modo direto nos processos de produção primária, transformação agroindustrial, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo dos produtos agroalimentares.

Muitos autores seguiram a influência dos trabalhos desenvolvidos por Davis e Goldberg da Escola de Harvard e de Louis Malassis, da Escola Francesa, adaptando os conceitos de *agribusiness* e de sistemas agroalimentares. Assim, no caso do Brasil inspirou os trabalhos de Guimarães e Muller, iniciados na década de 1980, derivando no conceito de complexo agroindustrial. Já na Venezuela, a Fundação Polar e a Universidade dos Andes, iniciaram estudos nesta temática no final da década de 1970, sendo pioneiros na mesma, somando em meados da década de 1980, os estudos do Instituto de Economia e Estudos Sociais da Universidade Central de Venezuela, e posteriormente algumas outras instituições. Martin, Larivière, Gutiérrez e Reyes trabalharam sobre o conceito de circuito ou cadeia agroalimentar, neste país, no final da década de 1990, buscando estabelecer metodologias adequadas para seu estudo, além de Abreu, Morales e Gutiérrez, que tem estudado amplamente a questão agroalimentar desta nação.

Dentro do enfoque de sistema agroalimentar, de caráter macro, surgiram as definições de circuito agroalimentar e cadeia agroprodutiva, dentro de um enfoque meso, onde inter-relacionam-se atividades e atores heterogêneos que vão desde a produção até o consumidor final e onde se combinam diversas tecnologias, estratégias e diversidade de funções, criando

³ MALASSIS, L. Économie agro-alimentaire: économie de la consommation et de la production agroalimentaires, Tome I, Cujas, París. 1979.

valor agregado e que permitem o desenho de políticas (GUTIÉRREZ, 2007, p.5; MALASSIS (1986)⁴ *apud* GUTIÉRREZ, 2007, p.5; MACHADO, 2002⁵, *apud* GUTIÉRREZ, 2007, p.6).

2.1.2. As correntes do conceito de cadeias

Martin *et al.* (1999, p. 17), menciona a corrente de pensamento de economistas clássicos do século XVIII, como Adam Smith, como influente no conceito de circuito, em especial na noção da divisão do trabalho e no interesse dos estudos dos bens desde a produção primária até o consumidor final.

Por sua vez, segundo Lauret (1978)⁶ *apud* Zylberstajn (2000, p.9), “a gênese do conceito de cadeias é baseada nas relações intersetoriais presentes na literatura francesa desde o clássico *Tableau Economique*, de Quesnais, como em autores marxistas como Marx e Kautsky, refletidos na preocupação distributiva e, mais recentemente, na teoria geral dos sistemas”. Graziano da Silva (1991, p.8-9) coloca como explícita no pensamento da escola francesa de Montpellier a referência teórica do trabalho de Kautsky, vinculando-o conforme Bertrand (1982)⁷ *apud* o autor, à corrente marxista, mas enfatizando o caráter sistêmico da análise.

Segundo Morales (2000, p.76), Kautsky já no final do século XIX, advertia sobre a necessidade de compreender a questão agrária desde a vinculação da agricultura moderna ao conjunto da economia contemporânea, na qual ia-se, progressivamente, subordinando à indústria, perdendo paulatinamente importância, devido à redução de seu aporte ao valor agregado. Alavi e Shanin (1988, p. 43), observam que Kautsky inicia sua teoria a partir da hipótese sob o prisma da concentração da produção, iniciada pela acumulação do capital, e que elimina a produção de bens de escasso valor agregado na indústria de fabricação. Este efeito no caso da agricultura, resultaria na dissolução do campesinado e a polarização da sociedade rural em duas classes: o proletariado rural e o capitalismo agrário.

⁴ MALASSIS, L. *Économie agroalimentaire: L'economie mondiale*. Tome III, Cujas, Paris. 1986

⁵ MACHADO, A. *De la estructura agraria al Sistema agroindustrial*. Universidad nacional de Colômbia, Bogotá. 2002.

⁶ LAURET, F. Sur l'etudes de filières agro-alimentaires. *Revue économies et sociétés, Chaiers de L'ISMEA*. Série AG n° 17, pp.721-740. 1978.

⁷ BERTRAND, J. *Complexes et filières agroalimentaires: un essai de presentacion genealogique et critique de ces notions*. Paris: INRA et Université de Paris I- Sorbonne. 1982

2.1.3. O enfoque sistêmico

Dos trabalhos desenvolvidos por Davis e Goldberg entre 1957 e 1968, surgiu a necessidade de entender o agronegócio em uma visão de Sistemas Agroindustriais, introduzindo o conceito de *Commodity System Approach* –CSA:

“O conceito encerra todos os participantes envolvidos na produção, processamento e marketing de um produto específico. Inclui o suprimento às fazendas, as próprias fazendas, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo envolvidos, em fluxo, desde a produção de insumos até o consumidor final. Inclui também as instituições que afetam e coordenam os estágios sucessivos do fluxo do produto, tais como governo, associações e mercados futuros” (GOLDBERG, 1968, *apud* ARAUJO, 2005, p.20-21).

Zylberstajn (2000) analisa com profundidade a evolução e implicações do conceito de agronegócio e entre algumas afirmações menciona que os estudos desenvolvidos sob a ótica do *commodity system approach*, conceito desenvolvido com base no trabalho de Goldberg (1968) focalizam a sequência de transformações por que passam os produtos, modificando o escopo dos estudos quando comparado aos trabalhos tradicionais focalizados em setores da economia.

Graziano da Silva (1991, p.7) menciona que Goldberg (1968) ampliou o conceito de *agribusiness*, ao examinar os complexos de trigo, soja e laranja na Flórida, incluindo as influências institucionais (políticas governamentais, mercados futuros e associações comerciais). Segundo Zylberstajn (2000, p. 5), os trabalhos baseados no *commodity system approach*, incluem o aspecto da análise institucional, considerando dois níveis de agregação: primeiro no nível da firma e segundo os ambientes macroeconômicos e institucional que afetam a capacidade de coordenação do sistema, baseado no paradigma de estrutura-conduta-desempenho da organização industrial.

Segundo Morales (2000, p.79) considera-se que foi Bain (1968), quem sistematizou os aportes realizados por inúmeros autores e estabeleceu o conhecido paradigma de “estrutura-conduta-desempenho” como elemento base da análise e avaliação dos mercados e para pesquisar sobre as relações entre a estrutura industrial e os resultados obtidos por um determinado subsector econômico. Conforme o autor, as abordagens teóricas da organização industrial foram, posteriormente aplicadas para elucidar o problema agroalimentar.

Conforme Cuevas (2008, p.17), o enfoque sistêmico na perspectiva do setor agroalimentar, apresenta um aspecto crítico, se comparado com o enfoque estático e de cadeias lineares. O enfoque sistêmico, abrange todos os subsistemas desde a produção ao consumo, internalizando e analisando os encadeamentos e as interrelações entre os subsistemas,

trasladando-se desde o diagnóstico para a identificação das componentes chaves e os relacionamentos nos quais podem ser necessárias intervenções.

Gutiérrez (2007, p.4) menciona que a análise da questão alimentar de um país, de forma tradicional, orientou-se desligada do setor agrícola e dos problemas nutricionais. Para tanto, menciona o autor o enfoque de sistema alimentar permite ter uma ótica menos setorial do problema alimentar e das interrelações que se dão entre os atores e as atividades que conformam as cadeias agroalimentares. Isto permite estender e aprofundar as possibilidades de desenhar políticas e intervenções dirigidas a resolver problemas e a definir gargalos nos pontos específicos o para a totalidade do sistema e as cadeias, além de facilitar a concertação de políticas públicas com os atores chaves.

2.1.4. Articulações e entorno dos sistemas agroalimentares

Conforme Machado e Torres (1987)⁸ *apud* Gutiérrez (2007, p.4) o sistema alimentar de um país transforma-se na expressão concreta do funcionamento da economia agroalimentar nacional. Como assinalado por Gutiérrez (2007, p.4), em torno do sistema alimentar de cada país interagem uma quantidade numerosa e heterogênea de atores e atividades que vão desde a produção até a distribuição de insumos e bens agroalimentares, os quais inter-relacionam-se com o propósito de atingir os objetivos fundamentais do mencionado sistema.

No tocante ao entorno que envolve determinada cadeia, Gutiérrez (2007, p.4) assinala que o sistema alimentar nacional se encontra influenciado pelos entornos nacionais e internacionais, dependendo de sua importância, além de influir de igual forma sobre estes. O autor menciona como objetivos fundamentais do sistema alimentar os seguintes: satisfazer as necessidades de energia alimentar e nutricional da população e o aproveitamento do máximo das possibilidades da sociedade para produzir e comercializar bens agroalimentares, considerando critérios de competitividade, sustentabilidade e equidade distributiva. Estes objetivos são vinculados com segurança e soberania alimentar de um dado país.

⁸ MACHADO C; TORRES, J. *El sistema agroalimentario. Una visión integral de la cuestión agraria en América Latina*. Siglo XXI Editores, Bogotá. 1987.

2.1.5. Especificidades da agricultura e a justificativa da intervenção governamental

A marcada sazonalidade da agricultura, em que pese que os processos tecnológicos têm modificado sua forma “natural”⁹, faz com que esta atividade seja em grande medida, fortemente dependente de fatores da natureza, o que justifica a necessidade da intervenção estatal e a formulação de políticas agrícolas para o desenvolvimento do setor. Essa situação, normalmente a coloca fora do debate sobre a necessidade ou não da intervenção estatal (BUAINAIN e FILHO, 2009, p.304).

Segundo Mesquita (2011, p.33), a agricultura representa um setor que apresenta riscos e incertezas, além de ser fortemente concorrencial, colocando-a no foco da intervenção estatal, objetivando minimizar riscos de crises, seja de superprodução e/ou de insuficiência de oferta. Conforme o autor, adota-se a intervenção como prática comum a países desenvolvidos subdesenvolvidos, visando em ambos os grupos a questão de segurança alimentar quanto proporcionar e garantir estabilização de preços e incremento de renda deste segmento.

Deste modo, Buainain e Filho (2009, p.303) justificam a formulação de políticas agrícolas que garantam uma adequada oferta de produtos e que atendam às necessidades especiais do setor, assinalando como principais a política de crédito rural, a política de preços mínimos e a política de estoques reguladores. Além de justificar a participação do Estado na geração e difusão de tecnologias, no seguro rural e em inúmeras outras políticas voltadas para o desenvolvimento rural e mudanças estruturais em cadeias agroindustriais, regiões e grupo de agricultores. Os autores observam ainda sobre a importância que as políticas macroeconômicas exercem no desempenho do setor.

2.1.6. O marco das políticas em uma dada cadeia agroalimentar

Para Martin *et al.* (1999, p. 27), uma cadeia ou circuito agroalimentar não funciona isoladamente, dado que se trata de um sistema aberto que se inter-relaciona com os outros circuitos do sistema agroalimentar, assim como com os demais participantes da economia e da sociedade de modo geral; sendo em tanto importante para o autor considerar e analisar o contexto político e legal, as políticas macroeconômicas, as políticas setoriais e as características

⁹ “O progresso tecnológico tem modificado a sazonalidade natural da atividade agropecuária, encurtando os tempos de crescimento e maturação das espécies, desenvolvendo espécies adaptadas a ambientes diferentes daqueles originários, além de tecnologias que produzem as condições climáticas e ambientais adequadas” (BUAINAIN e FILHO, 2009, p.304).

de outros mercados e das indústrias vinculadas com o circuito que podem afetar o seu desempenho.

Martin *et al.* (1999, p.28) enfatizam que a política macroeconômica exerce grande influência sobre a competitividade global das cadeias, ao afetar direta ou indiretamente todos os níveis, além de condicionar o ambiente no que os atores (produtores, consumidores, distribuidores, varejistas) assumem suas decisões; resgatando, no entanto, que muitas destas políticas, não colocam como relevantes o impacto que as decisões dos atores têm sobre determinadas variáveis do sistema alimentar.

Dentre este contexto de políticas econômicas, Bacha (2004, p.33) as divide em “genéricas”, elaboradas para a economia toda e que impactam o desempenho de todos os setores, e “específicas”, que passam por afetar diretamente o desempenho de determinado setor, como o agropecuário.

Neste sentido, no nível macroeconômico, são instrumentos de política econômica genéricos: a política fiscal (receita e gastos públicos), a política monetária (juros e controle da oferta da moeda), a política cambial (que afeta o setor externo: exportação, importação e transações financeiras, por meio de câmbios, tarifas e outros controles) e a política de agregação de renda que inclui o controle de preços e dos salários (BACHA, 2004, p.33; MENDES, 2004, p.191-192). “Certas combinações dessas políticas geram a política comercial, que afeta as transações externas do país” (BACHA, 2004, p.33).

No caso da política fiscal, Martin *et al.* (1999, p.29) citam que este tipo de política passa por influenciar principalmente o nível dos investimentos públicos e o nível de impostos e taxas estabelecidas pelo Estado, como os valores designados dentro do orçamento nacional para os programas do setor alimentar, além dos subsídios de apoio ao setor. Deste modo, Buainain e Filho (2009, p.310) mencionam que a restrição orçamentária é um determinante central das políticas agrícolas.

No que se refere à política monetária, Martin *et al.* (1999, p.29) assinalam que as taxas de juros elevadas, reduzem o acesso ao crédito, mas podem estimular a poupança e eventualmente, o investimento local e estrangeiro. Além disso, as taxas de juros subsidiadas ou preferenciais alteram o valor real do dinheiro, podendo dar lugar a uma distribuição equivocada dos recursos. Segundo Buainain e Filho (2009, p.310), a política monetária influencia a política governamental de financiamento e a comercialização agrícola.

Para Martin *et al.* (1999, p.29), no caso da política cambial, as variações do tipo de câmbio e a situação da moeda nacional (valorização ou desvalorização), favorecem ou restringem o crescimento do setor exportador e a oferta doméstica. Segundo Bacha (2004, p. 54), uma valorização cambial é prejudicial à agropecuária devido a que diminui a receita obtida pelo segmento agrícola exportador, subsidiando os importadores e reduz o preço em moeda local de produtos agropecuários estrangeiros importáveis, forçando a redução do preço destes produtos no mercado doméstico.

Dentre a política de distribuição de renda, também chamada de macro preços, Martin *et al.* (1999, p.29) mencionam que um elevado nível de salário mínimo agrícola incrementa o custo de produção dos atores, podendo eventualmente reduzir o investimento, o que passa por impactar na criação de novos empregos. Por sua vez, o autor assinala que uma política de controle de preços, embora busque favorecer os consumidores, desestimula o incremento da competitividade de um determinado circuito ou cadeia.

Bacha (2004, p.58) refere-se à política comercial como combinações das políticas fiscal, monetária, cambial e de renda que levam aos estímulos das exportações ou a redução das importações. Segundo Buainain e Filho (2009, p. 309) são instrumentos de política comercial: as tarifas alfandegárias, as quotas de importação e exportação, os impostos às exportações, as barreiras não tarifárias (sanitárias e fitossanitárias), os acordos comerciais bilaterais ou multilaterais, entre outros. Bacha (2004, p.58) indica que este tipo de política afeta as transações comerciais externas de um país, alterando além disso, o processo de integração econômica de um determinado país com o resto do mundo.

No caso de instrumentos específicos de política econômica para a agropecuária, podem se mencionar: política de crédito rural, política de preços, políticas de comercialização e estoques, políticas de financiamento, política de seguro rural, política de pesquisa e extensão agropecuária, políticas específicas para certos produtos e insumos e política de regulamentação do uso de recursos florestais (BACHA, 2004, p.33; BUAINAIN e FILHO, 2009, p.311-313).

2.1.7. O efeito da intervenção do Estado nos mercados agrícolas

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2010, p. 51-52) na maioria de nações industrializadas, os mercados raramente estão isentos de intervenção governamental. Mencionam os autores que além de criar impostos e conceder subsídios, os governos quase sempre regulam os mercados de diversas formas, mesmo os mercados competitivos. Neste sentido, Cartagena (2010, p.3)

refere que os mercados competitivos frequentemente sofrem intervenções governamentais como uma forma de regulação, o que pode reduzir sua competitividade. No entanto, como menciona o autor, se estes mercados não são competitivos, além de apresentar falhas, estas intervenções podem-se justificar no melhoramento do bem-estar social.

Com a perspectiva de uma economia de mercado, Holanda (2002, p.276) coloca que o funcionamento eficiente desta pressupõe o livre funcionamento dos mecanismos competitivos com o mínimo de interferência do governo, mas, na prática, esta participação passa por ser onipresente na economia, regulando, incentivando, controlando, tributando e concedendo subsídios.

Holanda (2002, p.276) coloca duas formas alternativas de intervenção frente as duas evidências do livre funcionamento e da onipresença do governo na economia. Na primeira, o governo pode tomar medidas que contrariam as leis de mercado, na segunda pode tentar alcançar os seus objetivos utilizando-se dos mecanismos de mercado.

Conforme Morales *et al.* (2013, p.19), as mudanças radicais do marco institucional supõem um maior desafio para o funcionamento dos mercados. Chonchol (1971)¹⁰ e Valdés (1973)¹¹, *apud* Morales *et al.* (2013, p.19) indicam que no caso de transformações de orientação socialista, as novas regras do jogo geralmente afetam a propriedade dos recursos produtivos e o papel dos mercados na alocação dos recursos, dois dos fundamentos de qualquer sistema econômico e de relevante importância no caso da agricultura.

Conforme Morales *et al.* (2013, p.19) os mercados agrícolas, no tocante a formação de preços, tendem a se comportar de maneira completamente diferente de como se explica na Teoria Neoclássica. Isto obriga a se considerar abordagens teóricas alternativas ou complementares que possam explicar, de uma maneira mais próxima à realidade, o intrincado processo de formação dos referidos preços. O que resulta de maior interesse em países nos quais os mercados são frágeis, como observado por Platteau (1994)¹² *apud* Morales *et al.* (2013, p.19) ou onde ocorrem mudanças institucionais nas regras do jogo político como apresentado por

¹⁰ CHONCHOL, J. *La política agrícola en una economía de transición al socialismo. El caso chileno*. Santiago: Archivos Salvador Allende. 1971

¹¹ VALDÉS, A. *La transición al socialismo: observaciones sobre la agricultura chilena*. Cuadernos de Economía. 1973

¹² PLATTEAU, J. Behind the market stage where real societies exist-Part I: The role of public and private order institutions. *Journal of Development Studies*, 30(3), 533-577. 1994

North (1995)¹³ *apud* Morales *et al.* (2013, p.19), que transcendem as políticas agrárias típicas da maioria de países.

2.1.7.1. Política de Preços Máximos

Como seu nome indica, a política de preços máximos refere-se ao preço legal mais alto no qual pode ser vendido determinado bem (MANKIW, 2002, p.74). Segundo Mendes (1989, p.350), a política de preços máximos, engloba as políticas de controle de preços, tais como congelamento de preço, preço-teto e tabelamento de preço, mas não inclui, no entanto, a política de preços mínimos. Esta política é justificada pelo governo com base em duas circunstâncias: a) proteger os consumidores dos altos preços de alguns produtos considerados de necessidades e, b) controlar a inflação (MENDES, 1989, p.365).

Mendes (1989, p.351) menciona que o mecanismo normal de formação de preços desaparece quando os preços são congelados ou tabelados por ação do governo. Como expõe o autor (p.352) nos mercados em que os preços não são controlados, estes servem para racionalizar as quantidades disponíveis de produtos entre os consumidores que os desejam. O autor exemplifica a situação do controle de preços máximos, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1. Impacto de um congelamento de preço abaixo do preço de equilíbrio.

Fonte: Mendes (1989, p.353).

¹³ NORTH, D. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: FCE. 1995

Segundo Mendes (1989, p.352) e como mostrado na Figura 1, o preço ao nível P_0 racionaliza as quantidades disponíveis. Aqui, cada consumidor adquire tanto quanto ele queira e não há escassez nem excesso. É o ponto chamado de equilíbrio. Se o preço for congelado ao nível P_t , uma escassez equivalente ao volume $Q_d - Q_s$ ocorrerá. Nestas circunstâncias, os consumidores desejam adquirir a quantidade Q_d , mas os produtores oferecerão somente a quantidade Q_s . Por conseguinte, um preço-teto fixado ao nível P_t traria como impacto uma escassez de produto no mercado.

Mendes (1989, p.352), reflete sobre a idoneidade e o impacto do controle de preços, com especial interesse em mercados agrícolas. Assim, o autor menciona que o processo de produção agrícola não é tão flexível: os cultivos de forma geral e as produções de natureza animal, continuam seu ciclo natural, em síntese, os processos de produção agropecuário não param. O que se tem é a acumulação de uma produção planejada com expectativas de preços mais elevados. Deste modo, os produtores tendem a segurar, recusam a vender e esperam por um preço mais elevado, quando o tabelamento deixa de existir. Entretanto, o produto deve chegar ao mercado.

Esta política pode ser economicamente aceitável, apenas em um período de curta duração, dado que o preço-teto abaixo do preço de equilíbrio resulta em desajuste entre as quantidades demandadas e ofertadas (MENDES, 1989, p.353). Nestas circunstâncias, o governo pode ter algumas alternativas de curto prazo que se traduzem em intervenções no mercado; assim, se o país mantém estoque regulador do produto, pode recorrer à venda de estoques; ou se dispõe de reservas ou créditos externos para financiamento de importações, pode optar pela importação ou realizar algum tipo de racionamento da oferta disponível (MENDES, 1989, pp.353-355, HOLANDA, 2002, p.277).

O governo pode pôr à venda seus estoques (HOLANDA, 2002, p.277) podendo cobrir total o parcialmente a escassez de produto $Q_d - Q_s$, reduzindo os problemas de insatisfação da demanda. Opção que resulta factível, se houver volumes significativos de produtos em estoque, sob controle do governo, situação esta pouco comum em países em desenvolvimento (MENDES, 1989, p.353).

Outra opção é reduzir e suspender tarifas, estimulando a importação de produtos escassos (HOLANDA, 2002, p.277). Porém, esta opção deve ser adotada por períodos curtos de tempo, devido a que um país não deve manter uma permanente dependência de outros países, sobretudo em se tratando de produtos alimentares.

Conforme Holanda (2002, p.277-278), a venda de estoques e a oferta externa se somam à produção nacional, deslocando a curva de oferta para a direita. Mendes (1989, p.354) coincide no mesmo argumento, elucidando esta situação, desde a perspectiva das importações, conforme apresentado na Figura 2, onde se pressupõe que o volume de importação é grande e suficiente para atender toda a escassez de produção interna. A oferta total (S_T) é igual à produção interna ou oferta nacional (S_N), adicionada da importação (I). Na Figura 2, como assinala o autor, o volume de produto importado é igual à diferença entre a quantidade demandada (Q_d) e ofertada (Q_s) ao nível de preço tabelado (P_T), ou seja, $I = Q_d - Q_s$. O autor assinala que se a importação for menor que esta diferença, e se não houver estoques, a demanda continuará insatisfeita.

Figura 2. Efeito da importação para uma política de congelamento de preços.

Fonte: Mendes (1989, p.354).

A terceira alternativa (que pode também ser adotada concomitantemente com a venda de estoques e a importação) é a do racionamento da oferta disponível (Q_s) (MENDES, 1989, p.354). Holanda (2002, p.277) menciona que este racionamento pode ser de maneira informal ou de forma oficial. No primeiro caso, o autor assinala, que isto se faz quando, em função do excesso de procura, formam-se filas para aquisição dos bens tabelados e os que ficam na parte final da fila se defrontam com prateleiras vazias. No caso do racionamento oficial, o autor cita que isto se faz com a emissão de cupons de racionamento, em função dos quais cada pessoa ou

família pode adquirir, numa semana, ou num mês, uma quantidade limitada do produto. Mendes (1989, p.354) adiciona que as vezes, em vez da instituição dos cupons, o governo, através de portarias, determina que os varejistas vendam apenas “x” quantidade do produto por comprador.

Mankiw (2002, p.75) refere que quando o governo estabelece um mecanismo de política de preços máximos, infringindo uma restrição ativa num mercado competitivo, surge uma escassez dos bens regulados, razão pela qual os vendedores devem racionar os bens escassos entre o grande número de possíveis compradores.

Como mostrado na Figura 3, em que Mendes (1989, p.355) explica que empregando o esquema de oferta e demanda, a adoção do racionamento tem como efeito forçar um deslocamento da quantidade demandada para a esquerda, de modo tal que a quantidade que é possível adquirir se limita ao volume da quantidade disponível. Conforme o autor, isto resulta evidente que a quantidade demandada potencial é maior do que a expressa pelo racionamento. O autor indica então que não é toda a curva de demanda que se desloca para a esquerda, mas apenas a quantidade demandada para aquele nível de preço congelado.

Figura 3. Efeito do racionamento sobre a quantidade demandada.

Fonte: Mendes (1989, p.356).

Segundo Mendes (1989, p.355) as três alternativas mencionadas, podem garantir o sucesso de um tabelamento de preço abaixo do preço de equilíbrio, num curto prazo, mas resulta

ineficaz num prazo mais longo, em que se desenvolvem mercados “negros” ou paralelos, onde os compradores pagam uma diferença acima do preço tabelado que se conhece como ágio. O autor ilustra a situação do pagamento do ágio, conforme mostrado na Figura 4. Segundo o autor, ao preço tabelado P_t , os consumidores desejariam adquirir a quantidade Q_d , mas a esse preço os produtores estarão dispostos a ofertar apenas a quantidade Q_s , gerando, em consequência, uma escassez de produto que se não for resolvida, através das três alternativas mencionadas (venda de estoques, importação e/ou racionamento) provocará além de um clima de insatisfação, que alguns consumidores, principalmente os de maior poder aquisitivo, estejam dispostos a pagar um preço maior (P_1), com o último fim de satisfazer as suas necessidades.

Figura 4. O tabelamento de preço e o pagamento do ágio.

Fonte: Mendes (1989, p.357).

Conforme Mendes (1989, p.357) as operações no mercado “negro” abrangem um certo custo e risco (penalidades) acima do que seria necessário no mercado livre, o que provoca que os vendedores diminuam a quantidade de produto ofertado, a cada preço, em comparação ao que seria ofertado no mercado normal.

Normalmente, quando são desenvolvidos este tipo de mercado (negro) as penalidades recaem sobre os fornecedores, não obstante possam recair também sobre os consumidores. Estas últimas dificilmente são adotadas pelo governo, uma vez que é operacionalmente mais fácil e politicamente mais popular punir apenas os fornecedores (MENDES, 1989, pp.358-359).

Como apresentado na Figura 5, devido ao custo mais elevado que significa reunir qualquer quantidade de produto do que antes, a curva de oferta de mercado negro (S_N) deve ficar à esquerda da curva S e espera-se que quanto mais elevados os custos de operação do mercado negro, mais vertical será a curva S_N . Sob a suposição de que não há sanções ou penalidades sobre os consumidores pelo fato de comprarem no mercado, a curva de demanda no mercado negro manter-se-á na mesma posição que a curva de procura normal (D). Deste modo, havendo penalidades apenas para os fornecedores, o preço de equilíbrio no mercado negro seria P_1 e a quantidade total ofertada seria Q_1 . Da quantidade total ofertada (Q_1), apenas a quantidade $Q_1 - Q_s$ seria vendida no mercado negro (ao Preço P_1), uma vez que a quantidade Q_s seria negociada no mercado legal, ao preço tabelado (P_t) (MENDES, 1989, p. 357-358).

Figura 5. O tabelamento de preço e o mercado negro.

Fonte: Mendes (1989, p.358).

Pindyck e Rubinfeld (2010, p.52) discutem sobre os perdedores e ganhadores sobre uma política de controle de preços. Assim, os autores supõem que os produtores perdem, pois passam a receber preços menores e alguns até abandonam o setor. Por sua vez, os autores supõem, que alguns consumidores são beneficiados, os quais podem adquirir os produtos a preços mais baixos, ficando em melhores condições. Não obstante alguns deles não recebem estes benefícios, dado que são afetados pelo racionamento e não podem adquirir os bens, ficando em condições piores.

Fisher (1991, p.134-135) menciona que alguns países usaram este tipo de política dentre os programas de estabilização, assim, por exemplo em Israel em 1985 e no Brasil em 1986, empregaram controles de salários e de preços para deslocar os salários reais e a taxa de câmbio para os seus níveis de equilíbrio. Maia (2006, p.120) refere que no caso do Brasil, especificamente, o tabelamento de preços adotado na década de 1980, provocou inúmeros problemas para a economia brasileira. Segundo Fisher (1991, p.135), tais controles poderão ser justificados quando se procura atingir a estabilização em economias caracterizadas por altas taxas de inflação, sendo, no entanto, breve a sua duração.

2.1.7.2. Política de Preços Mínimos

Conforme Holanda (2002, p.278), assim como o governo impõe tabelamento de preços para proteger os consumidores, pode estabelecer preços de suporte, para proteger os produtores. Neste caso fala-se de um preço mínimo, que se refere ao preço legal mais baixo no que se pode vender determinado bem (MANKIW, 2002, p. 74).

Holanda (2002, p.278), assinala que o sistema de preços mínimos, com base em estoques reguladores, representa o elemento fundamental da política agrícola de qualquer país. O autor menciona que este tipo de política se justifica sobre algumas características fundamentais, próprias da natureza das atividades e dos produtos agrícolas: a oferta de caráter sazonal, que imprime a necessidade da formação de estoques que visem atender a procura durante todo o ano; as variações climáticas, que envolve um elevado risco de perdas de safras, além do caráter essencial e a perecibilidade dos produtos agrícolas, que normalmente representa uma demanda de tipo inelástica.

A combinação da oferta irregular e a inelasticidade da demanda, faz com que os preços dos produtos agrícolas sejam profundamente instáveis (HOLANDA, 2002, p.278). Dada esta situação é que o governo intervém no mercado, comprando o produto, no momento de super oferta, quando os preços tendem a ficar abaixo do preço mínimo ou vendendo-o dos seus estoques quando há escassez de oferta e os preços tendem a subir (HOLANDA, 2002, p.278).

Vasconcellos e Garcia (2000, p.47) mencionam que esta política visa dar uma garantia de preços ao produtor agrícola, com o propósito de protegê-lo das flutuações dos preços no mercado. Segundo os autores, o mecanismo que o governo utiliza para aplicar este tipo de política consiste na garantia de um preço oferecido ao produtor antes do início do plantio, o qual pagará após a colheita do produto. O produtor, portanto, terá a opção de vender no mercado

se os preços foram superiores ao mínimo oferecido pelo governo ou em definitiva vender para o governo se o preço de mercado for menor que o oferecido por este, com o qual gera-se um excedente de produção que será utilizado como estoque regulador pelo governo em momentos subsequentes do tempo (VASCONCELLOS e GARCIA, 2000, p.47)

Stanlake (1993, p.281) menciona que resulta normal que os governos, na procura de oferecer políticas de auxílio à agricultura, ofereçam aos agricultores um sistema de preços garantidos para alguns dos seus produtos, sendo o seu objetivo, contribuir para a estabilidade dos preços e dos rendimentos agrícolas.

2.1.7.3. Impostos

Os impostos representam instrumentos, dentre a política econômica fiscal, empregados em todos os níveis do Estado como uma forma de arrecadação de receitas para a realização de projetos públicos (MANKIW, 2002, p. 79). Pindyck e Rubinfeld (2010, p.295), distinguem entre imposto específico e imposto *ad valorem*, sendo que o primeiro se refere a uma determinada quantia cobrada por unidade vendida e o segundo que é proporcional ao valor do produto.

Holanda (2002, pp.280-281), coloca o caso da incidência de um imposto sobre a produção, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Incidência de um imposto sobre a produção.

Preço (\$)	Quantidades Ofertadas	
	Depois do imposto	Antes do imposto
20	100	
30	500	100
40	700	500
50	825	700
60	925	825
70	1.020	925
80	1.100	1.020
90	1.150	1.100
100	1.175	1.150
110	1.200	1.175
		1.200

Fonte: Holanda (2002, p.281).

Conforme mostrado na Tabela 1 e explicado por Holanda (2002, p.282), antes do imposto, quando o preço é de \$30, os produtores ofertam 500 unidades, mas após o imposto, para cada \$30 que eles recebem, \$10 são para o governo, reduzindo a receita líquida para \$20. Em consequência a esse preço, eles são estão dispostos a ofertar 100 unidades. Segundo o autor, o imposto faz com que a escala de oferta seja toda deslocada para baixo, o que significa uma redução da oferta.

2.1.7.4. Subsídios

Os subsídios têm a mesma lógica dos impostos, mas visto no sentido inverso, ou seja, como um imposto negativo (PINDYCK e RUBINFELD, 2010, p.297; STANLAKE, 1993, p.279; HOLANDA, 2002, p.283). Os mesmos são pagamentos feitos pelos governos aos produtores que permitem que os preços permaneçam abaixo dos custos marginais, sendo particularmente importantes no caso de produtos agrícolas e seu efeito é a redução dos custos de oferta de um determinado produto (STANLAKE, 1993, p.280; WISE, 2004, p.8).

Desde a perspectiva agrícola, segundo Mendes (1989, p.331), existem muitos tipos de subsídios e diferentes forma de aplicá-los, sendo as duas mais importantes, os subsídios aplicados à produção, via redução no preço de determinado insumo ou via diminuição nas taxas de juros dos financiamentos adquiridos pelos agricultores e os aplicados nas vendas, via comercialização da mercadoria, por preço inferior ao custo de aquisição.

Conforme Wise (2004, p.8) a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável de medir os subsídios agrícolas, define os subsídios como qualquer mecanismo governamental que distorce o mercado, assim, além dos tipos de subsídios já mencionados, a OCDE, coloca como exemplo, as tarifas às importações, que recaem nos consumidores incrementando o preço do produto importado.

Assim, Collins (1991, p.144) coloca os sistemas de taxas de câmbio múltiplas, como exemplo de um sistema de subsídios ao comércio, além de cumprir a função também de um sistema de imposto. Isto porque, segundo o autor, atua diretamente na medida em que define preços diferentes para a moeda estrangeira, conforme o que é comprado ou vendido. Por sua vez, Maia (2006, p.307) observa que a sobrevalorização cambial é equivalente a um subsidio às importações, em detrimento dos produtores nacionais.

2.2. COMPETITIVIDADE DOS MERCADOS

2.2.1. Premissas

O conceito de competitividade começa a ter seu auge na década de 1980. Chudnovsky e Porta (1990)¹⁴ e Musik e Romo (2004)¹⁵ *apud* Berdugo (2014, p.159), apresentam o baixo desempenho econômico dos Estados Unidos em comparação a outros países industrializados, principalmente Japão, no final da década de 1980 e inícios de 1990, como motivo de análise da competitividade. Berdugo (2014, p. 159) menciona que “foi tal a preocupação pelo tema da competitividade nesse país que se constituiu em política de Estado”.

Segundo Berdugo (2014, p.160), no caso da Europa, o conceito, comparativamente ao que ocorreu no caso dos Estados Unidos, partiu das diretrizes da OCDE, no final da década de 1980, mas não com o mesmo intuito que naquele país. Já para o caso da América Latina e o Caribe, o autor assinala que o conceito ocorreu desde a mesma década de 1980 e, principalmente na década de 1990, consequência do esgotamento do modelo de substituição de importações, além do estabelecimento de modelos de inspiração neoliberal e do lento crescimento experimentado pela região.

Entretanto, embora a expressão do conceito de competitividade ter tido seu *boom*, nas décadas mencionadas, as primeiras contribuições que colocam este conceito em estudo, remonta-se ao início do pensamento mercantilista e do pensamento clássico, dentre as teorias do comércio internacional. Adam Smith, introduz o conceito das vantagens absolutas em seu clássico “*A Riqueza das Nações*” publicado em 1776, conceito que é questionado no início do século posterior com a teoria de David Ricardo das vantagens comparativas.

Segundo Salazar (2006, p.267), Smith coloca sua abordagem em termos absolutos, assim entre dois bens similares, resulta racional comprar o mais barato e entre duas atividades que precisam de esforços similares, resultaria racional escolher a que reporta receitas superiores. O autor menciona (p.268) que da perspectiva da política comercial de uma nação, resultaria equivalente conjecturar que um país é menos eficiente, em termos absolutos, que o restante do mundo na produção de todos os bens e serviços.

¹⁴ CHUDNOVSKY, D; Porta, F. *La competitividad internacional. Principales cuestiones conceptuales y metodológicas*. Documento revisado del estudio preparado para el Centro de Estudios e Investigación de Posgrado (CEIPOS), Uruguay: Universidad de la República. 1990

¹⁵ MUSIK, G; ROMO, D. *Sobre el concepto de competitividad*, México: Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM)-Centro de Estudios de Competitividad. 2004.

Ante esta pressuposição, David Ricardo, reanalisa o comércio internacional desde a perspectiva das vantagens comparativas. Para Ricardo, o país que não tem vantagem absoluta alguma, a solução é a comparação dos preços relativos (SALAZAR, 2006, p.268). Ricardo argumentava que “as transações entre os países eram um mecanismo poderoso para infundir ânimo aos sistemas econômicos”. Na sua visão, “as trocas internacionais seriam vantajosas mesmo em uma situação em que um determinado país tivesse maior produtividade que outro na produção de todas as mercadorias” (SANDRONI, 1996, p.10).

Segundo Gracia (2008, p.15), Karl Marx critica as posições dos economistas do pensamento clássico, ao argumentar que a produtividade do trabalho se incrementa quando o capitalista moderniza tecnologicamente sua fábrica, incorporando desta maneira, em sua análise, a inserção da tecnologia no processo de produção. Destacando, além disso, as habilidades dos trabalhadores que são adicionados para o resultado final do sistema (produtividade do trabalho)

Assim, como Smith, Ricardo e Marx, todos da escola clássica, outros economistas e teóricos introduziram conceitos que resultam variantes do conceito de competitividade. Berdugo (2014, p.261) menciona Thomas Mun, com sua proposta da balança comercial superavitária; John Stuart Mill, com sua teoria da demanda recíproca; Friedrich List, com a expressão “poder produtivo nacional”; Joseph Shumpeter, com sua teoria da inovação; Eli Heckscher e Bertil Ohlin, com a teoria clássica da vantagem comparativa da dotação dos fatores e Raúl Prebisch, com seus escritos baseados no desenvolvimento de países da América Latina.

Segundo Rojas e Sepúlveda (1999, p.11), com a globalização, além de elementos inovadores, como tecnologias de ponta, novos padrões de consumo e o crescimento do pensamento conservacionista dos recursos naturais, as vantagens comparativas evoluem para o conceito de vantagens competitivas.

2.2.2. Definições

O conceito de competitividade tem diversas variações que dependem do contexto de estudo. Assim, para Krugman (2005)¹⁶ *apud* Gracia (2008, p.15), a competitividade resulta um conceito difícil de definir e conforme Müller (1994, p.1), o conceito de competitividade encaixa dentro do conjunto de palavras que resultam extremamente precisas, específicas, e, por sua vez,

¹⁶ KRUGMAN, P. *El internacionalismo moderno. La economía internacional y las mentiras de la competitividad*. Edit. Critica, colección Biblioteca de Bolsillo, 2ª edición, Barcelona. 171p. 2005.

extremamente genéricas, sem limites, altamente operativas e mensuráveis, no tempo que resultam muito abstratas como extensas, mas, tem o privilégio de forjar condutas e perspectivas, e, como ferramentas de avaliação influir na vida prática.

Rojas e Sepúlveda (1999, p. 15) citam que devido à amplitude do significado do conceito de competitividade, tem-se derivado definições diversas que vão desde propostas muito específicas, baseadas principalmente no comércio internacional, até aquelas mais extensas, complexas e gerais que se confundem com conceitos tais como desenvolvimento e crescimento econômico. Os autores afirmam, no entanto que é possível encontrar definições em diversos níveis: as baseadas nas firmas, as baseadas nos setores e as que consideram a economia nacional como um todo.

Assim, para Chesnais (1981)¹⁷ *apud* Bejarano (1999, p.64), a competitividade representa “a capacidade de um país de enfrentar a competição no âmbito internacional, incluindo além da capacidade de exportar e vender nos mercados externos, a capacidade de defender seu próprio mercado doméstico “*vis a vis*” uma excessiva penetração de importações”. Deste modo, Jank e Nassar (2000, p. 142) refletem sobre o fato de que em uma economia aberta, a análise da competitividade não se limita ao mercado de exportação, dado que, o mercado interno é profundamente afetado pela concorrência de produtos importados e pela entrada de novos concorrentes, tais como, multinacionais e alianças estratégicas de modo geral.

Outras definições da competitividade, no plano do país, incluem: “a capacidade de um país para manter e expandir sua participação nos mercados internacionais, elevando simultaneamente o nível de vida da sua população, incrementado a produtividade e incorporando progresso técnico” (FAJNZYLBER, 1988¹⁸, *apud* GRACIA, 2008, p. 16) e “o grau pelo qual um país, num mercado de mercados abertos, produz bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados, expandindo simultaneamente seu PIB e seu PIB *percapita*, ao menos, de forma tão rápida como seus parceiros comerciais” (JONES e TEECE, 1998¹⁹ *apud* GRACIA, 2008, p.16).

Já nas economias que não se tem uma estreita vinculação com o mercado internacional, Krugman (1994, p.21) afirma que “a competitividade se transforma numa simpática forma de

¹⁷ CHESNAIS, F. *The notion of international competitiveness*. Paris. OECD. 1981

¹⁸ FAJNZYLBER, F. Competitividad internacional, Evolución y lecciones. *Revista de la CEPAL*, (36), Septiembre, Santiago de Chile. 7-24 pp.1988

¹⁹ JONES, P; TEECE, D. The research agenda on competitiveness. A program of research for the Nation's business schools. In: Antonio Furino (ed), *Cooperation and Competition in the Global Economy: Issues and Strategies*. Cambridge, MA: Ballinger. 352p. 1988.

se referir à produtividade e não teria nada a ver com competência internacional”. O autor menciona (p.23) que “os níveis nacionais de vida são principalmente determinados por fatores de crescimento interno, mais do que por alguma concorrência no mercado internacional”.

Da perspectiva setorial, e mais especificamente, referindo-se ao setor agroalimentar, García (1995)²⁰ *apud* Rojas e Sepúlveda (1999, p.16) menciona que a competitividade deste, representa “a capacidade de colocar os bens que produz nos mercados, sob condições leais de concorrência, que derive em bem-estar na população”.

Para Porter (1990)²¹ *apud* Siqueira (2009, p.144), “a competitividade de um país depende da capacidade de sua indústria de inovar, de se manter atualizada e auferir ganhos contínuos de produtividade e qualidade. Assim, a riqueza das nações e a qualidade de vida de suas populações dependem da capacidade das empresas de inovar e aumentar os ganhos de produtividade permanentemente”.

Para Rojas e Sepúlveda (1999, p. 18), já no contexto da cadeia agroalimentar, “a competitividade representa um conceito comparativo fundamentado na capacidade dinâmica que tem para manter, expandir e melhorar de forma contínua e sustentada sua participação no mercado, tanto doméstico, como internacional; através da produção, distribuição e venda de bens e serviços no tempo, lugar e forma requeridos, voltados ao bem-estar da sociedade”.

Os autores afirmam que “esta capacidade é dependente de uma série de elementos no nível macro, meso e micro, tanto econômicos como não econômicos”. Assim, no nível macro, envolvem-se aspectos referidos ao país e suas relações com o restante do mundo; no nível meso, destacam-se fatores espaciais, distância, infraestrutura de apoio à produção, recursos naturais e infraestrutura social; já no nível micro, encontram-se os fatores relevantes à empresa, vinculados com preço e qualidade, e fatores espaciais que condicionam de forma direta os resultados das empresas.

Gutiérrez (2007, p.10) define “a competitividade de uma cadeia agroprodutiva como “a capacidade que tem as empresas ou as unidades produtivas para manter e incrementar sua participação nos mercados e ao mesmo tempo gerar benefícios positivos, sem excessiva participação do Estado, sempre com um marco de sustentabilidade social e ambiental”.

²⁰ GARCÍA, R. *Metodología para Elaborar Perfiles de Competitividad del Sector Agroalimentario*. Documento de Trabajo. IICA. Proyecto Multinacional. Apoyo al Comercio y a la Integración en el Área Andina. Caracas, Venezuela. 1995.

²¹ PORTER, M. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

2.2.3. Competitividade Sistêmica

No início da década de 1990, Messner e Meyer-Stamer (1994, p.72-73), ambos do Instituto Alemão de Desenvolvimento, reforçaram o debate sobre a responsabilidade da competitividade entre as empresas e os mercados anônimos e sobre a importância da competência internacional para a competitividade. Assim, no primeiro caso, usaram a competência oligopolista como o padrão que prevalece e no segundo destacaram sobre o papel do Estado para criar condições favoráveis para a competitividade das empresas, reafirmando a influência da competência internacional, sobre a competitividade destas no mercado doméstico. Neste caso, reafirmaram a importância de que apesar de que estas não incluíam o componente de exportação, se deve considerar a ameaça que representam as importações.

Sob esta ótica, os autores introduzem o conceito de competitividade sistêmica, reforçando a discussão sobre a tocante do aspecto sistêmico, sob o qual as empresas e demais agentes da cadeia, as instituições e o Estado, se organizam e se inter-relacionam dentro da sociedade, somado às interrelações existentes em quatro diferentes níveis, a saber, meta, macro, meso e micro níveis (MESSNER e MEYER-STAMER, 1994, p. 73).

Neste respeito, Esser *et al.* (1996, p. 39) reafirmam que a competitividade sistêmica se diferencia em quatro níveis de análise (meta, macro, meso e micro). Deste modo, no nível meta, questiona-se a capacidade da sociedade para a integração; no nível macro avaliam-se os contextos macroeconômico e político administrativo; no nível meso, estuda-se a criação de um entorno capaz de fomentar, complementar e multiplicar os esforços no âmbito das empresas e, enfim, um nível micro, referido à análise das capacidades das empresas.

A partir do conceito de competitividade sistêmica, Gutiérrez (2007, p.11) assinala que os países maioritariamente competitivos dispõem de: estruturas que fomentam a competitividade, através da criação de consensos nacionais, atitude positiva para o aprendizado e a inovação, capacidade da sociedade para se organizar e integrar-se, além da capacidade dos atores para interagir, tudo isto dentro do nível meta; um contexto de políticas macroeconômicas e institucionais, que representam as regras do jogo, as quais estimulam a estabilidade econômica, os equilíbrios macroeconômicos básicos e o bom desempenho das empresas e um espaço meso-intermediário no qual negociam e interagem as empresas e o governo.

2.3. FUNDAMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL

2.3.1. Política comercial

Segundo Bacha (2004, p.58) a política comercial “é um conjunto de medidas e estratégias, públicas ou privadas, que afetam as transações comerciais externas de um país e que alteram o processo de integração econômica do país com o resto do mundo”. O autor indica que esta resulta da combinação das políticas fiscais, monetária, cambial e de rendas que passam por influenciar o comércio exterior através do estímulo as exportações ou a redução das importações.

Neste contexto Gibbs (2007, p.30) refere que a política de importações e exportações, deveria acompanhar à política de industrialização geral, avocando-se à importação de alimentos essenciais, combustíveis, matérias primas, insumos, bens de capital, maquinários e bens intermediários para apoiar o crescimento das exportações e ganhar as divisas necessárias para financiar o leque de importações.

2.3.2. Protecionismo e Liberalismo

Segundo Turmo (2006, p.41), a controvérsia entre protecionismo e liberalismo tem marcado a literatura sobre comércio internacional e política comercial durante grande parte dos dois últimos séculos. Assim, o protecionismo é uma política econômica com uma participação do Estado bastante intervencionista e o liberalismo foca-se mais no livre mercado (MAIA, 2006, p.167).

Segundo Steinberg (2006, p.66), em todos os estados o governo é o responsável em desenhar a política comercial e escolher seus instrumentos, sendo influenciado por um grande número de fatores. De um lado é consciente dos benefícios da liberação comercial que aumenta o bem-estar e a eficiência, permitindo por sua vez que os consumidores acessem a uma maior variedade de bens a preços menores e, por outro é sensível às demandas de grupos de interesse.

Villagrasa (2006, p.471) afirma que o livre mercado incrementa a riqueza daqueles países que conseguem incorporar-se ao comércio mundial de manufaturas e serviços. No entanto, continua o autor, os detratores da globalização, sem negar as conquistas do livre de mercado, lhes responsabilizam, entre outras coisas, do aumento das desigualdades, do império das multinacionais sobre os Estados, da exploração sem controle dos recursos naturais e da deslocação da produção para países que não respeitam os direitos laborais e o meio ambiente.

Maia (2006, pp.165-167) argumenta, a favor, e contra do liberalismo. Assim, o autor assinala que o liberalismo prega a divisão internacional da produção, em que predomina o conceito das vantagens comparativas; foca-se na melhor utilização dos recursos naturais e na combinação dos anteriores que permitem a produção em escala. Já nos argumentos contrários o autor afirma que alguns economistas debatem que a liberdade sem controle do Estado, escraviza, ou seja, permite a formação de trustes, cartéis, oligopólios e *dumpings*; cria conflito de interesses entre o Estado e as empresas. Enquanto o Estado preocupa-se com a defesa do emprego, qualidade ambiental e balanço de pagamentos, as empresas, de forma geral, não se preocupam com esses problemas mais focais. Por último, se argumenta que o liberalismo provoca colonialismo.

Continuando com Maia (2006, p.167) o autor assinala que diferente do liberalismo, em que as decisões econômicas resultam do mercado, o protecionismo vincula-se a um aparato burocrático estatal, sendo o governo quem rege a política comercial, externa e interna, além de controlar as importações e exportações. Deste modo, assinala o autor, com a finalidade de proteger a economia do país, os governos desenvolvem barreiras tais como:

- a) Barreiras alfandegárias, em que o governo incrementa os impostos alfandegários, não havendo proibição à importação, o qual faz com que o produto importado resulte mais caro;
- b) Quotas de importação, inseridas quando a indústria nacional produz em quantidades deficitárias para atender a demanda interna, em que o governo permite a importação apenas do necessário para compensar o déficit, procurando não prejudicar a produção nacional;
- c) Taxa de câmbio, quando o governo estabelece o controlo de câmbio e eleva a taxa cambial para encarecer os bens importados, tornando-os proibitivos.

Do mesmo modo que argumenta a favor e contrário ao liberalismo, Maia (2006, p.168-169) argumenta em relação ao protecionismo. Assim, o autor destaca entre as críticas positivas que o protecionismo inibe a formação de trustes, cartéis e oligopólios por empresas estrangeiras; contribuindo também com a proteção dos recursos naturais e a produção de natureza estratégica. Já nas críticas negativas, o autor destaca a divisão da produção; a acomodação da indústria nacional, impossibilitando-a de progredir e, finalmente, o protecionismo permite a formação de monopólios.

2.3.3. A taxa de câmbio como instrumento de política econômica

Maia (2006, p.306) menciona que a taxa de câmbio passou a ser um instrumento de política econômica, do mesmo modo que o é a taxa de juros. Assim, o autor observa que “as taxas de câmbio desempenham um papel de importância crucial no comércio internacional, uma vez que suas variações alteram a escala de preços entre os países”.

Mendes (2004, p.246) menciona que, mediante a taxa de câmbio, pode-se estimular a exportação e desestimular a importação, ou vice-versa. Assim, quando a moeda é desvalorizada ou depreciada, paga-se maior número de unidades monetárias por dólar, o que se traduz em que os preços dos produtos estrangeiros em moeda nacional ficam mais caros e que os preços dos produtos nacionais ficam mais baratos, ou seja, as exportações aumentam e as importações diminuem, em resposta à desvalorização monetária (MENDES, 2004, p.246). Caso contrário ocorrerá na situação de uma valorização da moeda.

Deste modo, segundo Bacha (2004, p.54), uma valorização cambial é prejudicial à agropecuária devido a que diminui a receita obtida pelo segmento agrícola exportador, subsidiando os importadores e reduz o preço em moeda local de produtos agropecuários estrangeiros importáveis, forçando, a redução do preço destes produtos no mercado doméstico.

2.3.4. Regimes cambiais

Segundo Mendes (2004, p. 246), a determinação da taxa de câmbio pode ocorrer por interferência do governo, através das autoridades econômicas ou em ausência deles. Deste modo, continua o autor, de uma forma geral, basicamente existem três regimes cambiais: a) um regime de taxa fixa, que é previamente determinada pelas autoridades econômicas, as quais podem ser ajustadas; b) um regime de taxas flexíveis, as quais se formam em mercados totalmente livres e que tem taxas flutuantes e, c) um regime de taxas administrativas, em que se adotam bandas de flutuação cambial.

Nesta ordem de ideias, Maia (2006, p.315) refere que a taxa fixa existe quando o governo decide congelar a taxa cambial, o qual gera uma série de distorções, como tornar as exportações gravosas, estimular as importações e estimular o turismo para o exterior em contraposição do turismo nacional. O autor assinala que tudo isso faz com que exista uma escassez de divisas, que vai se agravando com o tempo, tendo como consequência a desvalorização da moeda.

Assinala Fisher (1991, p.115) que entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1973, a maioria dos países sustentava a sua taxa de câmbio fixa em relação ao dólar dos Estados Unidos,

com um regime de câmbios controlados, apesar de que fossem alterados eventualmente. Assim, o autor (p.116) chama a atenção que, durante a vigência do sistema de Bretton Woods, o comércio mundial sofreu uma notável expansão que derivou no desenvolvimento dos mercados internacionais de capitais, provocando o aumento dos fluxos de capitais entre países e dificultando aos governos manter a tarefa de manutenção das taxas de câmbio na década de 1960. Este movimento provocou a saída de capitais, frente a eventuais desvalorizações, uma vez que os controles cambiais não eram suficientes para contê-las.

Fisher (1991, p.117) continua articulando que a partir do momento em que se tornou óbvio que os países, inclusive os Estados Unidos, continuariam mantendo constantes as taxas de câmbio, sem disposição alguma de modificar cada uma de suas políticas macroeconômicas, assistiu-se a saída de grandes movimentos de capitais, provocando o desmoronamento do sistema Bretton Woods em 1973. Deste modo, como menciona o autor, este fato avalizou o fim do regime de taxas de câmbio fixas para as principais moedas (especificamente o dólar americano, o iene japonês, o marco alemão e a libra inglesa), mantendo-se regimes de taxas de câmbios em países de menor economia.

Maia (2006, p.310) menciona que a maioria dos governos brasileiros receava deixar a taxa cambial flutuar livremente, partindo do princípio de que a taxa alta aumentava o preço das importações, particularmente o do petróleo, o qual aceleraria o processo inflacionário. Desta forma, a moeda brasileira ficava com uma cotação fora da realidade. Isto, observa o autor, trazia como consequência, as distorções citadas anteriormente, provocando escassez de divisas, que se agravava com o tempo, provocando, em determinado momento, falta de dólares inclusive para comprar petróleo, o que obrigava o governo a desvalorizar a moeda.

Já no caso de taxas de câmbio flexíveis, estas podem ser alteradas de um dia para o outro, até em questão de minutos, sendo que, nestes casos, o grau de intervenção governamental no mercado de câmbios passa a ser variável, ou em um extremo um sistema de flutuação pura, em que o governo não intervém. Não obstante, o mais usual é que o governo interfira, criando um sistema de flutuação chamado flutuação controlada ou impura (FISHER, 1991, p. 120).

Conforme Fisher (1991, p.120), na Figura 6, ilustra-se o leque de regimes cambiais desde os mais fixos (no topo) aos mais flexíveis (na base).

Figura 6. Regimes cambiais.

Fonte: Fisher (1991, p.120).

2.3.5. Esquemas protecionistas

Conforme Maia (2006, p.182) constituem barreiras ao comércio internacional os esquemas protecionistas amparados em: subsídios, tarifas alfandegárias, taxas múltiplas de câmbio, licenças de importação e de exportação e as quotas de importação.

a) Subsídios: a produção de algumas mercadorias frequentemente é subsidiada pelos governos com o propósito de torná-las competitivas em preços com as produzidas no exterior (MAIA, 2006, p.182). Este subsídio pode-se constituir em um *dumping* quando é destinado à exportação, ou frear a produção nacional, tornando-a obsoleta, dado que ao estar protegida não é exposta às regras da competitividade e não melhora, outro efeito negativo atinge ao consumidor que paga os subsídios por meio de impostos, quando estes são destinados ao consumo interno, como medida para que a produção nacional possa competir com a produção estrangeira (MAIA, 2006, p.182-183).

Prossegue o autor (p.183) mencionado que os países ricos, apesar de ser os que mais pregam o livre comércio, tendem a abusar dos subsídios, principalmente quando se trata do agronegócio. Cita como exemplos a União Europeia que, em junho de 2003, estabeleceu uma nova política de subsídios e os Estados Unidos que promulgou, em maio de 2002, a Lei Agrícola que concedeu subsídios no valor de US\$ 180 bilhões ao agronegócio até 2012.

b) Tarifas alfandegárias: Berto (2004, p. 2) assinala às tarifas alfandegárias como impostos sobre as importações, que são cobradas quando a mercadoria entra no país, podendo ser cobrados sobre as quantidades importadas, independentemente do preço do produto ou “*ad*

valorem”, calculada como uma porcentagem do preço do produto, tais como a Tarifa Externa Comum (TEC), de 20% acordada entre os países do MERCOSUL para países importadores que não formem parte deste bloco.

c) **Licenças de importação e exportação:** Maia (2006, p.188) observa que quando um país enfrenta escassez de divisas, recorre, normalmente à emissão de licenças para controlar a importação e a exportação. Para tanto designa um órgão que se encarrega de estudar as necessidades do país, autorizando a importação de bens essenciais e controlando as exportações para se assegurar que toda a receita de divisas seja entregue ao país. Este sistema, prossegue o autor, cria um processo burocrático e facilita a corrupção.

d) **Quotas de importação:** Outro esquema protecionista são as quotas de importação que representam barreiras não alfandegárias que afetam as exportações dos países em desenvolvimento, ao limitar a quantidade de determinado produto que estes podem exportar (MAIA, 2006, p.189). O autor cita que alguns economistas as consideram mais vantajosas que as barreiras tarifárias, dado que as quotas limitam uma quantidade precisa ou um valor das mercadorias importadas, caso contrário às tarifas que limitam sem estabelecer uma quantidade ou um valor de importação, o que finalmente encarece a mercadoria importada.

e) **Taxas múltiplas de câmbio:** Este tipo de esquema protecionista é adotado pelos governos como medida de controle das importações, assim, estes intervêm no mercado de câmbio fixando uma paridade para uma moeda nacional fora da realidade, procurando que as mercadorias consideradas essenciais sejam beneficiadas com taxas favorecidas e as não essenciais com taxas elevadas, o que provoca que a moeda seja muito valorizada e que tudo o vem do exterior a esta taxa seja mais barato (MAIA, 2006, p.186).

Como será apresentado em seções posteriores e como é colocado por Collins (1991, p.137), a Venezuela constitui um exemplo de um país que tem implementado um variado leque de políticas buscando influenciar suas contas externas, entre as quais encontram-se as taxas de câmbios diferenciadas.

A autora (p.141) assinala que existem muitas razões para a utilização de taxas de câmbio múltiplas, mencionando que um país pode melhorar a sua balança comercial de uma forma menos dolorosa se recorrer a este tipo de taxa do que optando pela desvalorização. Afirmar ainda que estas medidas permitem proteger a economia de choques externos, além de outros que apontam que é de utilidade na proteção de indústrias nascentes e por razões estratégicas.

Ellsworth (1968)²² *apud* Maia (2006, p.187) diz que a “eficiência do sistema depende da honestidade e capacidade administrativa das autoridades”. Maia (2006, p.187) resgata do livro de Ellsworth (1968), que as taxas múltiplas criam problemas como: confisco de determinadas exportações para subvencionar algum tipo de importação e distorções nos preços relativos.

2.3.6. Importar o produzir

Maia (2006, p.25) questiona sobre importar ou produzir, partindo dos seguintes argumentos: Se se importa, gera-se desemprego. Se se produz, gera-se empregos. Então por que importar? Aqui entram as teorias posicionadas no tocante à competitividade, sobre as vantagens comparativas e competitivas. Maia (2006, p.25) assinala que “em decorrência das diferenças geográficas (clima e solo), os países tem suas produções em função do custo mínimo”. Deste modo, resulta mais vantajoso ao país B produzir café e ao país A produzir trigo. Através do comércio internacional, o país B adquire trigo de A e vende café a A. Neste aspecto, continua o autor assinalando, que “muitas vezes é mais barato comprar do que produzir”.

Não obstante, como assinala Gibbs (2007, p.9), a importação de bens e serviços pode tirar do mercado produtores locais, debilitar os meios de subsistência, acentuar as desigualdades e impelir às pessoas para a pobreza. Por outro lado, grandes setores da população encontram-se conformados por agricultores de pequena escala cujos meios de subsistência poderiam se ver afetados provavelmente pela importação de produtos agrícolas baratos e muitas vezes subvencionados (GIBBS, 2007, p.39).

2.4. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA NA VENEZUELA

2.4.1. A gênese da industrialização

A economia da Venezuela passou, depois da Primeira Guerra Mundial, de uma economia essencialmente agroexportadora para uma economia centrada na produção e exportação de petróleo. A crise mundial do fim da década de 1920 significou um duro golpe para a economia agroexportadora da Venezuela, ao retraírem-se os mercados dos principais produtos

²² ELLSWORTH, P. *Economia internacional*. São Paulo: Atlas. 1968.

(café, cacau e couro)²³, em uma situação de sobre oferta mundial, e frente a uma demanda crescente do petróleo, que significou um enclave para esta e outras atividades econômicas do país (MELCHER, 1995, p.47).

A Venezuela, dada essa mudança no padrão da economia, adotou então o modelo baseado na renda de uma economia petroleira exportadora. Conhecido como *Capitalismo Rentista*, o modelo de desenvolvimento fundamentado na distribuição da renda petroleira que recebe o Estado por conta da venda deste recurso, caracterizou a economia do país, desde as primeiras décadas do século passado, aportando dinamismo à Venezuela, mesmo que, ao mesmo tempo, promovendo profundas transformações sociais pelo menos até a década de 1980 (TORO HARDY, 2009, p.4-5).

Devido ao gasto público crescente financiado pela renda petroleira, existia um poderoso impulso dinamizador da economia, dentro uma demanda agregada, sob a ótica de um *modelo keynesiano autóctone* (TORO HARDY, 2009, p.6)²⁴. O crescimento econômico do país viu-se favorecido por um nível de receitas crescentes e previsíveis, além do crescimento dos investimentos, num ambiente de sólida economia, seguridade jurídica e garantia da propriedade (TORO HARDY, 2009, p.6).

A introdução e rápida expansão da indústria petroleira, iniciada na década de 1920, dá origem à industrialização do país (MELCHER, 1995, p.47). O início deste processo, situa-se entre 1936 e 1945, coincidente, como nos restantes países da América Latina com a Segunda Grande Guerra (SEQUERA, 1989, p.73; LUCAS, 2005, p.5). Durante este período, se estabeleceram políticas econômicas e industriais de caráter protecionista, que permitiram a subsequente industrialização e que posteriormente permitiriam a implementação do “modelo de substituição de importações” (SEQUERA, 1989, p.73; LUCAS, 2005, p.5).

Entre 1936 e 1945, se sucederam dois governos, o de Eleazar López Contreras (1936-1941), período em que se estabeleceram os fundamentos conceituais e instrumentais da industrialização e o de Isaias Medina Angarita (1941-1945)²⁵, período no qual ocorreram avanços em matéria legal e institucional com a promulgação da Lei do Imposto sobre a Renda

²³ A crises estadunidense de 1929, além da grande depressão que continuou, refletiu numa baixa do consumo do café e do cacau, consequência da diminuição do poder aquisitivo nos países industrializados (CARTAY, 1996, p.49).

²⁴ Na década de 1930 John Maynard Keynes explicava para o mundo como lograr os objetivos similares aos que Venezuela pretendia: tinha-se que estimular a demanda agregada. Keynes publicou em 1936 seu “Teoria Geral da Ocupação, o Interesse e o Dinheiro (TORO HARDY, 2009, p. 6).

²⁵ Não completo o período presidencial (1941-1946) ao ser derrocado por um golpe de estado o 18 de outubro de 1945.

(1942), a nova Lei de Hidrocarbonetos (1943), o Seguro Social Obrigatório (1944) e a Lei de Reforma Agrária (1945), que não chegou a entrar em vigência (LUCAS, 2005, p. 6).

Durante estes governos, a significância do petróleo sobre a economia começa a ser relevante. Em 1936, reforma-se a Lei de Tarifas Alfandegárias e a Lei de Hidrocarbonetos, com o objetivo de criar os fundamentos para tarifas alfandegárias protecionistas (MELCHER, 1995, p. 53). Contrário a estas reformas, no ano de 1939, a Venezuela assinou o Tratado de Reciprocidade Comercial com os Estados Unidos, garantindo a este país baixas tarifas alfandegárias e a condição de país mais favorecido, para uma extensa lista de produtos industriais de baixa composição técnica, em troca da redução à metade da nova tarifa alfandegária para o petróleo importado da Venezuela (MELCHER, 1995, p.53; LUCAS, 2005, p. 20; SEQUERA, 1989, p. 73).

Segundo Melcher (1995, p.53), este tratado que esteve vigente até 1972 mostrava a grande dependência que a Venezuela já tinha das receitas petroleiras e o pouco desenvolvimento industrial que tinha alcançado ou que esperava alcançar. Além disso, revelava a ideia dominante dos Estados Unidos sobre a possibilidade de industrialização dos restantes países americanos, relegando-os para o papel de países produtores de alimentos, minerais, outras matérias primas e pequenas indústrias para o mercado local (LUCAS, 2005, p.20-21).

Conforme Melcher (1995, p. 53), apesar do enorme impacto da indústria petroleira na Venezuela, a ideologia dominante neste país tem sido a de considerar esta atividade como um fator alheio e transitório e até potencialmente daninho à economia venezuelana. Já em 1936, Alberto Adriani, Ministro de Agricultura (1936) e Cria e Ministro de Fazenda (1936) durante a Presidência de Eleazar López Contreras (1935-1941), pensava que o futuro do desenvolvimento da Venezuela encontrava-se no campo, na modernização da agricultura e na atividade pecuária, daí a famosa frase acunhada por Arturo Uslar Pietri de “*Sembrar el Petroleo*” (MELCHER, 1995, p.53; BAPTISTA, 1985, p. 36-37).

A intervenção estatal, durante a década de 1940, ligada à política de fomento industrial pela substituição de importações viu-se justificada na medida que a modernização do país avançava, alavancada pelas divisas derivadas das crescentes exportações do petróleo (MELCHER, 1995, p. 54). Não obstante, entre 1945 e 1948, esta bonança derivada da renda do petróleo chegou a fomentar mais o consumo e as importações que o desenvolvimento das indústrias internas, com a característica que durante este período implementaram-se avanços na agroindústria nacional (MELCHER, 1995, p.55).

Melcher (1995, p.57) outorga maior caráter à transformação industrial da Venezuela à década de 1950, coincidente com o período da ditadura militar do General Marcos Pérez Jiménez (1948-1958), embora não se tenha implementado políticas específicas para fomentar seu desenvolvimento. A autora credits esta importância à combinação da crescente disposição sobre a renda petroleira e à afluência de capital estrangeiro que encontrava no país um mercado interessante para seus produtos. Desta forma, Sequera (1989, p. 73) concorda neste ponto ao assinalar que o processo de industrialização venezuelano, desenvolveu-se sob o controle do capital estrangeiro, ao que Melcher (1995, p.57) complementa ao mencionar que a aliança entre capital estrangeiro e nacional estabeleceram a característica fundamental do desenvolvimento neste país.

Lucas (2005, p. 50) se referiu ao “Novo Ideal Nacional”, como foi chamado o programa político e econômico que, a partir de 1952, modelou a ditadura militar como um ideário que concebia o desenvolvimento nacional sobre a base de grandes obras públicas, que gerariam um efeito multiplicador sobre a economia, dentro da melhor concepção keynesiana.

Neste sentido, foram formulados diversos projetos em inúmeras áreas e setores. Assim, no setor agroindustrial, neste período, se introduziram modernos métodos de cultivo industrializado, expandiram-se as fábricas de leite em pó, óleo comestível, margarina, milho processado, alimentos processados para a criação de animais, entre outras (MELCHER, 1995, p. 60). Durante o período, esta atividade que somente abastecia o mercado doméstico, foi altamente subsidiada pela renda petroleira via preços regulados, créditos generosos várias vezes absolvidos e pela exceção do pagamento do Imposto sobre a Renda, devido aos altos custos de produção, a baixa produtividade e a sobrevaloração da moeda (MELCHER, 1995, p.60).

2.4.2. O modelo de substituição das importações

Com a *Declaração de Princípios sobre Política Industrial*, aprovada em 4 de julho de 1958, após a queda do governo militar (23/01/1958), eleva-se o caráter oficial da política de industrialização por substituição de importações na Venezuela (LUCAS, 2005, p. 69; MELCHER, 1995, p. 60). Com a citada declaração, estabelecia-se que a política do governo visaria apoiar o processo de industrialização do país (LUCAS, 2005, p.69).

Hernández (2015, p. 2) assinala em relação ao processo de substituição de importações como o centro da dinâmica econômica e impulsionador da economia da Venezuela, a partir da década de 1960. O autor observa que durante os primeiros dez anos de ter sido decretada esta

medida (1958-1977) o produto *percapita* cresceu de forma sustentada, incrementando-se em 53% no período, apesar que o crescimento populacional também foi muito acelerado.

Apesar disso, o início desta política coincide com uma baixa dos preços internacionais do petróleo, consequência de uma superprodução, que imprimiu uma redução das receitas para o orçamento nacional, situação que foi resolvida pelo então Presidente Rómulo Betancourt, através de cortes nas despesas fiscais e posteriormente pela desvalorização da moeda frente ao dólar²⁶ (MELCHER, 1995, p. 60-61).

Durante o governo de Betancourt, como apoio ao processo de industrialização, considerado fator chave do desenvolvimento desse país, se fomentou o aparato industrial através de créditos, acompanhados de proteção alfandegária frente à competência estrangeira (que só podiam ser aplicadas a poucas importações, devido à existência do Tratado de Reciprocidade Comercial com os Estados Unidos). Aplicam-se: exonerações de impostos alfandegários para matérias primas e bens de capital destinados à indústria, financiamento industrial a baixo custo, promoção direta por parte do Estado para algumas indústrias de capital de alto risco como a siderúrgica e a petroquímica, subsídios diretos a algumas indústrias como a leiteira e assistência técnica à indústria; além de incentivar via decreto²⁷ a compra de produtos de origem nacional e decretar-se a Reforma Agrária (LUCAS, 2005, p. 72; MELCHER, 1995, p. 61).

Da perspectiva agrícola, Hernandez (2015, p.2) assinala que a modernização do setor permitiu uma alta participação do Estado para o desenvolvimento de novos sistemas produtivos, centrado em itens agroindustriais, além da produção avícola e do leite. Neste contexto, o autor assinala que foram instrumentadas um conjunto de políticas que visaram que a agricultura fosse fortemente apoiada pelo Estado, tais como a Reforma Agrária, o financiamento público, o crédito fácil e barato, além da intervenção do setor público na comercialização de produtos básicos tanto para as compras internas como para as importações, beneficiando aos produtores e os consumidores. Tudo foi traduzido, como menciona o autor, em uma nova dinâmica da população rural e numa melhora no consumo de alimentos com baixos níveis inflacionários.

No princípio da década de 1970, o setor agrícola da Venezuela começa a experimentar uma série de transformações, influenciado pelo marco político da época. Entre 1971 e 1976 implementa-se o Programa de Reforma Agrária Integral (PRIDA), que pretendia fortalecer a

²⁶ O bolívar foi desvalorizado de 3,09 bolívares/dólar para 4,40 bolívares/dólar em 1964.

²⁷ O 9 de janeiro de 1959 promulga-se o Decreto N° 512 Compre – Venezuelano, onde estabeleciam-se as normas para dar preferência na administração pública à produção nacional (LUCAS, 2005, p. 72).

economia dos pequenos produtores, com o propósito de suprir uma crescente demanda de alimentos que não era satisfeita pelos grandes e medianos produtores; em 1974, cria-se o Fundo de Crédito Agropecuário (FCA), orientado à capitalização de empresas agropecuárias, afetada por uma políticas de preços mínimos que tinha reduzido a rentabilidade da atividade; em 1975, o Banco Agrícola e Pecuário (BAP) transformou-se em Instituto de Crédito Agropecuário (ICAP) (LLAMBI, 1998²⁸, *apud* ANIDO, 2002, p. 22).

A crise petroleira de 1973 injetou maiores receitas ao orçamento nacional, oxigenando o processo de industrialização. Sob esta bonança, entre 1973 e 1979, durante o governo de Carlos Andrés Pérez, nacionalizam-se as minas de ferro (1974) e a indústria petroleira (1976) e implementa-se o V Plano da Nação, no marco de conjunto de políticas econômicas que objetivaram a criação da “*Gran Venezuela*”, o qual implicou o endividamento do país²⁹, já que contemplava investimentos em rodovias, ferrovias, portos, frotas mercantes, navegação aérea, entre outros e a ampliação das empresas estatais (siderúrgica, petroquímica, hidroelétrica) (ANIDO, 2002, p. 22, LUCAS, 2005, p.129, MELCHER, 1995, p.63).

Anido (2002, p. 23) reconhece que apesar do incremento das receitas fiscais que derivou o *boom* petroleiro e aos planos políticos propostos, a economia nacional se paralisou, aumentou a desigual distribuição da renda e cresceram as importações, além de um incremento do aparato burocrático que absorvia a maior proporção do orçamento nacional e limitava os recursos para o financiamento dos programas previstos além da indenização que significou a nacionalização da indústria petroleira. Por sua vez, Lucas (2005, p. 128) indica que a utilização de grande parte destas receitas provocou uma forte expansão na procura de bens e serviços internos que levou à economia a um aumento da utilização dos recursos em um prazo muito curto, acionando um processo inflacionário que tratou de ser travado via controle de preços.

2.4.3. Esgotamento do modelo de substituição das importações

A década de 1970 experimentou um incremento na demanda mundial de petróleo, consequência de um incremento no consumo e frente aos *shocks* que significaram o conflito árabe israelita de 1974 e a queda do Xá do Iran, em 1979, o que provocou um acréscimo do

²⁸ LLAMBI, L. *La reforma del Estado en Venezuela. El sector público agrícola y el proceso de descentralización*, Caracas: Fundación Polar. 1998.

²⁹ Para o financiamento destes projetos, foram empregados prestamos externos de longa duração, confiando no aumento sustentado da receita da renda petroleira futura e na produção esperada das empresas instaladas, já que parte do dinheiro afluente se dedicou a prestamos e subsídios externos que procuravam ter influência sobre países vizinhos de América Latina (MELCHER, 1995, p. 63)

preço do barril sob a política da OPEP e maiores receitas por este motivo para a Venezuela (CARTAY, 1996, p.50; MELCHER, 1995, p. 64, TORO HARDY, 2009, p.7). Em 1973, o valor médio das exportações petroleiras venezuelanas era de US\$ 4,42 / barril, incrementando-se 124% para 1975, colocando-se em US\$ 14,35 / barril (PODE, 1983³⁰ *apud* TORO HARDY, 2009, p.7). A situação repete-se, em 1979, quando aumentou de US\$ 13,77 em 1978 para US\$ 19,88 em 1979, passando a US\$ 32,69 em 1980, incrementos de 44.4% e 137,4% respectivamente (PODE, 1986³¹ *apud* TORO HARDY, 2009, p.7).

Não obstante, apesar do *boom* petroleiro desta década, a indústria petroleira na Venezuela entrou em um estágio de baixa produção, devido a que as concessionárias estrangeiras cessaram a exploração e os investimentos, uma vez que deviam devolver as instalações em bom estado de funcionamento em 1983, conforme estipulado em uma Lei decretada em 1972 (CARTAY, 1996, p.50; MELCHER, 1995, p. 64). Por tanto a bonança econômica só se viu alcançada pelos aumentos do preço internacional do petróleo e não por um aumento da produção, situação que anos mais tarde se faz crítica para as necessidades financeiras nacionais apoiadas nesta indústria (CARTAY, 1996, p.50; MELCHER, 1995, p. 64).

A década de 1980 recebe uma economia que já vinha oscilando. As políticas de desenvolvimento perdem impulso e a moeda, umas das mais sólidas do mundo, inicia períodos de alterações, combinado com periódicas e bruscas oscilações experimentadas desde a década anterior pelos preços do petróleo, motor da economia desse país (TORO HARDY, 2009, p. 7). Em ambos os *shocks*, os governos da Venezuela incrementaram o gasto público, situação que se tornou difícil de reverter, com preços baixos vigentes do petróleo (TORO HARDY, 2009, p.8). Segundo o autor, a ilação desse período de abundância de receitas petroleiras sem precedentes, foi um forte endividamento por parte do Estado e a desvalorização da moeda após quase vinte anos de câmbio fixo e livre convertibilidade do bolívar.

Em 18 de fevereiro de 1983 (*viernes negro*), o governo do então Presidente Luis Herrera Campins (1979-1984), toma a decisão de desvalorizar a moeda frente ao dólar e estabelece um controle de câmbio fixo. Deste modo, implantaram-se de maneira conjunta o Regímen de Câmbios Diferenciais (RECADI), com dois tipos de câmbios (4,30 e 6,00 Bs. /US\$), um mercado livre com paridade variável e o Sistema Administrativo de Preços (CARTAY, 1996, p. 51). Esta desvalorização foi consequência do clima de incerteza econômica interna, a fuga

³⁰ PODE. Petróleo y otros datos estadísticos. Ministerio de Energía y Minas. Caracas. 1983.

³¹ PODE. Petróleo y otros datos estadísticos. Ministerio de Energía y Minas. Caracas. 1986.

de capitais, a incapacidade de pagar a dívida externa, a redução dos investimentos privados, o déficit na balança de pagamentos e a diminuição das reservas internacionais, combinado com a política governamental cheia de desacertos, além de um entorno internacional, em que se tinha explodido crises, tais como a mexicana, que provocou tensões no sistema financeiro mundial (CARTAY, 1996, p.50).

2.4.4.A vigência dos ajustes heterodoxos

Após a crises de fevereiro de 1983, se pretendeu encaminhar a economia da Venezuela através de um programa de corte “heterodoxo”³² (GUTIÉRREZ, 1997, p. 2). Entre 1983 e 1988, se continuou com a distribuição da já debilitada renda petroleira, através de mecanismos de câmbios diferenciais, controles no âmbito de preços, salários, taxas de juros e comércio exterior, além de subsídios generalizados ao consumo e à produção, mantendo-se a propriedade do Estado sobre parte importante das empresas (GUTIÉRREZ, 1997, p.2, MELCHER, 1995, p.64-65, GUTIÉRREZ, 1995, p.44).

Cartay (1996, p. 51) menciona que em 1984 modificaram-se as taxas de câmbio preferenciais (4,30; 6,00 e 7,50 Bs. /US\$) e utilizou-se o tipo de câmbio de Bs. 7,50 para a maioria das importações de bens e serviços. Além disso, foram tomadas várias medidas austeras no gasto público, o que significou fortes sacrifícios para a população e o aumento do desemprego e o subemprego. Gutiérrez (1995, p. 44) agrega neste aspecto a queda do PIB total e *percapita* devido a diminuição da demanda agregada. O PIB não petroleiro (PIBNP) diminuiu a uma taxa média de 4,1% entre 1982 e 1985 e a taxa de desemprego aumentou de 7% para 12,1% no mesmo período (GUTIÉRREZ, 1995, p.44).

Contraditoriamente, no que pese os vaivéns econômicos aprofundados a partir de 1983, entre este ano e 1988, a indústria da primeira etapa da substituição de importações tem um novo impulso, sob a proteção natural da desvalorização dos salários e custos internos, além do subsídio importante que implicava a importação de matérias primas a dólar preferencial (MELCHER, 1995, p.65). Durante o governo de Jaime Lusinchi (1984-1989), sob o VII Plano da Nação, cujas políticas eram orientadas ao crescimento econômico e a justiça social, se elaboram projetos orientados ao fortalecimento dos setores petroleiros, mineiros e industrial, à

³² As políticas heterodoxas ou não ortodoxas são aquelas que combinam instrumentos próprios da ortodoxia com controles de preços, controles do tipo de câmbio e controles do comércio internacional, baseadas no princípio que a inflação tem um componente inercial muito importante, e por tanto, a política fiscal e monetária restritiva embora podam ser incorporadas ao programa de ajuste, são insuficientes para frear o crescimento dos preços (GUTIÉRREZ, 1995, p. 19).

consolidação da agricultura como atividade econômica prioritária, à transformação do turismo como atividade dinâmica e geradora de divisas, ao desenvolvimento do sistema monetário, à geração de empregos produtivos e bem remunerados, à atenção da pobreza crítica e à melhora dos programas de saúde e educação (ANIDO, 2002, p. 24-25).

Segundo Anido (2002 p.25), o êxito mais concreto da política durante o governo de Lusinchi foi a redução da inflação, além do déficit fiscal para o ano de 1985. Gutiérrez (1995, p. 44) adiciona que a taxa de inflação se situou em níveis abaixo de 20% a.a, mas a taxa de inflação dos alimentos superou à taxa geral. Conforme Gutiérrez (1997, p. 3) entre 1985 e 1988, o PIB e o PIBNP cresceram a uma taxa média anual de 5,3 e 5,8% respectivamente. Por sua vez, a taxa de desemprego diminui desde 12,1% em 1985 para 6,9% em 1988. Não obstante, como afirma o autor, a citada reativação conseguiu-se com o altíssimo custo de gerar posteriormente graves desequilíbrios macroeconômicos, comprovados mediante elevado déficit fiscal, altas taxas de inflação, excessiva super valoração do tipo de câmbio oficial, taxas de juros reais negativas, perda de reservas monetárias internacionais, entre outros.

Do ponto de vista da política agrícola, conforme Gutiérrez (1988, p. 43), no período anterior entre 1969-1983, o setor agrícola venezuelano tinha crescido a taxas inferiores à populacional de 2,1% a.a, encontrando-se ao final do período em uma condição bastante crítica, dado que se tinham produzido diminuições na produção e no número de hectares colhidas. Essa situação foi combinada com uma altíssima dívida que o governo mantinha com os produtores e níveis elevados de importação de alimentos principalmente de cereais, açúcar, leite entre outros.

Ante a deterioração evidente do setor agrícola, introduz-se controles às importações, obriga-se aos bancos privados a destinar uma porcentagem dos financiamentos à agricultura com juros preferenciais, fixam-se os preços internos a valores exageradamente superiores aos internacionais, cresce o investimento públicos em áreas rurais e se outorgam subsídios aos principais alimentos importados (sob a política de câmbios multiplex), com uma forte orientação de mitigar os efeitos das políticas de ajuste sobre a população de menor renda (HERNÁNDEZ, 2005, p4; ANIDO, 2002, p.25).

Segundo Gutiérrez (1988, p.44) foi reformada a Lei de Bancos, com o qual obrigava-se à banca comercial a destinar 22,5% da carteira total ao setor, foram pagas as dívidas contraídas pelo Estado aos agricultores, refinanciada a dívida dos produtores agropecuários, estabelecido um subsidio cambial (dólar preferencial) para a importação de insumos, animais de raça e bens

de capital; estabelecido um convênio entre produtores e a agroindústria e aprovada uma Lei para o desenvolvimento do setor.

Hernández (2015, p.4), indica que os resultados da política agrícola foram satisfatórios para a agricultura, incrementando a produção. Segundo Llambí (1998)³³ *apud* Anido (2002, p. 27) entre 1983 e 1988, a produção agrícola cresceu 4,2% a.a, fato conhecido como o “Milagre Agrícola”, em que os cereais foram os itens mais favorecidos, taxas que só se tinham experimentado na década de 1960. Gutiérrez *et al.* (1995, p.7) assinala que o PIB agrícola (PIBA) *percapita* cresceu a uma taxa de 2,1% a.a entre 1983-1988. Contudo, Hernández (2015, p.4) afirma que se dá pouca prioridade à questão agrária dos pequenos produtores frente aos produtores empresariais, além de ser trasladado parte do custo do desenvolvimento agrícola para os consumidores através de elevados preços dos alimentos, provocando uma galopante inflação neste setor.

Continuando com as oscilações e as crises recorrentes da década de 1980, no ano 1986 o preço internacional do petróleo cai quase à metade. Em 1985 o valor médio das exportações do petróleo venezuelano era de US\$ 32,36 / barril. Um ano depois, este preço caiu para US\$ 16,68 / barril (PODE, 1986³⁴ *apud* TORO HARDY, 2009, p. 9). Buscando mitigar os efeitos da redução dos preços do petróleo aumentou-se o volume de petróleo produzido e a fim de compensar a recessão, o governo iniciou uma política expansiva do gasto público, provocando déficits fiscais, que obrigaram a novas e periódicas desvalorizações da moeda, como intuito de incrementar as receitas em bolívares e cobrir o déficit fiscal gerado (CARTAY, 1996, p. 51).

As desvalorizações constantes geraram um incremento da oferta monetária devido a uma super demanda de créditos, originada pelo congelamento das taxas de juros, gerando consequente fuga de capitais, combinada com níveis de corrupção crescentes pelo funcionamento de RECADI, que outorgava dólares preferenciais a 14,50 bolívares / dólar. Isto implicou em um mercado paralelo de divisas no qual a moeda se cotava a 39,30 bolívares / dólar (CARTAY, 1996, 51). Além disso, a partir de 1987, o crescimento da inflação era estimulado, por aumentos de salários e pela política expansiva do gasto público sem contrapartida de incrementos da produtividade (CARTAY, 1996, 51).

Como visto, a década de 1980 mostrou um comportamento imprevisível e cíclico. Lucas (2005, p.172) resume a mesma diferenciando duas etapas bem marcadas: uma primeira

³³ LLAMBI, L. *La reforma del Estado en Venezuela. El sector público agrícola y el proceso de descentralización*, Caracas: Fundación Polar. 1998.

³⁴ PODE. Petróleo y otros datos estadísticos. Ministerio de Energía y Minas. Caracas. 1986.

estendida até 1983, caracterizada por um declínio da atividade industrial, dada a debilidade na demanda interna consequência do retrocesso da economia petroleira e, uma segunda, onde produz-se um fortalecimento artificial da economia industrial, fundamentada nas restrições às importações, via controle do tipo de câmbio, o que permitiu alcançar os valores mais altos no nível do produto *percapita* entre 1936 e o ano 2000.

2.4.5. O modelo “ortodoxo”

Mesmo com a redução dos preços do petróleo, acontecida em 1986, o governo continuou a política populista de distribuição da renda petroleira às expensas da inflação e do esgotamento das reservas internacionais, as quais passaram de US\$ 13.750 milhões a US\$ 6.671 milhões entre 1985 e 1988 (MELCHER, 1995, p.65; CARTAY, 1996, p.51). A situação econômica no que se encontrava submergido o país, impediram que se cumprisse com o primeiro acordo de refinanciamento da dívida pública externa, assinado em fevereiro de 1986, sob uma irreal superestimação das receitas petroleiras (CARTAY, 1996, p.51).

Sob este panorama, Carlos Andrés Pérez assume pela segunda vez a presidência da Venezuela, em fevereiro de 1989. Dada a situação precedente, o esgotamento das reservas internacionais e a incapacidade de pelo menos pagar os juros da dívida externa, o país viu-se obrigado a adotar um programa de ajustes de caráter “ortodoxo³⁵”, subordinado aos condicionamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (MELCHER, 1995, p.65; GUTIÉRREZ *et al.*, 1995, p.4; GUTIÉRREZ, 1995, p.45; 1997, p.3). Este programa, que foi aplicado bruscamente e com pouca informação para a população, consistia em um pacote de medidas econômicas que visavam eliminar os desequilíbrios econômicos e reorientar a economia para o crescimento autossustentado (CARTAY, 1996, p. 51-52).

Segundo Gutiérrez (1995, p.46) o programa iniciado em 1989, tentava transformar o modelo de desenvolvimento da economia venezuelana, até então caracterizado por uma alta dependência do petróleo e os sintomas da doença holandesa, em que a grande entrada de divisas provenientes da venda do petróleo tem limitado o desenvolvimento de outros setores. Melcher (1995, p. 66) menciona que sob o lema de “se esgotou a renda petroleira” iniciou-se uma tendência de atrair capital estrangeiro para novos investimentos na agricultura e outras

³⁵ Baseado na liberação dos preços dos bens e serviços, abertura dos mercados, livre flotação do tipo de câmbio, reformas financeiras, fiscais e de política comercial, forte estímulo ao investimento estrangeiro, privatizações e diminuição do papel do Estado na economia (GUTIÉRREZ, 1995, p. 46).

indústrias, buscando aproveitar os baixos custos derivados da contratação de mão de obra e serviços, consequência da desvalorização monetária.

O “*Gran Viraje*” da economia, como se chamou o referido programa, iniciou-se com um conjunto de reformas enquadradas, dentre o que para esse momento denominou-se Plano de Ajuste Econômico (PAE) o qual direcionava suas bases sobre três características importantes: adesão ao monetarismo estrito, como forma de combater a inflação; redução da intervenção do Estado através da liberação dos preços, e, por último a liberação do comércio exterior (VALECILLOS, 1992, *apud* GÓMEZ, 2001, p. 304-305)

Gutiérrez (1995, p.46; 1997, p.3) e Gutiérrez *et al.* (1995, p.4) mencionam que o programa implantado conotava implicitamente um viés claramente anti-exportação para os bens diferentes do petróleo, além de um elevado protecionismo. Segundo o autor, os objetivos diretos deste programa de ajuste eram: reduzir os desequilíbrios macroeconômicos, restaurar a taxa sustentada de crescimento sob um clima de estabilidade financeira, diversificar a economia buscando fazê-la menos dependente da renda petroleira, além de desenvolver estratégias contra a pobreza.

Para alcançar os citados objetivos, empregou-se como mecanismos: a liberação dos mercados, redução e/ou supressão de subsídios, fixação de preços, unificação do tipo de câmbio, reforma da política comercial e da política fiscal, renegociação da dívida externa, reforma do sistema financeiro, estabelecimento de uma política de salários baseada na produtividade, orientação da política monetária destinada a garantir taxas de juros reais positivas e uma política de abertura e estímulos tributários para o capital estrangeiro (GUTIÉRREZ, 1995, p.46; 1997, p.3; GUTIÉRREZ *et al.*, 1995, p.6).

Entre as medidas adotadas encontravam-se a supressão do câmbio diferencial e ao mesmo tempo uma nova desvalorização da moeda (desde 14,50 a 30 Bs./Dólar) e posterior unificação e livre flutuação do tipo de câmbio, elevação das taxas de juros a 30 e posteriormente a 45% a.a, com o propósito de neutralizar a tendência de exportação de capital, inflação dos preços em quase 100%, estancamento de salários, eliminação de muitas medidas protecionistas, reforma de tarifas aduaneiras com vistas à integração junto ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), diminuição dos subsídios ampliados e orientação a subsídios focalizados (MELCHER, 1995, p. 66; GUTIÉRREZ, 1995, p.43; 1997, p.5).

Os resultados destas medidas mostraram uma queda do PIB (-8,6%) e do PIBNP (-9,8%) para 1989, os quais conseguem crescer entre 1990 e 1992 em 7,4% a.a. médio para ambos os

casos respectivamente (influenciado por um incremento das receitas fiscais por causa do conflito bélico do Golfo Pérsico em 1990), além de uma diminuição da taxa de desemprego que passou de 9,6% em 1989 para 7,1% em 1992 e uma variação positiva nos salários reais que passaram de -15,8% em 1989 para uma sensível melhora de 3,8% em 1992. O tipo de câmbio, por sua vez, continuou com uma política de minidesvalorizações (“*crawling peg*”) chegando a 56,8 Bs./US\$ em 1992 (GUTIÉRREZ, 1997, p.7). Na área agroalimentar, após um período de crescimento de 6,2% para o PIBA e 3,5% para o PIBA *percapita* (PIBAPC) entre 1983 e 1984, este cai drasticamente para -0,4% e -2,3% respectivamente, entre 1988 e 1993 (GUTIÉRREZ, 1997, p. 19).

No setor agroalimentar as políticas cambial e comercial impactaram negativamente os preços internos dos bens agroalimentares no âmbito do produtor, retraindo o crescimento anual de 0,3% mostrado entre 1984 e 1988 para diminuir a -1,2% entre 1988 e 1993, provocando além disso, que principalmente os produtos que apresentavam poucas vantagens comparativas não alcançaram a competitividade, embora a desvalorização real da moeda iniciada em 1989 fizera que as importações destes produtos que já resultavam baratos pela diminuição dos preços no mercado internacional, fossem ainda mais baratos (GUTIÉRREZ, 1997, p. 21). Outra consequência destas políticas viu-se refletida na rentabilidade econômica da produção agrícola, dado que se incrementaram os preços de insumos, maquinários e equipamentos agrícolas, os quais eram importados com tipos de câmbio preferencial (valorizado) e se eliminaram os subsídios a insumos (fertilizantes e alimentos concentrados, principalmente) e o crédito agrícola. Essa situação não pôde ser compensada com os incrementos dos preços (nominais) e/ou a produtividade (GUTIÉRREZ, 1997, p.21).

Contudo, as transformações deste programa de ajustes, não conseguiram garantir um crescimento sustentado do PIB e a acumulação de capital, portanto não ocorre uma diminuição real da pobreza, não se reverte a tendência decrescente dos salários reais, não ocorre uma melhoria na distribuição da renda e não se consegue baixar as taxas de inflação (GUTIÉRREZ, 1995, p.48; 1997, p.7; GUTIÉRREZ *et al.*, 1995, p.6). Este pacote de medidas implicou, entre outras coisas no empobrecimento da recente classe média e na exacerbação das contradições sociais, além de uma população empobrecida em torno de um ambiente de malversação e corrupção, o que provocou um clima de instabilidade política que derivaram em subversões sociais e insurrecionais (CARTAY, 1996, p.52). Em fevereiro de 1989 ocorreram protestos civis, frente ao pacote de medidas adotadas e em fevereiro e novembro de 1992,

ocorreram dois subversões de corte militar frente a debilidade institucional do país, que derivou na destituição do Presidente Carlos Andrés Pérez em maio de 1993 e um governo de transição com o Presidente interino Ramón J. Velásquez.

2.4.6. A crise financeira, a contrarreforma e o retorno ao modelo ortodoxo

O ano de 1994 na Venezuela recebeu um novo governo que era contrário ao programa de reformas introduzido desde 1989 e, além disso, enfrentou o colapso do sistema bancário nacional. Segundo Cartay (1996, p.52) o incremento sustentado das taxas reais de juros, a dolosa atividade de muitos bancos e a perda da capacidade de influência política de parte do setor bancário, provocou a eclosão de um abissal escândalo financeiro que comprometeu ainda mais a capacidade de recuperação do país.

Gutiérrez (1997, p. 8) refere-se que a conjugação da crise financeira e o discurso antirreformas deu espaço ao desenvolvimento de um clima de incerteza e desconfiança de grande magnitude para a economia, provocando a fuga de capitais, pressionando o aumento do preço do dólar e a intensificação da inflação. Lucas (2005, p. 189) aponta que a intensa fuga de divisas originou o estabelecimento de um sistema de controle de câmbio administrado pela Oficina Técnica de Administração Cambial (OTAC) que se estendeu de 1994 a 1996, acompanhado de uma desvalorização da moeda que passou de Bs.170/US\$ para Bs.290/US\$ e posterior para Bs.476/US\$. Além dos controles no mercado de divisas, introduziram-se controles a nível de preços, taxas de juros e outras áreas; mas não se pôde voltar ao que a política comercial se referia, dado os compromissos já pautados (GUTIÉRREZ, 1997, p. 8).

Dentre a política comercial, Lucas (2005, p.189) e Anido (2002, p. 29; 2004, p.863) assinalam uma radicalização da política de abertura comercial complementada pela subscrição de vários tratados internacionais, entre os que se destacam: o Tratado de Livre Comércio subscrito com Colômbia e México, também chamado Grupo dos Três (G-3) que entrou em vigência em 1 de março de 1995; a adoção da tarifa externa comum do Acordo de Cartagena, em vigência em 1 de fevereiro de 1995; e a promulgação em 29 de novembro de 1994 da Lei Aprobatória do Acordo de Marrakesh, com a que se dá a entrada formal à Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, continuou cumprindo com os acordos de integração da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) e iniciou negociações com a atual Comunidade Andina de Nações (CAN) e estabeleceu em 1997 um acordo comercial com Chile (ANIDO, 2002, p.29; 2004, p.863).

Contudo, persistiu um entorno macroeconômico impregnado de instabilidade, combinado à falta de uma visão estratégica em matéria de políticas necessárias para enfrentar a abertura e a globalização, no qual a agricultura, do mesmo modo que a economia agregada, continuou sem alcançar o caminho do crescimento sustentado (ANIDO, 2002, p.29; 2004 p.863).

No setor agrícola estabeleceu-se a prática de fixar preços mínimos para algumas rubricas, como o atraso na concessão de permissões sanitárias para se evitar as importações, além de refinanciar a dívida agrícola. As proibições e as licenças de importação foram reduzidas a zero e, em média, as tarifas simples foram reduzidas para 11,8% para a economia toda, 14,9% para as importações agrícolas e 17,1% para agroindústria (GUTIÉRREZ, 1998³⁶ *apud* ANIDO, 2004, p. 864).

Embora se tentara todas as formas de encaminhar a economia, os anos de 1994 e 1995 se caracterizaram por contínuos desacertos no plano econômico, declínio da atividade econômica não petroleira, incremento do desemprego, incremento da inflação em que pese os controles, perda das reservas monetárias internacionais e, finalmente, desconfiança para o país nos mercados internacionais (GUTIÉRREZ, 1997, p. 9).

Esta situação, obrigou ao governo do então Presidente Rafael Caldera a retroceder em matéria da política econômica e assinar um novo acordo com o FMI, sob a condição de adotar um novo programa de ajustes acunhado “Agenda Venezuela” (GUTIÉRREZ, 1997, p.9). Com um viés claramente econômico, a “Agenda” tinha como princípios básicos: restabelecer os equilíbrios macroeconômicos fundamentais, reiniciar o crescimento econômico em um ambiente de equidade social, além da recuperação do sistema financeiro (GÓMEZ, 2001, p. 307).

Desta forma, que as políticas principais estiveram enquadradas dentro do ajuste fiscal, cambial, monetário e de estabilização financeira em que as reformas institucionais e o desenvolvimento social eram meios para garantir a estabilidade e o crescimento econômico, através de reformas do marco jurídico, do mercado laboral e reformas no sistema de seguridade social (GÓMEZ, 2001, p.307; GUTIÉRREZ, 1997, p.9). Entre outros pontos, a “Agenda” incluía uma radicalização das privatizações, abertura petroleira e diversificação da economia através do aumento das exportações não tradicionais (GUTIÉRREZ, 1997, p.9; LUCAS, 2005, p.190).

³⁶ GUTIÉRREZ, A. *Reformas e integración económica: efectos sobre el comercio exterior agroalimentario entre Venezuela y Colombia*. Caracas: Fundación Polar. 1998.

Como parte dos projetos da “Agenda Venezuela” e com financiamento do Banco Mundial, em 1996 iniciou-se o programa de extensão agrícola; entretanto, a produção deste setor mostrou um decréscimo de 1,4% interanual entre 1993 e 1998, além do descenso na acumulação de capital mostrado pela agricultura (GUTIÉRREZ e FONTANA, 2001³⁷, *apud* ANIDO, 2002, p. 29). Mesmo assim, algumas rubricas tiveram expectativas favoráveis, baseadas nas vantagens comparativas e competitivas do país, principalmente: arroz, frutas tropicais, musáceas, hortaliças, palma africana, cacau, café, gado bovino e produtos da pesca, ratificando um processo de reestruturação do setor agroalimentar do país (GUTIÉRREZ, 2001 *apud* ANIDO, 2002, p.30; 2004, p.864).

Os resultados do novo ajuste iniciado, viu-se refletido em uma melhoria das finanças públicas, alavancado por um incremento dos preços do petróleo, não obstante os resultados em matéria de preços e crescimento econômico não foram os melhores, se analisados anualmente, devido a que a variação do PIB real foi de -1,6% e a taxa de inflação alcançou 103% em 1996, devido à supressão do controle de câmbio (MIRABAL, 1999, p.25). Apesar disso, conforme dados do Banco Central da Venezuela (BCV) (2015) ocorre uma desaceleração da taxa de inflação a qual mostrou uma média de 29,18% entre 1997 e 1999. Mas, como afirma Rojas *et al.* (2002, p.297), o desenvolvimento da “Agenda Venezuela” encontrou pouca viabilidade dados os embates da crise financeira, a posição insuficientemente convergente da abertura petroleira e a crise asiática de 1997-1998.

2.4.7. Cenário a partir de 1999

Desde 1999, estabeleceu-se na Venezuela um sistema de governo com uma nova ideologia, contrária aos programas de ajustes de inspiração “neoliberal” que foram aplicados neste país na década retrasada³⁸. Assim, o período de governo iniciado em 1999³⁹ tem-se caracterizado por uma alta intervenção estatal em todos os âmbitos da economia e uma expansão do gasto público, via programas sociais, sustentado principalmente na renda petroleira, enquadrado em um contexto de instabilidade política.

³⁷ GUTIÉRREZ, A., FONTANA, H. “*Ritmos de la Tierra: de las maduras a las verdes*”, Venezuela Siglo XXI: Visiones y Testimonios, Libro 2, Caracas: Fundación Polar. 2001.

³⁸ Com a exceção do lapso 1994-1996, marcado pela crise do sistema financeiro que obrigou a adoção de controles de câmbio, preços e de comércio exterior.

³⁹ Hugo Chávez cumpriu três períodos de governos completos. O primeiro se estendeu desde 1999 até 2001, o segundo, após a aprovação de uma nova Constituição, estendido de 2001 a 2006, um terceiro de 2007 a 2013. O quarto período de governo se sucede entre a 4ta reeleição presidencial do falecido Presidente Hugo Chávez, que não conseguiu iniciar o mandato e o mandato do atual Presidente Nicolas Maduro, eleito em abril de 2013.

No ano 1999, assume a presidência o Tenente Coronel Hugo Chávez Frías, líder do falido golpe de estado de fevereiro de 1992, que tentou revogar o mandato do então Presidente Carlos Andrés Pérez quando este cumpria seu segundo mandato. Chávez assume a presidência com uma alta popularidade e frente a uma série de flutuações sociais e econômicas. Em 1998, os preços do petróleo oscilavam US\$ 10,6 / barril, o PIB mostrava uma taxa de crescimento de 0,3% e o PIBPC tinha-se contraído a 1,6%. A taxa de inflação média interanual do último sexênio era de 57,3%, além de existir um marcado déficit na balança de pagamentos com perda das reservas internacionais (com dados de CEPAL, 2004; GUTIÉRREZ, 2015, p. 27). Por sua vez, os índices de pobreza para 1998 alcançavam 43,9% e as taxas de desemprego 11,7% (com dados do INE, 2015). Neste contexto, o governo que iniciava deu continuidade à política macroeconômica do período anterior, embora introduziu-se um projeto constituinte aprovado em dezembro de 1999, com o qual começou a reger uma nova Constituição⁴⁰ que introduz um novo marco político e uma nova orientação do Estado.

No marco da nova Constituição, em julho do ano 2000, o Presidente Chávez é reeleito para um novo período presidencial estendido a seis anos e com direito a reeleição (2000-2006). Durante este segundo período presidencial, em dezembro de 2001, introduz-se um conjunto de 49 leis via *habilitante*⁴¹ com uma alta desaprovação por parte do setor empresarial privado que as julgavam como confiscatórias. Entre este grupo de Leis, encontra-se a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, como canal para atender a redistribuição da terra. Este decreto foi detonante do conflito político e derivou em manifestações convocadas pelo grêmio empresarial e a intentona de golpe, em abril de 2002, e, consequentemente na greve do setor petrolífero em dezembro do mesmo ano.

Brewer-Carías (2008, p. 1) menciona que a intentona de golpe foi consequência da politização iniciada nos primeiros meses do ano 2002 na indústria estatal Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima (PDVSA). Segundo Toro Hardy (2009, p. 10) durante os anos que tinham transcorrido desde a nacionalização desta indústria, em 1975, parecia existir um tipo de acordo implícito entre a diligência política e a diligência petrolífera. O autor menciona

⁴⁰ A Constituição da República Bolivariana de Venezuela é a Carta Magna vigente neste país, adotada o 15 de dezembro de 1999, após um referendun consultivo acontecido o 25 de abril de 1999, que contou com a participação do 37,65% do eleitorado quem com más do 80% aprovaram encaminhou o projeto de Assembleia Constituinte.

⁴¹ “São leis habilitantes as sancionadas pela Assembleia Nacional, pelas três quintas partes de seus integrantes, com o propósito de estabelecer as diretrizes e marcos que se delegam ao Presidente da República com rango de valor de lei, as mesmas devem estabelecer prazos para seu exercício. Art. 203 da Constituição da República Bolivariana de Venezuela.

que os segundos se comprometiam a administrar de forma eficiente a empresa com objeto de entregar aos primeiros os impostos, dividendos e regalias, enquanto estes se comprometiam a permitir que a indústria fosse administrada com critério empresarial privado e com poucas ingerências ideológicas. Por isso durante 25 anos, o êxito da PDVSA tinha sido extraordinário.⁴²

Finalmente, em 2 de dezembro do ano 2002, explodiu a greve da indústria petroleira, conhecida como o “*Paro Petrolero*”, promovida pela Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras) e a diretiva e trabalhadores da PDVSA, como forma de protesto às políticas econômicas estabelecidas pelo governo. A greve estendeu-se até fevereiro de 2003, após dois meses de intensas manifestações. Os resultados econômicos do ano 2002 mostraram uma contração do PIB de 8,9% e do PIBPC de 10,5%, uma inflação de 31,2% e uma taxa de desemprego de 15,8% (com dados da CEPAL, 2004). No período 1999-2003, como descrito por Gutiérrez (2015, p. 28) e como se evidencia na Tabela 2 ocorreu um considerável declínio da atividade econômica, tendência que se agravou com os paupérrimos resultados dos anos 2002 e 2003, quando se fazem notórios os efeitos dos desequilíbrios acumulados, da instabilidade política e do *paro petrolero*.

Tabela 2. Indicadores econômicos na Venezuela no período de 1999 a 2003.

Conceito	1999	2000	2001	2002	2003	Média
Crescimento do PIB (%)	-5,7	3,8	3,4	-8,9	-7,8	-3,0
Crescimento do PIBPC (%)	-7,5	1,9	1,5	-10,5	-9,4	-4,8
Desemprego (%)	15,0	13,9	13,3	15,8	18,0	15,2
Variação do IPC (%)	20,0	13,4	12,3	31,2	27,1	20,8

Fonte: Dados da CEPAL, 2004

PIB: Produto Interno Bruto

PIBPC: Produto Interno Bruto *percapita*

IPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

A partir do ano de 2003, e pelos efeitos negativos que sobre a economia, representaram a agitação acontecida no ano 2002, marcada principalmente pelo *Paro Petrolero*, o governo inicia uma política econômica marcada por radicais mudanças institucionais além da expansão da intervenção estatal através de mecanismos de controles a nível de preços e do sistema cambial, principalmente, somado a uma expansão da infraestrutura estatal principalmente na área de alimentos, ampliada principalmente através das expropriações. Neste ano, já se tinha

⁴² Para 1995, PDVSA era a segunda maior empresa petroleira do mundo, só superada por Saudi Aramco de Arábia Saudita (TORO HARDY, 2009, p.10).

iniciado um incremento das receitas petroleiras que se tem mantido até finais do ano 2014, o qual favoreceu o programa de governo, mas intensificou a dependência mal gerenciada desde governos anteriores.

Entre os mecanismos adotados para a estatização da economia foi estabelecido um sistema cambial fixo que posteriormente foi modificado para um sistema de taxas de câmbio múltiplas. Assim, em janeiro de 2003, o governo suprime o mercado de câmbio livre e em fevereiro do mesmo ano cria a Comissão de Administração de Divisas (CADIVI), através do Decreto N° 2.303 publicado na *Gaceta Oficial* (G.O) N° 37.625 de 05/02/2003 substituída em março de 2014 pelo Centro de Comércio Exterior (CENCOEX) de acordo ao Decreto N° 601 sobre G.O Extraordinária N° 6.116 do 29/11/2013.

A Venezuela constitui-se como um país que tem adotado, desde a década de 1980, em diferentes governos, política de controle cambial. Assim, já no início da década de 1990, Collins (1991, p.137) observou que este país era um exemplo em que se tem implementado um variado leque de políticas com o objetivo de influenciar a suas contas externas, mencionando como componentes principais taxas de câmbio diferenciadas, restrições quantitativas às importações, entrega ao banco central das receitas em divisas estrangeiras obtidas pelos exportadores, depósitos prévios efetuados pelos importadores e restrições aos fluxos de capitais.

Deste modo e como já visto, após o chamado *viernes negro* em fevereiro de 1983, estabelece-se o primeiro sistema de controle cambial, RECADI que se prolongou até 1989, com duas taxas diferenciadas: Bs.4,30/US\$ e Bs.6,00/US\$, além de uma taxa livre para as restantes importações. A taxa era destinada às importações consideradas essenciais e ao pagamento da dívida externa. O segundo sistema de controle cambial, OTAC, estabelecido entre 1994 e 1996, iniciou em Bs.170/US\$ e fechou em Bs.476/US\$. Já o último sistema iniciado em 2003, após o chamado *Paro Petrolero*, tem sofrido diferentes modificações que se estende até os dias atuais.

O sistema de controle cambial estabelecido a partir de 2003 iniciou com uma taxa fixa de Bs. F 1.600 /US\$ passando a Bs. F 1.920 em 2004 e Bs. F 2.150/US\$ em 2005. Em 2008 entrou em vigência uma reconversão monetária no que se introduziu um novo símbolo monetário, o Bolívar Forte (Bs F) que suprimia três zeros da moeda anterior. Com esta nova reforma em 2010, o governo adota um sistema de câmbios múltiplos estabelecido através do Convênio Cambiário N° 14, publicado na G.O N° 39.342 em 08/01/2010, em que se diferenciam duas taxas de câmbio para a importação. O setor de alimentos começa a ser favorecido com uma taxa

preferencial (BsF.2,60/US\$ para alimentos e outras, e Bs F.4,30/US\$ para as restantes importações). O citado convênio foi modificado no final do mesmo ano, unificando novamente as importações para uma taxa só (Bs F 4,30/US\$), conforme publicado na G.O N° 39.584 de 30/12/2010, a qual foi ajustada em 08/02/2013, para Bs.F 6,30/US\$.

Paralelo ao sistema cambial principal, no qual eram inicialmente transacionadas todas as operações cambiárias, tem-se criado outros sistemas análogos para importações discricionais. Assim, em 09/06/2010, foi criado o Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira-SITME para importações não prioritárias a uma taxa de Bs.F 5,30/US\$, suprimido em 08/02/2013. Em 30/03/2013, cria-se o Sistema Cambiário Alternativo de Divisas-SICAD I outro sistema paralelo para importações não prioritárias que funcionava por leilões (taxa média de Bs. F 11,33/US\$). Em 20/02/2014 cria-se o SICAD II (taxa média de Bs. F 50,96/US\$), este último fundido com o SICAD I em fevereiro de 2015. Com o Convênio Cambial N° 33 de 10/02/2015, publicado em G.O Extraordinária N° 6.171, cria-se o terceiro sistema SIMADI (taxa média de Bs. F 190/US\$).

Por outra lado, em fevereiro de 2003, apenas dois dias após a instauração do sistema cambial, o governo através do Decreto N° 2.304 publicado na G.O N° 37.626 de 07/02/2003 declara como bens de primeira necessidade uma lista de 45 produtos e 7 serviços, os quais passaram a ser regidos por preços máximos publicados em 11 de fevereiro do mesmo ano conforme Resolução DM N° 029 publicada na G.O N° 37.629, e que tem sofrido reiteradas modificações e adaptações via decretos e, mais recentemente, através das providências emitidas pelos organismos do Estado, encarregados para tal fim.

Entre 2003 e 2015, tem-se decretado Leis que atingem diretamente todo o mecanismo de sistema de preços. Deste modo, em maio de 2004 é promulgada a Lei de Proteção ao Consumidor e ao Usuário mediante a G.O N° 37.930, reformada em 2008, 2009 e 2010; em fevereiro de 2007 é ditada a Lei contra o *acaparamiento*⁴³ e em janeiro do ano 2014 é promulgada a Lei Orgânica de Preços Justos (LOPJ), mediante G.O N° 40.340 de 23 de janeiro de 2014, a qual revogou à Lei de Preços Justos que regia desde o ano 2011. Através do Regulamento Parcial da LOPJ publicado em G.O N° 40.347, de 3 de fevereiro de 2014, foram suprimidos o Instituto para a Defesa das Pessoas no Acesso aos Bens e Serviços (INDEPABIS) e a Superintendência Nacional de Custos e Preços Justos (SUNDECOP) e criada em

⁴³ *Ley Especial de Defensa Popular contra el Acaparamiento, la Especulación, el Boicot y cualquier otra conducta que afecte el consumo de los alimentos o productos sometidos a control de precios de 2007*

substituição a Superintendência Nacional para a Defesa dos Direitos Socioeconômicos (SUNDDE).

Na área agroalimentar, apoiados na Constituição de 1999, que entre seus artigos 305 e 307 dá-se caráter legislativo à seguridade alimentar, o desenvolvimento rural e a distribuição agrária; tem-se promulgado inúmeras leis, principalmente via *habilitante*, seguido de uma expansão das instituições. Entre estas leis citam-se: Lei de Crédito para o Setor Agrícola (2001, reformada em 2005 e 2010), Lei de Pesca e Aquicultura (2001), Lei do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, Pesqueiro, Florestal e Afins (2001), Lei de Comercialização Agrícola (2002), Lei Orgânica de Seguridade e Soberania Agroalimentar (2008), Lei de Saúde Agrícola Integral (2008), Lei do Sistema Nacional Agroalimentar (2015), entre outras.

Segundo Gutiérrez (2015, p. 34), as políticas agroalimentares promulgadas desde 1999 têm sido fundamentadas nos seguintes objetivos: a) garantir a seguridade e a soberania agroalimentar, priorizando o abastecimento através da produção nacional e promovendo o desenvolvimento rural; b) promover a revolução agrária e eliminar o latifúndio; c) promover a mudança dos relacionamentos sociais da produção no setor; d) concentrar esforços nas cadeias produtivas com vantagens comparativas; e) melhorar as dotações de bens e serviços para o setor através do financiamento e f) resgatar e ampliar a infraestrutura para o mercado rural e a produção.

Além dos controles estabelecidos, a partir de 2003, o governo empreende um conjunto de programas sociais, denominadas “*Misiones*” chamadas a atender áreas prioritárias como alimentação, saúde e educação, principalmente. As mesmas têm-se visto favorecidas pela tendência crescente das receitas fiscais dado a ascensão dos preços do petróleo no mercado internacional. Gutiérrez (2015, p. 27) destaca que estes programas sociais, que tem tido um amplo apoio por parte do governo cubano, têm desempenhado um papel transcendental na ação do governo e na sustentação de altos níveis de popularidade entre a população de menor poder aquisitivo, embora a expansão destes programas tende a diminuir.

O impulso das políticas econômicas empreendidas pelo governo viu-se reforçada com os comícios eleitorais que garantiram a permanência do Presidente Chávez no governo. O *referendum* revocatório realizado em 15 de agosto de 2004, permitiu a este continuar em exercício de suas funções até o final de seu mandato, em fevereiro de 2007. Posterior à reeleição, em dezembro de 2006, para um novo período presidencial (2007-2013) reorientou as

políticas sob o programa político denominado “Socialismo do Século XXI”⁴⁴. Segundo Iglesias *et al.* (2014, p. 18) este conceito foi preconizado por Heinz Dietrich Steffan em 1996, embora este autor defenda a substituição dos preços definidos pelo mercado por uma forma de precificação baseado no valor do trabalho, o que se percebe é que a política econômica venezuelana apenas de forma gradual se tem influenciado pelas doutrinas do socialismo do século XXI.

Gutiérrez (2015, p.28-29) resume as medidas políticas, econômicas e sociais do período 2003-2008 da seguinte maneira: foram ampliadas as quantidades de bens e serviços com preços controlados; foi mantido o sistema de controle cambial, acentuando-se a política de apreciação da taxa de câmbio real, típico de economias com capitalismo baseado em renda majoritariamente de um fator; no âmbito de políticas monetárias, as taxas de juros reais foram fixadas abaixo da taxa de inflação (reais negativas) e expandiu-se a oferta monetária em termos reais paralelo ao crescimento do gasto e do endividamento público; o governo intensificou a luta contra o latifúndio e ampliou seu papel como produtor de bens e serviços, resgatando e expropriando terras em plena produção agrícola e pecuária, além de expropriar e nacionalizar empresas diversas. Além disso, acrescentou o papel do Estado como produtor, distribuidor, comercializador e importador de bens e serviços, além de crescer os subsídios governamentais junto às chamadas “*misiones*” e programas sociais.

No que corresponde à política comercial, em 2004, cria-se a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)⁴⁵ sob a concepção da cooperação internacional no âmbito social, político e econômico e que tem mantido oposição aos tratados de livre comércio acordados na região, principalmente o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). De igual maneira, em 2008, cria-se a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), integrada pelos doze estados da América do Sul, como forma de integração sul-americana. Em abril de 2006, Venezuela notifica sua saída da CAN e, em maio do mesmo ano, retira-se do G-3, enquanto já dava início a sua entrada formal junto ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A saída oficial do país da CAN foi formalmente consolidada em abril de 2011 e o comércio

⁴⁴ Este programa foi impulsado através do Primeiro Plano Socialista (PPS) de Desenvolvimento Econômico e Social 2007-2013, cujo objetivo era a construção do socialismo do século XXI, baseado em sete linhas estratégicas: a nova ética socialista, a suprema felicidade social, a democracia protagonista revolucionária, o modelo produtivo socialista, a nova geopolítica nacional, a Venezuela: potência energética mundial e a nova geopolítica internacional.

⁴⁵ Integrada por Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Domínica, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela.

bilateral entre as nações que conformam esta comunidade com a Venezuela, tem-se mantido pela via de acordos bilaterais. Por sua vez, a entrada formal ao MERCOSUL consolida-se em julho de 2012.

Desde o ano de 2002, o país viu-se favorecido com preços do petróleo historicamente altos, os quais favoreceram a expansão do gasto público. Neste aspecto, experimentaram-se incrementos vertiginosos nos preços desse produto, atingindo a marca de US\$ 103,20 / barril em 2008, o máximo valor histórico experimentado, com referência aos preços da cesta petroleira venezuelana (CPV). Este crescimento alavancou os programas sociais executados pelo governo durante este período. Segundo cifras oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicadores sociais como a pobreza se reduziram significativamente ao passar de 43,9% em 1998 para 27,3% em 2013 e a desigualdade decresceu, refletido numa diminuição do Coeficiente de Gini de 0,49 em 1998 para 0,40 em 2012 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Indicadores sociais na Venezuela no período de 1998 a 2013.

Fonte: Dados do INE, 2015.

A economia venezuelana, ao contrário do assinalado no programa de governo do início deste século, com a alegada mudança do modelo de produção rentista para a produção

diversificada, segue, no entanto, sendo altamente dependente do primeiro modelo⁴⁶. Paro o ano de 2014, as exportações petroleiras significaram 98% do total das exportações venezuelanas (com dados do BCV, 2015). Com isto, o país, segue sendo condicionado pelas flutuações do mercado internacional desta *commodity*. Toro Hardy (2009, p.9) menciona que após cada *boom* petroleiro a experiência demonstra que advém um novo período de estagnação. Assim como mostrado no Gráfico 2, observa-se que este fenômeno que aconteceu no passado, continua se repetindo nos últimos anos.

Gráfico 2. Evolução dos preços internacionais do petróleo (em US\$/barril) – Cotações Cesta Petroleira Venezuelana (CPV) *West Texas Intermediate* (WTI) e BRENT no período de 1997 a 2015.

Fonte: Gutiérrez (2015), *World Bank Commodity Price Data* (2016), MPPPM (2016).

A Venezuela experimentou um prolongado período de preços altos do petróleo entre 2002 e 2014. Esta tendência, como se observa no Gráfico 2 se prolongou de maneira interrompida até 2008, quando os choques da crise financeira mundial fizeram-se sentir sobre este mercado no ano seguinte. Não obstante, a tendência se recuperou em 2010, alcançando picos entre 2011 e

⁴⁶ O governo iniciado em 1999 em seu Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PDES) para o ano 2001, incluía como parte de seu projeto de desenvolvimento econômico a mudança do modelo rentista de venda do petróleo para uma economia produtiva e diversificada.

2013. Como visto, a Venezuela desfrutou de um período ascendente de preços do petróleo, refletidos sobre as receitas fiscais, o que ocasionou um período de bonança econômica, principalmente entre 2003 e 2008 e 2010 e 2014 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Exportações petrolíferas (em milhões de dólares) da Venezuela no período de 2002 a 2014.

Fonte: BCV, 2015.

Toro Hardy (2009, p.9) chama a atenção neste respeito, mencionando que a economia venezuelana tem se caracterizado por uma perda da vitalidade em que a renda petrolífera era a principal responsável. Assim, o autor afirma que os períodos de incremento no preço internacional do petróleo dirigiram a um crescimento do tamanho do Estado, situação que acarretou crises fiscais e profundas crises econômicas, quando estes baixavam.

Entre 2004 e 2008, o país experimentou as mais elevadas taxas de crescimento representadas pelo PIB (7,5%) e pelo PIBPC (5,6%), claramente influenciadas pela alta de preços na indústria petrolífera que se viveu no período. As taxas de desemprego se retraíram se comparadas com o período entre 1999 e 2003, mas continuaram altas, se comparadas com a década de 1990 cuja média foi de 9,9%. A inflação medida pelo índice de preços ao consumidor ficou igual ao período precedente (1999-2003), com um acréscimo significativo no ano 2008, conforme pode-se observar na Tabela 3 (com dados da CEPAL, 2014).

Tabela 3. Indicadores econômicos na Venezuela, no período de 2004 a 2008.

Conceito	2004	2005	2006	2007	2008	Média
Crescimento do PIB (%)	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	10,5
Crescimento do PIBPC (%)	16,2	8,4	8,0	6,9	3,5	8,6
Desemprego (%)	15,3	12,4	9,9	8,4	7,3	10,7
Variação do IPC (%)	19,2	14,4	17,0	22,5	30,9	20,8

Fonte: Dados da CEPAL, 2014.

Entre 2009 e 2014, os indicadores econômicos se retraem significativamente, apesar das receitas fiscais elevadas, derivadas da venda do petróleo, como visto no gráfico 2. Este período coincide com os maiores preços sustentados do petróleo experimentados na década, e, porém, com as maiores receitas fiscais em 2011 (US\$ 88.132 milhões), em 2012 (US\$ 93.569 milhões) e em 2013 (US\$ 85.603 milhões). As receitas foram declinantes em 2009 e 2010, consequência da crise econômica mundial e em 2014 quando inicia-se o descenso do preço de petróleo, com previsão de seguir baixando. Em consequência, como apresentado na Tabela 4, o crescimento médio mostrado pelo PIB (0,6%) e o PIBPC (-1,0%) se retraíram consideravelmente e a taxa de inflação média (36,6%) experimentou a taxa mais alta dos três períodos (99-03; 04-08 e 09-14). No entanto, o desemprego melhorou se comparado com os períodos entre 99-03 e 04-08.

Tabela 4. Indicadores econômicos da Venezuela no período de 2009 a 2014.

Conceito	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Crescimento do PIB (%)	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-4,0	0,4
Crescimento do PIBPC (%)	-4,7	-2,9	2,7	4,2	0,0	-4,4	-0,9
Desemprego (%)	7,9	8,7	8,3	8,1	7,8	7,2	8,0
Variação do IPC (%)	25,1	27,2	27,6	20,1	56,2	68,5	37,5

Fonte: Dados da CEPAL, 2014 e CEPAL, 2015.

Gutiérrez (2015, p. 21) assinala que as políticas econômicas aplicadas desde o ano 1999 têm conduzido a um crescimento econômico instável e medíocre se comparado pelo experimentado pela América Latina e o Caribe (ALC), com tendência a diminuir a renda *percapita* nos últimos anos (2008-2014).

Para o ano de 2014, a Venezuela apresentou a pior taxa de crescimento do PIB (-4,0%) e do PIBPC (-4,4%) da região, contraindo significativamente a taxa média da ALC que ficou em 1,2% e 0,1% respectivamente. Do mesmo modo aconteceu com a taxa de inflação, medida sobre os preços ao consumidor, que alcançou 68,5% para o mesmo ano, a mais alta desde 1996,

diminuindo os resultados da ALC toda que foi de 6,3%. Por sua vez, em matéria de comércio exterior os crescimentos dos volumes de exportação ficaram estancados em 0,2% e as importações se retraíram em 17,7%. Em matéria das receitas fiscais e as reservas internacionais com respeito ao PIB, estes se contraíram em 3,7% e 4,7% respectivamente. As taxas de desemprego mostraram uma leve melhoria se comparados com os valores do último sexênio que foi em média de 8,0%, ficando em 7,2% (com dados da CEPAL, 2014 e CEPAL, 2015).

Segundo a CEPAL (2014, p. 23) o invariável incremento dos preços do consumidor neste país, são consequência do incremento de bens, além da desvalorização monetária nos preços internos e um forte crescimento dos agregados monetários. Em relação ao setor de alimentos em um período de 12 meses até outubro de 2014, o resultado acumulado foi de 91%, com uma tendência de seguir aumentando, quando comparado ao resultado do ano 2013, onde alcançou 73,9% (com dados da CEPAL, 2014). A isto adiciona-se o incremento da escassez de produtos que passou de 23% ao final de 2013 para 29,4%, conforme cifras do BCV para finais do terceiro trimestre do ano de 2014 (PROVEA, 2014, p.71).

Gutiérrez (2015, p.21) menciona que, atualmente, estão-se evidenciando os fortes desequilíbrios macroeconômicos em um contexto marcado pela recessão econômica, com elevadas taxas de inflação e redução dos preços do petróleo. A queda do preço internacional desta *commodity* no final do ano de 2014, tem influenciado expressivamente o desempenho econômico deste país dada à alta dependência externa e fiscal que a Venezuela tem sobre o setor dos hidrocarbonetos (Banco Mundial, 2015). Ao contrário de outros países emergentes como Bolívia, România, Cazaquistão e Peru, a Venezuela não realizou poupança para enfrentar uma contração do entorno internacional e mitigar os desequilíbrios macroeconômicos derivados da crise internacional (Banco Mundial, 2015).

2.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO DA CARNE BOVINA NO ÂMBITO MUNDIAL

2.5.1.Importância da carne bovina

Desde a domesticação do gado para alimento em 6.500 AC, no Oriente Médio, a carne tem sido parte essencial na alimentação humana (USDA, 2015). Blandino (2005, p.40) afirma que seu consumo está sempre associado a um maior nível de desenvolvimento econômico, atribuindo-se um maior consumo desta a melhores condições de vida da população.

Segundo Varela *et al.* (2001, p. 5), a carne bovina tem um papel importante na alimentação humana, constituindo-se numa destacável fonte de nutrientes e especialmente de proteínas, ferro e várias vitaminas do complexo B. Deste modo, os autores destacam o papel transcendental que seu consumo desempenha em países menos desenvolvidos, onde apesar de ser consumida em pequenas quantidades, pode contribuir na ingesta de vitaminas do complexo B, melhorar a qualidade proteica da dieta e melhorar a eficiência digestiva e a biodisponibilidade do ferro e zinco dietéticos.

2.5.2. Consumo mundial de carne bovina

Nas últimas seis décadas, a carne bovina passou de ser a primeira carne consumida a terceira, por efeito do crescimento de participação das proteínas animais substitutos (suína e de frango) como se observa no Gráfico 4. Para o ano de 2015, conforme dados estimados do USDA (2015) estas três proteínas de origem animal em conjunto, totalizavam 252 milhões de toneladas do consumo mundial, com uma participação de 43,67% para a carne suína, 33,87% para a carne de frango e 22,46% para a carne bovina. A taxa de crescimento do consumo da carne de frango foi de 7,59% a.a, entre 1960 e 2014, sendo que a carne suína cresceu a uma taxa de 3,39% a.a, e a carne bovina 2,49% a.a.

Gráfico 4. Comportamento do consumo mundial de carnes (bovina, suína, frango) no período de 1961 a 2011.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Em relação aos maiores consumidores de carne bovina do mundo, conforme as estatísticas do USDA para o ano de 2014, e como apresentado na Tabela 5, a Argentina lidera este grupo, com um consumo *percapita* de 58,24 kg/habitante, seguido muito de perto do Uruguai com 59,36 kg/habitante, o Brasil apresenta consumo médio de 38,32 kg/habitante enquanto os Estados Unidos aparece com 35,26 kg/habitante.

Tabela 5. Maiores consumidores de carne bovina no mundo para ano de 2014.

País	Consumo Doméstico (Milhares de TM)	População (Milhares de Habitantes)	kg/habitante/ano
Argentina	2.503	42.980	58,24
Uruguai	203	3.420	59,36
Brasil	7.896	206.078	38,32
Estados Unidos	11.244	318.900	35,26

Fonte: Dados do USDA (2015) e Banco Mundial (2015) adaptados pela autora.

Na virada da última década, os países asiáticos são os que mostram um maior aumento relativo do consumo de proteínas animais, crescimento vinculado ao crescimento econômico e ao efeito da elasticidade da renda para carnes. O continente asiático reúne países que não possuem os recursos naturais necessários para abastecer seu incremento de consumo. Com exceção da Índia, exportadora de carne bovina e, principalmente bubalina, não há na região outro país capaz de gerar excedentes exportáveis (OCDE-FAO, 2014). Este crescimento dos mercados asiáticos representou 76%, entre 1991 e 2011, em contraposição ao dos países norte-americanos e europeus, conforme apresentado no Gráfico 5.

Conforme as estatísticas da FAO (2015), o consumo de carne bovina manteve-se estável ou em queda nos países desenvolvidos, o que pode indicar, como afirma Puricelli (2011, p.2), que foi atingida uma situação de saciedade, ou, o que é mais sugestivo, uma mudança de hábitos de consumo para outros tipos de proteína (animal ou vegetal). Os países em desenvolvimento se apresentam como grandes impulsionadores do crescimento deste mercado na década atual, principalmente, muito em função do aumento da renda *percapita* destas populações, que alavanca o consumo de proteína de origem animal (carne e lácteos) nestas regiões (PURICELLI, 2011 p.2; OCDE-FAO, 2014, p.190-191).

Gráfico 5. Consumo de carne bovina (em kg/habitante/ano) em regiões selecionadas no período de 1991 a 2011.

Fonte: Dados da FAOSTAT (2015), adaptados pela autora.

Segundo a OCDE-FAO (2014, p.191), as determinantes que impulsionam o consumo de carne diferem significativamente entre regiões, com diferentes culturas e tradições alimentares, além das condições distintas de natureza socioeconômicas. Não obstante, como assinala-se na citada publicação, como a carne é um alimento relativamente caro, a renda dos consumidores desempenha um papel importante na decisão de compra e no impulso do consumo. O crescimento econômico, na última década, fomentou um maior consumo de carne percapita na maioria dos países, embora em alguns já se chegou a níveis de saturação.

Seguindo o padrão de elasticidade renda, observa-se uma tendência de aumento no consumo de carne bovina em países com mercados emergentes avançados como o Brasil e a China e também de países com mercados emergentes secundários, tais como o Paquistão (Tabela 6).

Tabela 6. Consumo de carne bovina (em kg/habitante/ano) em países selecionados.

Ano	Brasil	China	Paquistão
1993	27,99	1,65	6,38
2003	33,34	4,13	6,22
2013	39,25	5,12	8,82

Fonte: FAOSTAT (2015).

Dentre os países da região sul-americana, além da liderança já apresentada de Argentina, Uruguai e Brasil; Chile e Paraguai se colocam como grandes consumidores, seguido por Colômbia e Venezuela que se encontram em patamares menores de consumo, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7. Consumo de carne bovina em países selecionados para o ano de 2014.

País	Consumo Doméstico (Milhares de TM)	População (Milhares de Habitantes)	kg/habitante/ano
Argentina	2.503	42.980	58,24
Uruguai	203	3.420	59,36
Brasil	7.896	206.078	38,32
Chile	459	17.763	25,84
Paraguai	162	6.553	24,72
Colômbia	875	47.791	18,31
Venezuela	536	30.694	17,46

Fonte: Dados do USDA (2015) e Banco Mundial (2015) adaptados pela autora.

Como apresentado no Gráfico 6, em termos do crescimento interanual do consumo, a Venezuela coloca-se como um dos principais destaques da região, alavancado por um incremento nas importações. O crescimento médio anual entre 2001 e 2014 foi de 1,9% a.a, colocando-se em patamares similares ao crescimento do consumo do Brasil, mas inferior ao crescimento médio anual do Peru que cresceu a uma taxa de 3,2% a.a e do Chile que ficou em 2,2% a.a.

2.5.3. Produção mundial de carne bovina

Conforme dados do USDA e como apresentado no Gráfico 7, o rebanho bovino mundial foi da ordem dos 994 milhões de cabeças em 2014, com uma tendência de queda nos últimos cinco anos e segundo as estimações do USDA para 2015. Índia, Brasil, China e Estados Unidos possuem os maiores rebanhos. A Índia ocupa a primeira posição com 300 milhões de cabeças e o Brasil a segunda com 213 milhões. Ambos vêm expandindo seus rebanhos, o que implica maior concorrência nos mercados globais de carne bovina. Por sua vez, a China também vem expandindo seu rebanho bovino o que pode implicar mudanças importantes nos mercados de carne bovina e cereais no futuro próximo.

Gráfico 6. Crescimento médio (%) do consumo de carne bovina em países selecionados para o período entre 2000 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015) adaptados pela autora.

Gráfico 7. Rebanho bovino em países selecionados (em milhões de cabeças) no período de 1993 a 2013.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Ao contrário do que se pensa da tendência do rebanho bovino nos Estados Unidos, a perspectiva para o futuro para este país é uma reconstituição do tamanho do rebanho e que provavelmente impactará no comportamento do mercado do Pacífico. Isto é esperado por conta da recuperação em relação à queda que começou no ano de 2006 (queda das exportações) e que se manteve durante oito anos. Esta curva se agravou, sobretudo por causa da seca do ano de 2012 que contribuiu com o aumento do abate naquele país (OCDE-FAO, 2014 p.189).

Conforme dados do USDA (2015) e como apresentado na Tabela 8 e no Gráfico 8, a oferta expandiu-se 23,77% para a produção de carne bovina nos últimos 20 anos, alcançando 59,69 milhões de toneladas em 2014. Os Estados Unidos apresentam-se como um dos principais produtores da carne bovina mundial que produz 18,56% da carne total produzida, seguido do Brasil com 16,29%, a União Europeia como bloco econômico com 12,41% e uma menor participação da China, da Índia, da Argentina, e da Austrália. Observa-se um crescimento mais acelerado na produção para a Índia, a China e o Brasil que expandiram a produção em 7,51%; 4,12% e 2,72% ao ano, respectivamente, podendo esse movimento ser consequência de maiores vantagens comparativas. No caso do Brasil, o fato de produzir a pasto, traz grandes vantagens comparativas em termos dos custos de produção envolvidos.

Tabela 8. Produção de carne bovina mundial em países selecionados (em milhões de toneladas de equivalente carcaça) no período de 1960 a 2014.

Ano	Mundo	EUA	Brasil	U.E	China	Índia	Argentina	Austrália
1960	23.599	7.195	1.359	Nd	Nd	156	1.893	685
1965	28.065	8.957	1.497	Nd	Nd	161	1.995	964
1970	34.303	10.103	1.845	Nd	Nd	176	2.624	1.002
1975	41.497	11.271	2.150	Nd	298	604	2.439	1.703
1980	42.921	9.998	3.285	Nd	269	642	2.839	1.534
1985	45.492	11.000	3.708	Nd	467	795	2.750	1.338
1990	50.470	10.464	5.007	Nd	1.256	2.161	2.650	1.718
1995	49.021	11.590	6.080	7.964	4.154	1.100	2.600	1.717
2000	52.990	12.298	6.520	8.325	5.131	1.525	2.880	1.988
2005	56.026	11.318	8.592	8.136	5.681	2.225	3.200	2.090
2010	58.485	12.046	9.115	8.101	6.531	3.125	2.620	2.129
2014	59.690	11.078	9.723	7.410	6.890	4.125	2.700	2.595

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Nd: Não disponível.

EUA: Estados Unidos. U.E: União Europeia.

Gráfico 8. Produção de carne bovina mundial em países selecionados (% do total mundial produzido) no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a cada ano elaboram um relatório sobre as Perspectivas Agrícolas projetados para dez anos. Na última versão disponível, especificamente no caso da produção da carne bovina, assinalam que: 1) Espera-se uma notável mudança de tendência na Rússia e na Argentina, após uma década de diminuição da produção; 2) Após um débil crescimento na década passada, espera-se que a oferta de carne bovina nos Estados Unidos avance 1,2% anual entre 2014 e 2023; 3) A Índia representará quase 10% da carne bovina adicional produzida para 2023, na medida em que sejam implementados programas governamentais que visem aumentar o abate de bovinos para a exportação; e, 4) Está previsto um crescimento importante da produção que acontecerá nos países menos desenvolvidos da África, baseados em ampliação dos sistemas de pastoreio.

2.5.4. Importações e exportações

O *ranking* mundial de países importadores de carne bovina é dominado pelos Estados Unidos, Rússia, Japão e Hong Kong, seguido em menores volumes por China, Coreia do Sul, União Europeia, Canadá, Venezuela e Egito (Gráfico 9).

Gráfico 9. Países importadores de carne bovina para o ano de 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

A maior demanda por carne bovina ocorre na Ásia, com especial participação da China. A China se constitui hoje como um mercado de grande potencial, incrementando suas importações no final do ano de 2012. Este incremento foi de 316% no ano seguinte. A China como comprador de carne bovina mostra um crescimento muito acima dos demais países, com 121% por ano, seguido de Hong Kong, com 38%. Por sua vez, observa-se também países que tem retraído esse crescimento, tais como, a Rússia e a União Europeia enquanto bloco econômico (Gráfico 10).

Gráfico 10. Crescimento médio (em %) das compras internacionais de carne bovina no período de 2009 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Conforme as Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO (2014, p. 199), o potencial para o aumento nas importações da China é um risco importante que implicaria preços mais altos nos mercados de carne. Esta fonte assinala que se a China incrementar a sua produção interna de carne, ora aumentando ou importando mais cereais, ora importando diretamente carne ou ambos os fenômenos ao mesmo tempo, pode-se ter implicações impactantes para os mercados globais destes produtos básicos. De fato, a situação recente do comércio de carne da China aponta para importações mais elevadas do que as esperadas. Se se aumentar estas importações acima do projetado, é preciso reforçar que estes mercados seriam consideravelmente impactados com uma possível elevação nos preços internacionais.

Para o ano de 2014, as exportações mundiais de carne bovina totalizaram 10 milhões de toneladas de equivalente carcaça, ou seja, 10,75% da produção mundial (USDA, 2015). No Gráfico 11 apresenta-se a evolução dos principais exportadores de carne bovina entre o período de 2000 a 2014. Observam-se mudanças significativas na participação dos *players*, em que se destaca o crescimento da Índia que passou de 344 mil toneladas no ano de 2000 para 2,1 milhões

de toneladas em 2014, um crescimento de 503,25% passando da 8ª. posição para a 1ª, e ultrapassando o Brasil que vinha crescendo 11,91% a.a. no mesmo período.

Gráfico 11. Exportações de carne bovina em países selecionados (em mil toneladas de equivalente carcaça) no período de 2000 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Este crescimento, como se assinala no relatório da OCDE-FAO (2014, p. 194), pode estar vinculado com as tradições predominantemente vegetarianas e a recusa de consumir carne bovina da população da Índia, o que gera um excedente exportável, somado ao aumento no investimento nos setores de abate de animais e de segurança alimentar, estratégias que resultam em maiores vantagens comparativas a este país.

A Austrália e a Nova Zelândia mantiveram uma participação estável nas exportações de carne bovina enquanto a Argentina (-44,53%), a Canadá (-32,86%) e os países da União Europeia (-54,60%) perderam participação. Os Estados Unidos tiveram uma queda importante em 2004, que representou um decréscimo de 81,70% entre 2004 a 2005, consequência dos focos da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) o que limitaram as exportações norte-americanas (OCDE-FAO, 2005).

O Brasil conseguiu manter-se dentro do mercado exportador, apesar dos contratempos que surgiram em setembro do ano de 2005, com os focos de febre aftosa reportados no estado

de Mato Grosso do Sul. Por sua vez, os Estados Unidos conseguiram uma recuperação no setor ganhando espaço perdido e ficando em quarto como exportador para o ano de 2014. A Argentina continuou perdendo mercado, provavelmente como consequência do controle às exportações, derivado, das políticas protecionistas do governo Kirchner, estabelecidas em 2006, além da distorção dos preços no mercado doméstico (MELITSKO *et al.*, 2013).

A possibilidade de acontecer vários acordos comerciais, no próximo futuro, pode incrementar de maneira considerável o comércio global da carne. *The Five Nations Beef Alliance* conformada por Austrália, Canadá, México, Nova Zelândia e os Estados Unidos estão propondo a liberalização do comércio substancial como parte do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico, cujas negociações, estão em curso (Global Meat, 2015). Este último, é um acordo de livre-comércio estabelecido, em 2005, entre quatro países da região Ásia-Pacífico: Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura. Desde 2010, vem sendo negociada a proposta de Parceria Trans-Pacífico (TPP, do inglês *Trans-Pacific Partnership*) e que prevê a inclusão de oito novos parceiros: Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru, Estados Unidos e Vietnã.

2.5.5. Preços no mercado internacional da carne bovina

Segundo o relatório da OCDE-FAO (2014, p.184), o preço da carne bovina no mercado do Pacífico vem batendo recordes históricos, sendo que a projeção de preços ficará em US\$ 4.800/t para 2016. Este incremento de preço no mercado do Pacífico abrirá uma margem mais alta com respeito aos preços do mercado do Atlântico, dado que o mercado baseado na produção majoritariamente feita com o suporte de pastagens, deste último, tem sustentado volumes adicionais altos nos últimos anos (OCDE-FAO, 2014, p.186).

Nos últimos vinte anos observa-se uma tendência crescente nos preços internacionais da carne bovina, tomando como referência os preços nominais anuais em US\$/kg da *World Bank Commodity Price Data*, conforme ilustrado no Gráfico 12.

Gráfico 12. Preços internacionais da carne bovina (em US\$ nominais/kg) no período de 1994 a 2014.

Fonte: Dados da *World Bank Commodity Price Data* (2015), adaptados pela autora.

2.6. A PECUÁRIA DE CORTE NA VENEZUELA

2.6.1. Revisão histórica

A Venezuela foi um país agroexportador até meados do século XX, situação que prevaleceu até que a exploração dos depósitos petrolíferos viraria o sentido exportador desta nação até os dias atuais. Este fato provocou uma mudança na dinâmica da economia venezuelana. A economia agroexportadora deste país dependia principalmente da venda de café, cacau e couros, os quais representavam os principais produtos de exportação da época.

Para a indústria pecuária da Venezuela, os couros representavam um dos principais produtos de interesse, dado seu valor comercial. Conforme Trujillo (2008, p.20), além da carne, os couros da Venezuela, já eram enviados à Europa no momento que se iniciou a Primeira Grande Guerra, a qual aumentou de maneira exorbitante a procura por este produto. De acordo com Vitale (2002), o século XVII representou o século da pecuária, da exploração de couros e do sebo. Gómez Pernia (2010) cita em seu livro “*Nuestra Carne*” uma passagem de Alejandro von Humboldt em que mencionava à época de sua viagem em 1799, que a exportação anual da

Venezuela só para as Antilhas, elevava-se a trinta mil muares, cento setenta e três mil couros de bovinos e cento e quarenta mil arrobas de carne seca. Cita também as anedotas dos fazendeiros na caça de reses *cimarronas* das quais se obtinha o couro para exportação, sendo que ao contrário do que se pensa, a carne ainda não era muito comercializável. Vitale (2002), por sua vez, afirma que entre 1730 e 1800, se exportava legalmente por valor de três milhões de pesos anuais equivalentes de couros.

Encontra-se amplamente documentado a entrada dos primeiros bovinos em grande parte do território da América, via Antilhas. No caso da Venezuela, estes chegaram proveniente das grandes Antilhas, principalmente da Ilha Hispaniola, onde foi introduzido por Cristóvão Colombo, rebanhos bovinos oriundos da Espanha durante a colonização. Gómez Pernia (2010) documenta que cento e noventa e quatro cabeças de gado entre cavalos (170), bovinos, asnos e mulas chegaram pelos portos das Cidades de Coro e Macarapana transportados por barcos alemães entre 1529 e 1538. Dessa forma, elucida sobre as versões de entrada das primeiras reses no território da Venezuela, tomando-se a cidade de Coro como o principal portão de entrada, seguido da Província de Nueva Andalucia (Cumaná), que sugere uma possível penetração para os *llanos* orientais, e uma terceira versão, que acredita que a penetração aos *llanos* foi posterior à conquista entre 1531 e 1534, antes da fundação do Tocuyo, desde as missões que tinham estabelecido os jesuítas e capuchinos nas regiões de Guayana na extensão do rio Orinoco.

Primo (1992, p.424) afirma que a pecuária foi a origem da expansão civilizadora na América Latina, sob a influência dos jesuítas, os quais viam nesta atividade, uma fonte de riqueza coletiva para manter os primeiros habitantes do novo mundo e os indígenas perto das Missões. Um dado do ano de 1773 assinala que a Guayana, com quatro missões, agrupava aproximadamente 183 mil cabeças de gado (CUNILL *et al.*, *apud* GÓMEZ PERNIA, 2010).

López (1987, p.8) *apud* Gómez Pernia (2010) assinala a Ilha da Margarita como o primeiro assentamento venezuelano a possuir um *hato* estabelecido pelos espanhóis entre 1525 a 1562, por pessoal ao serviço de Marcelo Villalobos, governador da Ilha. Outras cidades que resultaram de extrema importância no impulso econômico da atividade pecuária estão a cidade El Tocuyo, que em 1552 já contabilizava quatro mil e duzentas cabeças, incrementando este número para 12.641 em 1559, o que reforçou consideravelmente a reprodução destes animais e assegurou um abastecimento permanente para as fundações e as novas empresas de conquista, sem ter que depender da Hispaniola. As atuais cidades de Barinas, Guanare e San Sebastian de los Reyes também figuram como locais chaves na expansão da pecuária da Venezuela e que

marcaram o começo da tendência latifundista e da atividade de caráter extensivo que distinguiu esta atividade até meados do século passado (GÓMEZ PERNIA, 2010).

A pecuária bovina evoluiu consideravelmente, em grande medida pelas vantagens dos extensos recursos naturais que os rebanhos tinham à disposição e que originou uma grande riqueza pecuária concentrada nos *llanos* antes da Guerra Independentista (GÓMEZ PERNIA, 2010). Cunill *et al. apud* Gómez Pernia (2010) assinala que em 1778, existia trinta e um *hatos* ao norte do rio Apure e cinquenta e nove ao sul. Uma década após esta data afirma que a *Governança da Venezuela* contabilizava 863 *hatos* que possuíam aproximadamente 649.200 cabeças e a Província de Barinas tinha 534 *hatos* com 504.800 cabeças.

Relatos extraídos do livro de Gómez Pernia (2010) “*Nuestra Carne*” dão testemunho do alto consumo de carne bovina que os habitantes da Venezuela pré-independentista gozavam:

“O consumo de carne é enorme neste país. A cidade de Caracas, cuja população na época da minha viagem 1/15 de Paris, consumia mais da metade da carne bovina que se consome anualmente na capital francesa”, confienciava Alejandro von de Humboldt em sua viagem a Venezuela.

Na sequência, prosseguia: *“Na inteligência de que todas as pessoas desta Província sem distinção de idade, nem sexo, comem carne pelo menos três vezes ao dia o que corresponde umas treze arrobas ao ano”*, na Província da Venezuela no final do século XVIII.

A Guerra Independentista diminuiu o rebanho bovino que contabilizava quatro e meio milhões de cabeças em 1811, para duzentas e cinquenta e seis mil em 1823. Assinala-se que o consumo de proteínas animais foi um fator decisório no triunfo desta guerra (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Entre 1830 e 1840 ocorreu uma melhora substancial da pecuária e se decretou por meio da lei de março de 1844 sua livre exportação por um período de quinze anos, o qual mostrava o grande progresso acontecido, situação que duraria pouco com o começo da Guerra Federal, cujos efeitos devastadores superaram os produzidos pela Guerra Independentista (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Em 1874, durante o governo de Antonio Guzmán Blanco, a Faculdade Médica de Caracas realizou um relatório em que apresentava a deterioração da alimentação da população venezuelana, sendo que no final do século houve uma notável redução no consumo de carne. Isto principalmente por um sensível crescimento da população que se duplicou em 1896, ano em que cada habitante de Caracas consumia apenas 193 gramas (g) de carne entre carne bovina,

suína e ovina. Esta queda no consumo continuo decrescendo a princípios do século XX, até atingir 13,71 g/dia (4,93 kg/pessoa/ano) e que não voltou a ultrapassar os 100 g diários até após a década de 1950, em contraposição a outras regiões do país como San Cristóbal onde o consumo já se encontrava em 25 kg/habitante/ano (LOVERA, *apud* GÓMEZ PERNIA, 2010).

Conforme Trujillo (2008, p.19), no começo do século XX, a Venezuela atravessava uma situação demarcada por um cenário de pouco desenvolvimento da pecuária, que continuava o padrão extensivo e latifundista do século dezenove, somado a um consumo de carne inferior a 35 g/dia e até não disponível para uma grande parte da população.

2.6.2. Virada à Modernização

Conforme Balderrama (1992, p.128), para o ano de 1937, com os dados dos censos agropecuários realizados nesse ano na Venezuela, evidenciou-se que a estrutura da propriedade da terra com exploração extensiva e originada durante a época colonial, e, que era característica do modelo agroexportador, representava um dos grandes obstáculos na introdução de técnicas modernas agrícolas de tipo intensivas que visaram abastecer o mercado de alimentos nacional.

Embora os frigoríficos do século XX tenham apresentado alguns avanços em pró da modernização do setor, além das primeiras importações de animais que visariam uma melhoria da genética dos rebanhos, tais como, as importações de gado proveniente da Europa e a importação dos primeiros animais zebus feitas em 1918 por *La Lacanshire General Investment Co.*, (*La Compañía Inglesa*), como citado por Trujillo (2008, p.21), é a partir da década de 1940 que começaram a ocorrer mudanças importantes na modernização deste setor.

Para 1945, o Ministério de Agricultura e Cria iniciou a importação de reprodutores provenientes, principalmente dos Estados Unidos, embora, já em 1930, tem-se tido os registros de alguma importação de animais zebus (GÓMEZ PERNIA, 2010). O autor também assinala que entre 1946 e 1950, importou-se um total de 238 toros e 250 vacas zebu do Brasil, o que representou a primeira tentativa importante acontecida na Venezuela para importar animais de origem zebu, consolidando a expansão de grandes *hatos* ganaderos que se estenderam até a entrada do século XXI e que formaram os pilares da pecuária de corte da Venezuela.

Gómez Pernia (2010) menciona que o *Bos indicus* desempenhou um papel decisivo na pecuária de corte da América Latina Tropical toda, destronando os rebanhos “criollos” introduzidos durante a época colonial. No caso da Venezuela, o autor refere-se a este processo como particularmente intenso, sendo que o rebanho de corte atual se encontra constituído

principalmente por genética *Bos indicus*, com uma preponderância da raça Brahman, desenvolvida nos Estados Unidos, e em menor grau, por outras de origem brasileira, na ordem das raças Nelore, Guzerá, Gir e Indobrasil; além disso, existe significativa contribuição do cruzamento destas raças entre elas e do componente de genética *Bos taurus*, introduzida principalmente em forma de sêmen congelado.

Entre as regiões que mais aportaram para a modernização do setor, destaca-se a região zuliana, a qual aportou grandes avanços na modernização da atividade pecuária deste país. É aqui que começou uma nova expansão da fronteira agrícola com o estabelecimento de grandes fazendas na década de 1940. Foi nesta região em que se estabeleceram as primeiras balanças para pesagem dos animais e entre 1950 e 1960 deu-se o início da inseminação de vacas com sêmen fresco, para posteriormente empregar sêmen congelado no final de 1970 (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Na região zuliana, muito particularmente, se desenvolveu um tipo de gado conhecido como *Mosaico Perijanero*, produto do cruzamento indiscriminado entre o gado “criollo” com algumas raças das subespécies *Bos indicus* e *Bos taurus*, amparado em um esquema de tipo semi-intensivo, subsidiado governamentalmente com insumos, processo que se reverteu após a diminuição dos subsídios em 1988. Isto obrigou os produtores a uma diminuição dos custos de produção, derivando em uma zebuização do rebanho enquanto se buscava animais mais resistentes climaticamente e menos exigentes nutricionalmente, o que originou animais melhor balanceados em sua proporção *Bos taurus* e *Bos indicus*. Os touros obtidos destes novos cruzamentos tiveram um papel preponderante nos planos de cruzamento genéticos que se desenvolveram até obter o animal “tipo carne” que se conhece hoje (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Gómez Pernia (2010), dá meritórios reconhecimentos a empresas e pessoas que fizeram da pecuária de corte na Venezuela, uma atividade de grande impulso e capital para o agronegócio deste país e que introduziram ferramentas de gestão e inovação ao setor, tais como: produção de animais de comprovada rusticidade, altos níveis de fertilidade e excepcional produtividade; além de contribuir com grandes avanços na pesquisa da biodiversidade da região. Entre elas menciona-se a *La Compañía Inglesa*, as operações da *King Ranch Inc.*, as empresas do grupo Inversiones Venezolanas Ganaderas (INVEGA) e a Productora Hernández S.A (PROHESA); os Hatos Piñero, La Guanota, Santa Luísa, La Vergareña, Terecay e a empresários e pesquisadores que alavancaram o desenvolvimento desta atividade, tais como: Asdrúbal Hernández, Paulo Llamozas, Elias Castro Correa, Ivan Dario Maldonado, Pablo

Moser, José Felix Barbarito, Antonio Branger, Dieter Plasse, Jorge Ordóñez e Rafael Hoolesteing.

No que se refere aos avanços em relação ao transporte de animais, Gómez Pernia (2010) assinala que na entrada da década de 1950, incorporam-se novas alternativas, com a introdução do transporte em caminhões desde as zonas de produção até os mercados de consumo, mudando a forma de *arreo* que era até esse momento o modo em que eram transportados os animais (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Balderrama (1992, p. 21), Martínez (2006, p.78) e Gómez Pernia (2010) mencionam entre os pilares da modernização da pecuária deste país a criação em 1936 do Ministério de Agricultura e Cria sob o governo de Eleazar López Contreras e a contratação de agrônomos e veterinários estrangeiros, o que aportou desde o conceito weberiano como afirma Balderrama (1992, p.21) um maior grau de modernidade a estas instituições. A agroindústria dos anos 40 incorporou novas tecnologias e as políticas do Estado centraram-se nas culturas de milho, arroz, carne, leite e oleaginosas, deixando de lado os cultivos tradicionais (café e o cacau) (MARTINEZ, 2006, p.78).

Entre outras instituições que alavancariam o desenvolvimento da pecuária na Venezuela, Balderrama (1992, p. 124) e Gómez Pernia (2010) assinalam: o Banco Agrícola e Pecuário (1928), a Escola Prática Agropecuária de Maracay (1939), a Escola Superior de Agricultura (1937)⁴⁷ e a Escola Superior de Veterinária (1938), as duas últimas formavam parte da Estação Experimental de Agricultura e Zootecnia dependentes acadêmica e administrativamente do Ministério de Agricultura e Cria.

Martinez (2006, p.78) aponta que a participação do Estado desempenha um papel importante no desenvolvimento da expansão agrícola do país, sendo que durante o governo de Isaias Medina Angarita, em 1945, é proclamada a primeira Lei de Reforma Agrária, sendo proclamada uma segunda em 1948 durante o governo de Rómulo Gallegos. Além disso, podem-se mencionar programas de financiamento e comercialização de produtos agropecuários que incluíam planos de desenvolvimento arroseiro, açucareiro e pecuário.

⁴⁷ Passa a ser a Faculdade de Engenharia Agrônômica entre 1946 e 1948, quando se completa o processo de adesão à Universidade Central da Venezuela, passando a denominar-se Faculdade de Agricultura em 1958 e Faculdade de Agronomia (FAGRO) em 1958 (GÓMEZ PERNIA, 2010).

2.6.3.A industrialização da carne

Paralelamente ao desenvolvimento do negócio dos frigoríficos no mundo em meados do século XX, na Venezuela inicia-se o processo de industrialização da carne, com o estabelecimento do frigorífico de *Puerto Cabello*, propriedade da empresa britânica *W&R Fletcher* e adquirido pela *Union Cold Storage Company do Grupo Vestey* em 1911 e a *Venezuelan Meat Export Company Limited*, esta última que deu início às atividades da empresa *The Lacanshire General Investment Trust Limited*, que em conjunto operavam sobre a denominação de *La Compañía Inglesa*, a qual hoje conforma-se como *Agropecuaria Flora C.A ou Agroflora C.A* (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Embora demorado, em comparação com outros países de América do Sul, em 1928 construiu-se neste país o *Matadero Industrial de Maracay*, que introduz o conceito de frigorífico industrial a esta nação. O mesmo se correspondia com um desenho e dotação europeia e sacrificava diariamente umas setenta e oito reses, cujas carcaças eram transportadas para Caracas no *Gran Ferrocarril de Venezuela*, desde a estação próxima à planta (LÓPEZ BOSCH, 1988, *apud* GÓMEZ PERNIA, 2010).

Segundo Pérez (2011, p. 178), para a administração deste frigorífico construiu-se em março de 1934, a *Compañía Ganadera Industrial Venezolana Sociedad Anónima* cujo objeto era a exploração da carne e seus derivados mediante o sistema Tabares (Patente denominada Artigas). Dubuc (1992) *apud* Gómez Pernia (2010) assinala que esta companhia se fundou com a finalidade de impulsionar a utilização do quinto quarto da res, fabricar carne tipo *jerky* para a exportação e efetuar compras de gado em mercados abertos. Gómez Pernia (2010) menciona que a empresa funcionou por um espaço curto de tempo, mas foi a pioneira em estabelecer neste país, uma classificação em pé com base no peso, sem considerar a idade dos animais. Além disso estabeleceu os preços correspondentes para cada tipo de gado (gordo, a pasto e *corned beef*).

Já para a década de 1950, dá-se um salto com o estabelecimento do *Frigorífico Industrial Turmero C.A* (FITCA) que iniciou operações em 1954 e que foi o precursor dos abatedouros industriais neste país (GÓMEZ PERNIA, 2010). Este, foi fundado por um pequeno grupo de empresários com vasta experiência na compra e venda de gado e seu abate, sendo um frigorífico de desenho alemão, muito funcional, que contava com uma planta com seis mil e quinhentos metros quadrados e que se tem mantido até os dias atuais entre os primeiros em abate, a pesar das múltiplas alterações que tem sofrido (GÓMEZ PERNIA, 2010).

A década de 1960 significou a expansão dos frigoríficos industriais com a entrada da Corporação Venezuelana de Fomento (CVF), instalando-se o *Frigorífico Industrial Los Andes C.A* (FILACA) em 1965; o *Matadero Industrial Los Andes C.A* em 1967; o *Frigorífico El Tuy C.A* em 1967, o *Matadero Industrial Centro Occidental C.A* (MINCO) em 1968, o *Matadero-Frigorífico Industrial Barinas* (FRIBARSA), o *Matadero Industrial de Apure C.A*, o *Frigorífico Industrial de Oriente C.A* em 1969 e o *Frigorífico Industrial Bolívar C.A* (GÓMEZ PERNIA, 2010).

Gómez Pernia (2010) é enfático ao apontar em que pese que tenha sido largamente questionada a eficiência do investimento realizado e os altos custos que significaram os financiamentos destas empresas, que esta iniciativa do governo gerou um impulso definitivo ao setor. Como mencionado por o autor é importante que se diga que até a década de 1960, o setor dependia do FITCA como planta de processamento instalada, além de não existir outras facilidades de armazenagem em frigoríficos e, menos ainda, um mercado de gado organizado. Estes investimentos, assinala o autor, ocasionou, além da necessidade de incorporar novas medidas higiênicas dentro da cadeia, um estímulo para a adoção, pela primeira vez no país, da classificação de carne em carcaça.

Segundo Huerta-Leidenz (2002, p.8) os antecedentes da caracterização de carcaças bovinas na Venezuela remontam a 1943, com os estudos feitos no âmbito de matadouros por Elorrieta, um pesquisador de nacionalidade argentina. Gómez Pernia (2010) e Huerta-Leidenz (2002, p.8) observam a contratação, em 1965, dentro do Projeto MAC-FAO do Dr. Arno Zane Palmer, reconhecido pesquisador da Universidade Estadual da Florida e especialista em sistemas de classificação e caracterização de carcaça, que realizou uma assessoria para a montagem de um sistema de classificação, que não chegou a ser aplicado, com muito dos critérios do USDA adaptados às características do rebanho nacional.

Como logro desta assessoria, foi formada uma equipe de classificadores, após o primeiro curso de classificação dado pelo Dr. Palmer, no mesmo ano de 1965, e que derivou no primeiro sistema de classificação de carcaças bovinas do país. Este procedimento foi oficializado mediante a Resolução N° 1.322 do então Ministério de Fomento, Direção de Comércio e a de N° 198 do então Ministério de Agricultura e Cria, Direção de Pecuária em 4 de agosto de 1972 e que incluía regulações de preços e modalidades de comercialização das categorias, formalizando-se os critérios de valoração comercial (GÓMEZ PERNIA, 2010; HUERTA-LEIDENZ, 2002, p.9).

Huerta-Leidenz e Jerez-Timaure (1996)⁴⁸ *apud* Huerta-Leidenz (2002, p.9) mencionam que entre os anos de 1972 e 1990, o referido sistema de classificação, proposto em 1972, foi modificado através de decretos presidenciais. Assim, Gómez Pernia (2010) cita o Decreto Presidencial N° 180 de 14 de junho de 1974, vigente até 20 de março de 1984, quando é revogado pelo Decreto Presidencial N° 63, que passaria a estabelecer as pautas que normatizaram a política de carne neste país, estabelecendo quatro categorias para a carne em carcaça a saber: a) categoria A- bovinos machos menores de três anos com peso de carcaça fria, com mais de 230 quilogramas; b) categoria B- bovinos machos e fêmeas com menos de cinco anos com peso de carcaça fria com mais de 180 quilogramas; c) categoria C- bovinos machos e fêmeas sem limite de idade com peso de carcaça fria com mais de 130 quilogramas e, d) categoria D- bovinos machos e fêmeas sem limite de idade, cujo peso de carcaça fria não supere os 130 quilogramas.

Huerta-Leidenz (2002, p.9) afirma que estes decretos tinham como similaridades as seguintes: a) nenhum incluiu uma classificação em pé; b) a classificação baseava-se nas variáveis de peso, idade dentária e sexo, sem deferências para as condições sexuais (a conformação da carcaça considera-se a partir de 1984); c) trataram de regular os preços dos produtos e os subprodutos e, d) nenhum foi objeto de rastreabilidade ou validação. Além disso, o autor assinala um vazio de informação, após os trabalhos de Elorrieta (1943) até meados da década de 1970 e uma ausência de apoio para trabalhos realizados em anos posteriores até a entrada da década de 1980, evidenciando-se uma dissociação entre a indústria e os poucos especialistas que careciam de recursos para conduzir estudos de comparação e qualidade de carcaças.

Conforme Gómez Pernia (2010), em 1994 entrou em vigência a última classificação de bovinos em pé e em carcaças, atendendo-se especificações de tipo e de classe. Esta classificação, passa a ser lei através do Decreto Presidencial N° 181, publicado em G.O Extraordinária de 29 de junho de 1994, sob o N° 4.737 e em que se usou como padrão o esquema montado para a área sub-regional andina pela Decisão 197 do Acordo de Cartagena. Como visto e apontado por Malaver *et al.* (2000, p.468-469), os sistemas anteriores consideravam como elementos diferenciais: peso, sexo e idade dentária do animal no momento de abate. Este novo decreto, ressaltam os autores, introduz indicadores de qualidade e exige, pela primeira vez, aos

⁴⁸ HUERTA-LEIDENZ, N; JEREZ-TIMAURE, N. Descubrimiento del valor comercial de la carne en Venezuela. In: HUERTA-LEIDENS, N; BELK, K. *El ganado Brahman en el umbral del siglo XXI*. Memorias del 8vo Congreso Mundial de la Raza Brahman. Maracaibo: Ediciones Astro Data S.A. 345 p.

atores participantes da cadeia, a validação científica, operacional e comercial do sistema de classificação, buscando comprovar se o ato de classificar era capaz de discriminar classes/categorias diferentes em seus aspectos comerciais (rendimento ou qualidade), além de verificar a sua viabilidade operacional.

O Decreto Presidencial Nº 181 foi modificado em 1997, através do Decreto Presidencial Nº 1.896, publicado em G.O Nº 36.242 de 09 de julho 1997. Jerez-Timaure *et al.* (2010, p.9) indica que o Decreto Nº181 não foi preciso ao pretender categorizar por rendimento e qualidade simultaneamente. Por tanto, o novo decreto (Nº 1.896) declara uma nova classificação primária obrigatória, segregando a oferta em quatro categorias do rebanho (Touros, Novilhos, Novilhas e Vacas) e uma categorização opcional que envolve, por sua vez, dois processos de avaliação: por qualidade e outra por índices de rendimento, dentro de cada categoria. Já na classificação de carcaças esta simultaneidade dos indicadores de qualidade e rendimento permaneceu muito similar.

2.6.4. Contextualização da cadeia de carne bovina na Venezuela

A cadeia de carne assume uma posição destacada no contexto do agronegócio venezuelano. Em 2014, conforme dados da Confederação de Associações de Produtores Agropecuarios (FEDEAGRO), o valor da produção da pecuária de bovinos de corte ficou acima de 520 milhões de bolívares de 1997, bancando 13,07% do valor da produção agropecuária e 32,88% do total do valor da produção animal, representando em tanto a segunda cadeia em ordem de importância dentre do agronegócio e a primeira da indústria animal, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9. Valor da produção do agronegócio (em milhões de Bolívares de 1997) na Venezuela no período de 2000 a 2014.

Item	2000	%	2005	%	2010	%	2014	%
Agrícola	2.644	63,03%	2.854	64,12%	2.882	60,52%	2.313	58,10%
Animal	1.396	33,29%	1.419	31,88%	1.788	37,55%	1.583	39,76%
Pesqueiro	155	3,69%	178	3,99%	92	1,94%	85	2,13%
Agronegócio	4.195	100%	4.450	100%	4.762	100%	3.981	100%
Bovinos	521	37,30%	520	36,68%	574	32,13%	520	32,88%
Frango	446	31,93%	472	33,23%	530	29,63%	507	32,00%
Leite	178	12,77%	170	11,98%	322	18,00%	267	16,86%
Suínos	128	9,19%	129	9,06%	205	11,45%	163	10,31%
Restantes	123	8,81%	128	9,05%	157	8,80%	126	7,94%
Animal	1.396	100%	1.419	100%	1.788	100%	1.583	100%

Fonte: FEDEAGRO (2015).

Ordóñez (2002) e Segovia e Jerez-Timaure (2008) caracterizaram a cadeia de carne bovina na Venezuela, identificando vários atores, etapas e processos que vão desde as operações mais básicas até aquelas que atingem o consumidor final. A cadeia oferece neste ínterim, carne desossada e outros produtos com valor agregado maior, ao mesmo tempo, que produz e comercializa produtos e serviços intermediários em todos os elos que compõe este negócio. Neste contexto, esta cadeia encontra-se conformada por seis subsistemas, representados na Figura 7.

Figura 7. Cadeia da carne bovina na Venezuela.

Fonte: Própria autoria com adaptações de Ordóñez (2002, p.5) e Segovia e Jerez-Timaure (2008, p. 806).

Os fornecedores de insumos e serviços podem ser considerados como um subsistema de apoio. Este inclui os fornecedores de insumos básicos, tais como fertilizantes, produtos de uso veterinários, suplementos alimentares, minerais e os serviços que vão desde a assistência técnica até a assistência administrativa, creditícia, entre outros. Na Venezuela, atuam uma gama de empresas no mercado de produtos veterinários, através de revendas, dependendo do segmento em questão. A maioria destas empresas são multinacionais que ainda atuam no mercado local, apesar da incerteza reinante nos últimos anos.

No setor da produção atuam os criadores de gado bovino que se desenvolvem em todo o território venezuelano. Segovia e Jerez-Timaure (2008, p.806) se referem a esta etapa como aquela conformada pelos sistemas de produção bovina (cria e recria, engorda, e duplo propósito) cujo objetivo é a produção de carne e/ou leite e representa a oferta primária do produto no mercado. Ordóñez (2002, p.6) menciona que a cria corresponde-se com a atividade primária da cadeia, em que se desenvolve a etapa de reprodução e criação, com ou sem ordenha, diferenciando os rebanhos de duplo propósito como uma categoria diferente da fase de cria, denominada cria com ordenha. No caso da recria, o autor cita que esta fase corresponde a uma atividade intermediária de crescimento e desenvolvimento dos machos, consecutiva ao desmame. Finalmente, na última etapa, de engorda o autor, menciona que os animais são submetidos a um incremento na qualidade da alimentação com o objetivo de favorecer o crescimento compensatório e promover a deposição de gordura.

Segovia e Jerez (2008 p. 807) encontraram como características desta fase: predomínio de unidades produtivas dispersas com baixa adoção de tecnologia, uma limitada participação e falta de organização dos produtores nos processos de comercialização dos animais⁴⁹, escassas experiências em centros para animais vivos, incipientes desenvolvimentos de ferramentas de negociação como mercados futuros, somado a incerteza em matéria de insegurança jurídica e pessoal, abigeato, extorsão e sequestros.

Os sistemas de produção dividem-se em dois principais, a saber: um primeiro sistema é caracterizado pelo esquema de pecuária de corte especializada e um segundo concentrado em aspectos que exploram a pecuária com duplo propósito. Conforme Ordóñez (2002, p.8) e Gutiérrez e Ordóñez (2011, p.161), os sistemas de produção primária incluem diversas combinações das atividades: uma atividade de cria onde produzem-se bezerros e bezerras que desmamam entre 8 e 10 meses; uma fase de recria⁵⁰ correspondente ao desenvolvimento de bezerros e bezerras desmamados⁵¹ até o peso de serviço e engorda respectivamente, uma fase de engorda de machos até o abate e uma fase de reprodução⁵², onde se incluem animais de maior valor genético destinados à programas de melhoramento .

Segundo Miguel *et al.* (2010 p. 246), em sistemas intensivos de produção de carne na Venezuela, os bezerros são desmamados entre 6 e 8 meses e alimentados a pasto no que se corresponderia com o estágio da cria e recria que se estende por 16 meses, para passar à fase de engorda por um período de 12 meses onde são alimentados sob sistemas de pastoreio com suplementação complementar. A idade de sacrifício é muito elevada, tomando como padrão o peso vivo aproximado de 480-500 Kg, sendo comum a prática de castração ao nascimento com o objeto de maior docilidade, além de contribuir com a eliminação de atributos não desejados na carne.

Gómez Pernia (2010) sintetiza as etapas que terminam em um animal pronto para o abate, proveniente das regiões produtoras para satisfazer a demanda do produto final. Assim, o autor observa que sem considerar o tempo de espera para que uma novilha seja “entourada” pela primeira vez, estas etapas seriam quatro e que incluem: os nove meses de gestação; os oito meses de cria; o tempo de recria, para finalizar com a engorda; tomando aproximadamente entre três e quatro anos, como se apresenta na Tabela 10.

⁴⁹ Alta dependência de intermediários

⁵⁰ *Levante* na Venezuela.

⁵¹ *Mautes e Mautas* na Venezuela.

⁵² *Recría* na Venezuela.

Tabela 10. Etapas entre a gestação da fêmea e a venda do boi gordo na Venezuela.

Etapa	Duração (Meses)	Peso (Kg)
Gestação	9	
Até desmame	8	150-180
Recria	10-15	180-350
Engorda	6-12	350-500
Total (Gestação- Venda)	33-44	

Fonte: Gómez Pernia, 2010.

Ordóñez (2002, p.6) menciona que no caso de rebanhos destinados à duplo propósito, o bezerro desmamado e o leite conformam os coprodutos desta operação. Já no caso da atividade de cria, o autor assinala como produto final os bezerros desmamados entre 8 e 24 meses. Neste caso, prossegue o autor, a recria de fêmeas para reprodução é parte inseparável desta atividade (cria) por duas razões fundamentais: a baixa eficiência reprodutiva dos rebanhos que obriga a incorporar à reprodução à grande maioria de bezerras desmamadas, limitando a existência de recria de fêmeas destinadas ao consumo; em segundo lugar, a gestão contabilizável das operações faz-se praticamente impossível separar de forma objetiva os custos incluso na recria de fêmeas, daqueles destinados à atividade reprodutiva dos animais, dificultando a análise econômica de ambas as atividades em separado.

Posterior a etapa de cria os bezerros desmamados são submetidos à fase intermediária de recria, que anteriormente era feita de maneira exclusiva, mas por razões de incrementos nos custos de comercialização e transporte tem-se simplificado, sendo comum encontrar esta atividade compartilhada com a cria ou com a engorda em sistemas de recria-engorda (ORDÓÑEZ, 2002, p. 6). Neste último caso, o autor, assinala que primeiro ocorre a recria até que o animal alcance o tamanho, peso e condição corporal adequados para iniciar a engorda, que ocorre aproximadamente entre 75 e 80% do peso de abate. Nesta fase se incrementa a qualidade da dieta através da alimentação como forragens de boa qualidade a pastoreio, a fim de garantir o ganho e o peso de acabamento desejado. Na época de seca é comum empregar diversas formas de suplementação, devido à baixa disponibilidade de forragens.

Gómez Pernia (2010) destaca que as condições edafoclimáticas incidem e impõem limitações que determinam o tipo de exploração que pode ser estabelecida. Assim, nas regiões inundáveis do sudoeste do país, provavelmente a região produtora de animais mais importante para o mercado, fica praticamente, a metade do ano inundada, o que obriga a manter uma pecuária de corte extensiva que se tem que trasladar entre as zonas inundáveis às altas e vice-

versa visando o aproveitamento das pastagens e evitando a deterioração dos escassos recursos naturais existentes. Isto se traduz em baixas taxas de lotação animal que ficam dentre quatro e oito hectares por unidade animal⁵³.

Isto resulta que animais produzidos em regiões como estas ou aqueles provenientes de sistemas extensivos ou semi-intensivos não possam ser terminados na mesma região, razão pela qual, de forma geral, são vendidos quando alcançam os trezentos quilogramas de peso vivo para serem terminados, até alcançar o peso final de mercado, para produtores localizados em zonas com melhores solos, clima e pastagens (GÓMEZ PERNIA, 2010). O autor enfatiza que esta transição de uma zona a outra, resulta na formação do preço que não é determinado pelo produtor como se pensa, mas sim pelo comportamento da oferta e demanda quando este processo não se encontra distorcido por mecanismos de controle de preços.

Segundo Gómez Pernia (2010), a grande maioria dos sistemas de produção de bovinos para carne na Venezuela são baseados na alimentação dos animais em pastagens, sendo que algumas fazendas com maior tecnologia oferecem aos animais em processo de engorda ou terminação, (e somente nos últimos noventa dias antes ao abate), um apoio proteico para garantir uma melhor terminação das carcaças para uma melhor classificação por rendimento no frigorífico. O autor assinala que estas dietas são oferecidas no mesmo piquete e são elaboradas normalmente com base em resíduos de cereais, cana de açúcar, cevada úmida de cervejaria, torta de algodão ou qualquer outro material disponível e que seja fonte de nutrientes adequados. Menciona também que essa suplementação, em muitos casos resulta-se inviável em termos de custos implícitos, além de não se justificar em condições tropicais que garantam uma oferta constante e abundante de pastagens de qualidade na maior parte do ano.

Em termos dos indicadores de produtividade, estes mostram uma deficiente dinâmica da pecuária bovina de corte na Venezuela. Orozco e Chacón (2006 p.205) assinalam indicadores reprodutivos entre 25 e 60%, ganhos de peso pré-desmame entre 150 e 200 g/animal/dia e pós-desmame entre 250-300 g/animal/dia sob pastagens nativas. A produtividade por unidade de superfície varia entre 20 e 25 kg/ha/ano em cerrados e 120-300 kg/ha/ano em pastagens cultivadas sem fertilização. Já com pastagens cultivadas e sob planos de gestão bem gerenciados, os autores indicam taxas de fertilidade superiores a 75% e produtividade de 700-1000 kg/ha/ano.

⁵³ Na Venezuela uma unidade animal equivale a quatrocentos quilogramas de peso vivo.

No que concerne à análise em relação às fases de natureza mais agroindustrial, para o ano de 1997, em parceria com ministérios do governo da Venezuela, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras), Saviof (1998), caracterizou o sistema agroindustrial da carne bovina, segregando-o em dois níveis: um primeiro nível caracterizado pelos frigoríficos e as salas de abate, encarregadas do abate e classificação das carcaças e um segundo nível constituído pela indústria de desossa, pré-processados e de embutidos. Neste item, Segovia e Jerez-Timaure (2008, p.808) assinalam a etapa agroindustrial como a fase da transformação de animais vivos e sua eventual preparação para o consumo, em que se realiza o processo de abate dos animais e aproveitamento dos subprodutos (couros, sebo industrial, entre outros), iniciando o processo com a entrada dos animais vivos para obter, como saída, as carcaças e/ou cortes e os subprodutos.

Segundo Gutiérrez e Ordóñez (2011, p.162) os frigoríficos industriais diferenciam-se das salas de abate, principalmente pelo fato de classificar as carcaças. Os autores assinalam que, para 2011, existiam no país aproximadamente 45 frigoríficos em 17 estados, onde eram abatidos 74,5% dos bovinos na Venezuela. Estes frigoríficos possuem frotas de transporte e operações de comercialização em que distribuem os produtos finais para o setor varejista. Existem ainda 230 salas de abate que, de modo geral, são propriedade das prefeituras e possuem escassa ou nenhuma capacidade de refrigeração. A indústria de desossa, pré-processados e embutidos conformam o segundo nível agroindustrial da cadeia, abrangendo um total de 50 firmas no país, algumas delas inativas. Estas possuem, do mesmo modo que os frigoríficos, frotas de transporte e redes de comercialização no âmbito nacional (GUTIÉRREZ e ORDÓÑEZ, 2011 p.162).

Conforme as estatísticas do Ministério de Agricultura e Terra (MAT) e a Associação de Frigoríficos da Venezuela (ASOFRIGO) para o ano de 2008, publicadas na Base de Datos Agroalimentaria (BDA), os estados de Aragua (23,58%), Lara (18,25%) e Zulia (11,32%) representam aqueles estados com maior número de abates, sendo que o estado de Aragua possui 24% da capacidade dentro de 25 estabelecimentos representados nestas estatísticas (Tabela 11).

Os dois frigoríficos que fazem a maior contribuição para o abate nacional são o Matadero Centro Occidental Lisandro Alvarado (MINCO), localizado no estado de Lara que, para 2008, conforme a estatísticas utilizadas abateu 152.275 carcaças (75,83% do total do estado e 13,84% do total dos 25 estabelecimentos) e o Frigorífico Industrial de Turmero (FITCA), localizado no

estado de Aragua, com 148.359 carcaças produzidas (57,18% do total registrado no estado e 13,48% do total registrado nos 25 estabelecimentos assinalados).

Tabela 11. Capacidade de abate (em número de carcaças) nos estados da Venezuela para o ano de 2008.

Estado	Nº Frigoríficos	%	Nº Carcaças	%
Aragua	6	24,00%	259.463	23,58%
Lara	2	8,00%	200.814	18,25%
Zulia	2	8,00%	124.523	11,32%
Miranda	2	8,00%	88.104	8,01%
Mérida	2	8,00%	81.705	7,42%
Carabobo	1	4,00%	76.044	6,91%
Táchira	2	8,00%	51.429	4,67%
Falcón	2	8,00%	46.738	4,25%
Distrito Capital	1	4,00%	42.529	3,86%
Cojedes	1	4,00%	41.209	3,74%
Trujillo	1	4,00%	29.539	2,68%
Monagas	1	4,00%	25.996	2,36%
Anzoátegui	1	4,00%	23.360	2,12%
Yaracuy	1	4,00%	8.978	0,82%
Total	25	100%	1.100.431	100%

Fonte: Dados da BDA, 2015

A etapa que corresponde com a ação dos distribuidores inclui o comércio atacadista e o varejista, tais como, empresas de armazenagem e distribuição da carne em quartos de carcaças, cortes pistola e cortes com e sem osso, representados por atacadista de carne em carcaça, frotas independentes, encarregados do transporte da carcaça desde o lugar de abate até as zonas de consumo, onde concentra-se o comércio varejista, sendo que é raro estes agregarem valor ao produto intermediário (SEGOVIA e JEREZ-TIMAURE, 2008 p. 811).

Dentre o comércio varejista encontram-se os açougues, com estruturas responsáveis por 80% do abastecimento da carne aos consumidores, incluindo os estabelecimentos localizados nos mercados populares. A partir destes (açougues e outros estabelecimentos) distribuem-se a outros pontos de vendas como lojas e açougues especializados, além dos supermercados e as cadeias de hipermercados, que como os distribuidores atacadistas vendem e servem de armazéns ao complexo ou rede nacional de hotéis, restaurantes privados e institucionais, que

em conjunto comercializam, aproximadamente, o restante 20% da carne aos consumidores (SEGOVIA e JEREZ-TIMAURE, 2008, p.811, ORDÓÑEZ, 2002, p. 7-8).

Para a oferta de carne bovina, a cadeia inteira, dentro da disponibilidade, a produção nacional e o correspondente componente de importação, que reúne a importação de animais que se integram ao abate nacional e a carne bovina que é incorporada dentro do mercado doméstico.

2.6.4.1. Os atores: As organizações

Os produtores pecuários na Venezuela encontram-se representados por organizações e associações que fomentam o desenvolvimento do setor, através de uma participação ativa na proposta de políticas e normativas em favor do impulso da atividade e a articulação entre todos os atores. Estas organizações desempenham, por tanto, um papel preponderante dentro desta cadeia. Entre estas organizações encontram-se:

FEDENAGA: A Federação Nacional de Pecuáristas da Venezuela (FEDENAGA), fundada em 24 de maio de 1962, substituindo à Associação Nacional de Pecuáristas (GÓMEZ PERNIA, 2010). Desde então, vem representado o setor pecuário da Venezuela, desempenhando um papel importante no desenvolvimento da atividade pecuária do país. No final da década de 1960, a FEDENAGA, desempenhou um papel transcendental na criação do Banco Pecuário e em outras atividades que significariam impulso para o setor, além de manter uma participação ativa no desenho de políticas públicas, na luta contra a insegurança rural e um crescente apoio em matéria do impulso do financiamento rural (FEDENAGA, 2015).

ASOCEBÚ: A Associação Venezuelana de Criadores de Gado Zebu (ASOCEBÚ), fundada em 1960, agrupa produtores dedicados à cria e melhoramento do gado zebu em suas diferentes raças: Brahman, Nelore, Guzerá e Gir, além de promover e impulsionar o espírito cooperativista a favor dos interesses dos produtores, além de ser a entidade responsável da inspeção, classificação, registro, transferências e provas de produção e progênie dos animais da raça zebu neste país (ASOCEBÚ, 2015).

CONVECAR: O Conselho Venezuelano da Carne (CONVECAR) é um órgão focado na coesão da cadeia da carne bovina e bubalina, através do fortalecimento institucional e econômico do setor (CONVECAR, 2015). Segundo Gómez Pernia (2010), o CONVECAR foi concebido e fundado pela proposta e iniciativa de um grupo de produtores e empresários com um enfoque diferente os quais consideravam que devia existir uma instituição distinta da FEDENAGA e da ASOCEBÚ, com o intuito de ocupar-se tecnicamente do produto principal

(a carne). Por tanto o CONVECAR, promove atividades educativas voltadas a informar e preparar o consumidor, com o objetivo de incrementar o consumo de carne vermelha e melhorar deste modo a qualidade da dieta da população.

Confagán: A Confederação Nacional de Agricultores e Pecuáristas da Venezuela (Confagán) foi criada ante o então Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no ano de 2002 e conforme um de seus representantes, foi concebida com o propósito de oportunizar o acesso ao crédito e à terra para pequenos produtores. Arenas (2009, p.12) menciona que esta organização deslocou a FEDENEGA em termos da vinculação com os organismos do Estado, excluindo-a do Conselho Agropecuário, órgão no qual são apoiadas as políticas voltadas ao desenvolvimento do campo, situação que derivou em uma disputa apresentada pela Federação de Câmaras da Venezuela (Fedecamaras) ante a Organização Internacional de Empregadores (OIE), questionando a representatividade desta. Fedecamaras argumentava que a Confagán e outras organizações patronais representam organizações paralelas que o governo promove ou favorece, entre outras coisas, com a adjudicação de créditos e inclusive planejando a sua estratégia.

2.6.4.2. O produto

Ordóñez (2002, p. 9) assinala que a cadeia da carne bovina oferece ao consumidor final carne desossada em cortes gerando produtos intermediários em toda a cadeia. Segundo Segovia e Jerez-Timaure (2008, p.813), o consumidor representa o último subsistema ou componente da cadeia e que adquire o produto comercial representado pela carne desossada ou pelos cortes comerciais (bisteca, moída, panela, entre outros) vendida ou distribuída no comércio varejista, açougues, supermercados, mercados populares e estabelecimentos de venda de comidas em geral.

Conforme CONVECAR (2015), o Decreto N° 181 que normatiza o sistema de classificação de carcaça é o Decreto em vigência. Neste sentido, segundo Ordóñez (2002, p.10-12), Gómez Pernia (2010) e CONVECAR (2015) a classificação por qualidade compreende seis categorias, identificadas com um selo colorido que é colocado pelo inspetor oficial ao serem classificadas as carcaças, como mostrado em seguida:

TERNERA: Categoria integrada por bezerros e bezerras com menos de um ano de idade que apresentam com uma excelente conformação, caracterizada e evidenciada na parte superior

e posterior do animal, e que venham a mostrar um desenvolvimento muscular abundante de acordo com sua categoria e nas redondezas com acabamento moderado nas distintas partes do corpo.

Fonte: CONVECAR, 2015.

OPTIMA “AA”: Categoria integrada por novilhos e novilhas até trinta meses de idade e que apresentam uma excelente conformação, caracterizada e evidenciada na parte superior e posterior do animal. Devem mostrar um desenvolvimento muscular abundante de acordo com sua categoria e nas redondezas com acabamento moderado nas distintas partes do corpo. É a classificação mais valorizada do mercado.

Fonte: CONVECAR, 2015.

EXCELENTE “A”: Integrada por novilhos, novilhas e tourinhos com idades não superiores a trinta meses e que tenham uma boa conformação, mostrando um desenvolvimento muscular superior, no caso de tourinhos e um moderado desenvolvimento em novilhos e novilhas, conforme ao que se espera para esta categoria. Em que se pese não ser a classificação mais valorizada, representa a de maior abate e consumo no país.

Fonte: CONVECAR, 2015.

SELECTA “B”: Integrada por novilhos, novilhas, tourinhos, touros e vacas com idades superiores a quarenta e dois meses. Os novilhos e as novilhas devem ser de conformação regular, com terminação incompleta. Os tourinhos devem ser masculinos e musculosos, adequadamente terminados, com maior proporção de desenvolvimento nas costas. Nesta categoria incluem-se as vacas múltiparas de boa conformação e acabamento.

Fonte: CONVECAR, 2015.

SUPERIOR “C”: Integrada por todas as classes não superiores de setenta e dois meses. Apresentam uma musculatura ligeiramente pesada na paleta e no quarto traseiro, com a grupa ligeiramente caída. Incluem-se os animais de acabamento deficiente. Entram nesta categoria as vacas múltiparas de conformação e acabamento medianos. De forma geral, entram animais muito pesados com bom rendimento, mas com escassa qualidade em termos de análise sensorial.

Fonte: CONVECAR, 2015.

STANDAR “D”: Incluem-se animais de qualquer classe sexual e idade, com musculatura deficiente, com paleta notória e espinha proeminente. Entram nesta classe os animais que não qualificam para as categorias anteriores. As carcaças deste grupo destinam-se de forma geral ao mercado industrial e para a fabricação de embutidos.

Fonte: CONVECAR, 2015.

Segundo Ordóñez (2002, p.12) e Gómez (2010), na Venezuela toda carcaça bovina é classificada por sua natureza sexual e define-se fundamentada nas características sexuais primárias e secundárias do animal. Basicamente, assinala o autor, o sistema classifica por sexo ou condição sexual: bezerro, bezerra, novilho, novilha, tourinho, touro e vaca, sendo que alguns estabelecimentos indicam quando se trata de carcaças provenientes de bubalinos. Deste modo, na Tabela 12 apresentam-se as categorias de bovinos usadas para classificação.

Tabela 12. Categorias de bovinos utilizadas para classificação de carcaças na Venezuela.

Classe	Sexo	Idade	Condição sexual
Bezerro	M	0 ao desmame	Inteiro ou castrado
Bezerro desmamado (<i>Maute</i>)	M	Desmame-2 anos	Inteiro ou castrado
Novilho	M	> de 2 anos	Castrado cedo
Tourinho	M	> de 2 anos	Inteiro sem servir
Touro	M	> de 2 anos	Inteiro em serviço
<i>Toruno</i>	M	> de 2 anos	Castrado tardio
<i>Buey</i>	M	> de 5 anos	Castrado
Bezerra	H	0 a destete	---
Bezerra desmamada (<i>Mauta</i>)	H	Desmame-2 anos	---
Novilha	H	> de 2 anos	Não parida
Vaca	H	> de 2 anos	Parida

Fonte: Ordóñez, 2002. Gómez Pernia, 2010.

A Norma Venezuelana COVENIN 792-82 estabelece a identificação das peças de carne obtidas de uma carcaça bovina. Montero *et al.* (2014, p. 10) agrupam, segundo o sistema de

comercialização imperante na Venezuela, os produtos que resultam da desossa em três grupos a saber:

Primeiro Grupo (Alto valor): *Punta Trasera, Muchacho Redondo, Muchacho Cuadrado, Pulpa Negra, Chocozeuela, Pollo de Res, Lomito, Solomo de Cuerito, Ganso*. Este grupo inclui os músculos bíceps femoral, glúteo superficial, médio e profundo, semitendinoso, semimembranoso, abductor, reto interno da perna, sartório, pectíneo (flexores e extensores da perna), extensor da fáscia lata, psoas maior e menor, ilíaco, quadrado lumbar, músculos erectores das espinas, em suas três colunas longitudinais: lateral, intermedia e profunda, serrato dorsal caudal e ventral, trapézio, reto femoral, vasto lateral, intermediário e medial.

Segundo Grupo (Mediano Valor): *Lagarto de la Reina, Solomo Abierto, Paleta (ou Codillo), Papelón*; neste grupo os músculos constituintes são: gastrocnêmicos, supraespinoso, infraespinoso, deltoides, subescapular, tríceps braquial, trapézio, romboides, e dorsal longo (*Latissimus dorsi*).

Terceiro Grupo (Baixo Valor): *Falda, Lagarto con hueso anterior, Lagarto con hueso posterior, Costilla con hueso, Pecho con hueso*; em este grupo, os músculos correspondentes são: oblíquos abdominais, cutâneo, reto e transversos abdominais, extensores e flexores da perna e mão, intercostais, transversos torácicos, serratos, esterno cefálico, pectorais e retractores das costelas.

O CONVECAR edita, desde 1999, um pôster que tem sido amplamente difundido como meio de identificação dos cortes comerciais de bovinos na Venezuela, conforme apresentado na Figura 12. No mesmo identificam-se cada um dos cortes comerciais estabelecidos na Norma COVENIN 792-82, identificados pela cor o valor comercial a que corresponde cada um.

Figura 8. Cortes comerciais de bovinos na Venezuela.

Fonte: CONVECAR, 2015.

3. METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em uma descrição das principais políticas que intervêm no desempenho da cadeia de carne bovina na Venezuela combinada com uma tentativa de explicar o comportamento desta cadeia de negócios, principalmente nas últimas décadas. A mesma realizou-se dentro do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Inovação na Indústria Animal da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da Universidade de São Paulo. A mesma é uma pesquisa de tipo explicativa de caráter qualitativo-quantitativo, realizado por meio de pesquisa documental sobre o foco de uma pesquisa de tipo estudo de caso.

Quanto aos fins, a pesquisa apresenta características explicativas. Este tipo de pesquisa “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p.28). Segundo Gil (2008, p.28) este representa o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, dado que explica a razão e o porquê das coisas. Por esta circunstância é o tipo mais complexo e delicado, devido ao risco de se cometer erros que aumenta consideravelmente.

No que se refere ao caráter da pesquisa, a mesma terá uma parte qualitativa também chamada de interpretativa, muito usada nas ciências sociais. Segundo Teixeira (2005, p.137), na pesquisa qualitativa o pesquisador busca reduzir a distância que existe entre a teoria e os dados, usando a lógica da análise fenomenológica, ou seja, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. De um lado, neste tipo de pesquisa as experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados, empregando-se mais de uma fonte de dados e enfatizando o processo dos acontecimentos, focado na sequência dos fatos ao longo do tempo (TEIXEIRA, 2005, p.137-138).

Por outro lado, a pesquisa adquire um caráter quantitativo, ao se tentar buscar medir e descrever, da forma mais objetiva possível, fatos da realidade, quantificando dados secundários disponíveis ou a partir de dados primários que surgem da própria ação da pesquisa (CERVI, 2008 p.127). Neste sentido, técnicas estatísticas são utilizadas para estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real (TEIXEIRA, 2005 p.49).

No que diz respeito aos meios, a pesquisa consiste em uma investigação documental. A pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008 p.51) ou até mesmo da contribuição direta baseada na “visão de mundo” do pesquisador, podendo ser

conceitualizada como um recurso que permite identificar informações em documentos a partir de questões ou hipóteses anteriormente estabelecidas.

A pesquisa é de campo, do tipo estudo de caso, amplamente usada nas ciências sociais. Este tipo de modalidade consiste no estudo profundo e exaustivo de fenômenos específicos e bem delimitados, sem a preocupação de comparar ou generalizar, permitindo identificar novos elementos que muitas vezes o pesquisador não pensa em descobrir, tendo a peculiaridade de envolver a história do objeto estudado e sendo hoje encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real (GIL, 2010 p. 37; LUDWIG, 2009 p. 58).

No que concerne aos aspectos metodológicos a pesquisa desenvolveu-se da seguinte maneira:

3.1. Coleta da informação

A pesquisa apresentou como limitante a estruturação de estatísticas consensuadas de todos os itens que conformam a cadeia em estudo, visto que existe grande assimetria nas informações, além de divergências importantes com especial ênfase nas duas últimas décadas. Gutiérrez e Ordóñez (2011, p.3) chamam a atenção para a carência de estatísticas oficiais atualizadas e confiáveis para a análise de variáveis de desempenho, como limitante para a execução de pesquisas dentro dos sistemas agroalimentares na Venezuela. Para o caso específico da carne bovina, os autores indicam erros nas estatísticas de produção apresentadas por entidades oficiais, ao não segregar a entrada de animais importados, o que leva a superestimativas equivocadas da produção interna.

Buscando reduzir as assimetrias, empregou-se como referencial estatístico as fontes de dados secundárias mais atualizadas nesta temática, que tenham a maior acurácia possível a respeito do assunto que se pesquisa. Pelos problemas já relatados e cujas diferenças entre as fontes se tornam muito significativas a partir do ano 2000, utilizam-se diferentes bases para variáveis específicas.

Assim, para o caso das estatísticas de produção, rebanho bovino, exportação e importação não segregada, usou-se os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), cuja série foi analisada no período compreendido entre 1960 e 2014. No caso das estatísticas de importação de carne bovina e animais da espécie bovina, se empregaram os dados provenientes das estatísticas de comércio exterior dos principais parceiros comerciais para esta rubrica em um período compreendido entre 1997 e 2014. Já no caso de variáveis macroeconômicas foram

empregados os indicadores estatísticos publicados pelo Banco Central de Venezuela (BCV) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), auxiliando-se em grande medida pelos relatórios econômicos anuais publicados pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e os dados da base de dados do Banco Mundial.

Além dos dados coletados relativos a variáveis produtivas, de comércio exterior e macroeconômicas, foram coletadas informações do setor e de variáveis em matéria institucional e macroeconômica que visaram descrever as principais políticas que influenciam o desempenho da cadeia.

3.2. Enfoque Sistêmico

A pesquisa toma como referência conceitual o enfoque sistêmico, dado que a cadeia de carne bovina é vista como um sistema. Entendendo-se como “uma coleção de elementos e uma rede de relações funcionais, as quais atuam em conjunto para o alcance de algum propósito determinado” (SILVA & BATALHA, 1999, p. 12).

Silva e Batalha (1999) propõem este tipo de metodologia para análise da competitividade em sistemas agroindustriais como metodologia de estudo de caso. Segundo os autores, esta metodologia considera que “o impacto conjunto dos fatores críticos revelados no processo de investigação teria como resultante, para um dado espaço de análise, uma certa condição de desempenho competitivo” (p.14).

Buscou-se descrever o marco das políticas e o desempenho da cadeia, apoiada em uma revisão documental sobre a indústria da carne bovina neste país, incluindo informações de naturezas produtivas, institucionais e macroeconômicas. Esta estratégia visou descrever o comportamento da cadeia de carne bovina com uma abordagem sistêmica, que parte de estatísticas atualizadas de produção e comércio exterior que possam auxiliar na análise do desempenho e do impacto das políticas intervencionistas do setor nos últimos anos.

3.3. Transformação dos dados de comércio exterior

Os dados de importação de carne bovina procedentes do Brasil, da Colômbia e da Argentina foram coletados em toneladas para cada categoria: em carcaça, com osso e desossada. No caso das estatísticas de carne bovina desossada foram transformadas a equivalente carcaça empregando o coeficiente de 1,36 usado pelo USDA em suas projeções do comércio mundial de carne bovina (INAC, 2006). Isto com o objetivo de fazê-las comparáveis com os dados de

produção coletados pelo USDA e com os dados de importação de Uruguai e Nicarágua reportados em equivalente carcaça

No caso de bovinos em pé, as estatísticas do Brasil, da Colômbia e da Nicarágua foram coletadas em toneladas e em número de cabeças. Com o propósito de considerá-las dentro da Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT), foram transformadas em toneladas de equivalente carcaça, usando um coeficiente de 0,50 considerando 50% de rendimento em carcaça.

3.4. Indicadores de Competitividade

Como parte da análise de desempenho proposto junto à cadeia de negócios da carne bovina com o objetivo de estabelecer uma relação direta entre a produção e as importações na disponibilidade aparente de carne bovina na Venezuela, empregou-se o índice de penetração das importações (TPM), em um período de dezessete anos compreendidos entre 1997 e 2014. Este deve ser entendido como a relação entre as importações de um dado produto sobre o consumo interno do mesmo (somatória da produção, mais as importações menos as exportações), durante um mesmo período de tempo, observando-se a magnitude da contribuição internacional na demanda interna (FERNÁNDEZ, 2013, p.4; RECALDE e BARRAUD, 2002, p.16; AGENOR, 1997, p.111; JUÁREZ e GARCÍA, 2000, p.7).

Para o estudo de caso, definir-se-á o índice de penetração das importações como quociente entre as importações de carne bovina equivalente⁵⁴ e o consumo interno de carne bovina, este último, calculado como a somatória da produção mais as importações menos as exportações de carne bovina, ou seja,

$$TPM = \frac{M}{(Y + M) - X}$$

Em que:

M = Importação de carne bovina equivalente em toneladas de equivalente carcaça.

Y = Produção de carne bovina em toneladas de equivalente carcaça.

X = Exportações de carne bovina em toneladas de equivalente carcaça.

⁵⁴ Considerando a somatória do total de carne importada em equivalente carcaça e os bovinos importados em pé que se incorporam ao abate e processamento nacional em equivalente carcaça.

3.5. Modelo econométrico

Mediante um modelo de regressão linear múltipla (MRLM) buscou-se explicar o comportamento da produção de carne bovina na Venezuela, que representa a variável endógena ou dependente, em função de um conjunto de variáveis explicativas ou independentes, através de uma relação de dependência linear, formulando e estimando um modelo econométrico no que se integram variáveis econômicas e tecnológicas relacionadas com a produção de carne bovina.

Os dados do modelo de regressão correspondem-se com séries temporais, entendendo-as como um conjunto de observações tomadas em tempos determinados, comumente em intervalos iguais (SPIEGEL, 1961, p.468). Conforme Marqués (2009, p.66) a maioria de séries temporais econômicas ou não se encontra relacionada com seu passado recente e pela frequência dos dados (semanal, mensal, trimestral, etc.) o que determina a presença de estacionariedade e influencia a metodologia de análise a ser adotada.

Foram escolhidas nove variáveis coletadas de fontes secundárias previamente citados em uma série compreendida entre 1998 e 2014. As variáveis escolhidas, foram as seguintes:

TD: Taxa de desfrute anual expressa em porcentagem.

CF: Consumo anual de carne de frango em toneladas.

PIB: Variação anual do PIB em porcentagem.

TC: Taxa oficial (preferencial) média anual do câmbio em Bolívares (Bs.)/ Dólar americano (US\$).

TCP: Taxa média anual do câmbio paralelo em Bs./US\$.

TJ: Taxa média anual de juros agrícola nominal em porcentagem.

I: Variação anual do Índice de Preços ao Consumidor (Inflação) em porcentagem.

PK2014: Preço constante médio anual do kg do boi em Bs. de 2014.

CPV: Preço internacional do petróleo (média anual) em US\$/barril da CPV. Cesta Petroleira Venezuelana.

Os parâmetros do MRLM foram estimados pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) no pacote estatístico MINITAB 17. O coeficiente de determinação medido pelo valor do R^2 estimou a qualidade do ajuste. Entanto que a significância dos coeficientes individuais foi medida pelo valor do teste t.

Sequencialmente, foram estimados os pressupostos do modelo. Assim foram contrastadas a hipótese de não multicolineariedade através do indicador de *variance inflation factor* (VIF), de

não heterocedasticidade através do teste de Breush-Pagan e a hipótese de não autocorrelação por meio do teste de Durbin-Watson. No caso de multicolinearidade, esta ocorre quando as variáveis explicativas apresentam um alto grau de colinearidade (GUJARATI e PORTER, 2009, p.320). Já a heterocedasticidade apresenta-se quando as variâncias das perturbações não são constantes, por tanto, a variabilidade é diferente para cada observação (UNIVERSIDAD DE VIGO, 2015). A autocorrelação refere-se a que o termo de erro de um modelo econométrico encontra-se autocorrelacionado através do tempo (ARRANZ e ZAMORA, 2015, p. 6).

Teste de Multicolineariedadade

O indicador VIF ou fator de inflação de variância observa a velocidade com que se incrementa as variâncias e covariâncias. O VIF mostra a forma como a variância de um estimador se infla pela presença da multicolineariedadade, ou seja, na medida que o grau de colinearidade aumenta, a variância de um estimador também e, no limite, tornasse infinita (GUJARATI e PORTER, 2009, p.328).

Deste modo, uma vez estimado o modelo de regressão e calculados por meio do pacote estatístico MINITAB os VIF de cada variável regressora, empregou-se o seguinte critério:

VIF	Status dos Preditores
VIF = 1	Não correlacionados
$1 < \text{VIF} < 5$	Moderadamente correlacionados
$\text{VIF} > 5 \text{ a } 10$	Altamente correlacionados

Além da observação dos VIF, uma primeira forma de detectar a presença de multicolinearidade entre os regressores é através da observação dos efeitos que esta situação induz sobre os estatísticos básicos do modelo, e que, mostram-se mediante uns estatísticos conjuntos (R^2 e F) muito significativos, combinado com uns coeficientes individuais (teste t) pouco significativos (PULIDO e PÉREZ, 2001, p.146).

O problema com a multicolinearidade é que a mesma tem consequências fundamentais no modelo de regressão: se os preditores encontram-se em combinações lineares, a influência de cada um deles no aspecto a ser estudado, pode sobrepor a variação resultante de uns com os outros (LÓPEZ, 1998, p. 492). Existem diferentes procedimentos para seu diagnóstico, não obstante, não é uma situação que seja de fácil tratamento.

López (1998, p. 492) menciona que para tratar de solucionar o problema podem-se eliminar variáveis preditores, com o que se reduz o número de parâmetros a estimar ou incluir informação externa aos dados originais. Existem alguns métodos alternativos à introdução de

novos dados ou novos preditores, que permitem empregar a informação original e que possibilitam seguir explicando uma porcentagem similar ou maior da variabilidade resposta como são: a regressão a partir de análise de componentes principais e o método de regressão de Ridge (LÓPEZ, 1998, p. 492).

Outros métodos que podem auxiliar na diminuição de multicolinearidade são os métodos de seleção de variáveis: todas as regressões possíveis, critério C_p de Mallows e seleção escalonada. No primeiro caso calculam-se todos os coeficientes de determinação ajustados de todos os modelos possíveis com a combinação de qualquer número de variáveis explicativas. Segundo Chacín, *et al.* (2005, p.7) para o método de todas as regressões possíveis, um critério considerado sugere que o modelo de regressão mais apropriado, será aquele cujo coeficiente de determinação (R^2) ajustado seja máximo, ou que um aumento deste como consequência da inclusão de uma nova variável seja tão pequena que não se justifique.

A seleção de variáveis através da seleção dos melhores subconjuntos baseia-se no critério C_p de Mallows e no coeficiente de determinação (R^2). O C_p de Mallows é um estimador que mede a eficiência das variáveis, em termos da soma dos quadrados médios de residual estandardizados da predição ou erro total (CHACÍN, *et al.*, 2006 p.200). De modo geral escolhem-se os modelos nos que o C_p de Mallows seja pequeno e próximo ao número de preditores mais a constante.

No caso da seleção escalonada, sequencialmente agregam-se ou suprimem-se uma variável regressora da equação de estimação. Os métodos de seleção escalonada basicamente são três: a) eliminação progressiva (*forward*), b) eliminação regressiva (*backward*), e, c) o método por passos (*stepwise*) (NAVARRO, 2009, p.2).

Assim, após detectar presença de multicolinearidade no modelo a partir da avaliação dos VIF, os estatísticos conjuntos (R^2 e F) e os valores t dos coeficientes individuais, optou-se por utilizar inicialmente o método dos melhores subconjuntos e sequencialmente o método de seleção *stepwise* no qual todos os preditores ou regressores foram incluídos de uma só vez na equação, para após ser identificados os melhores preditores que determinaram a equação final da reta de regressão.

Teste de Heterocedasticidade

Segundo Gujarati e Porter (2009, p.365) a heterocedasticidade pode surgir pela presença de dados atípicos; porque o modelo de regressão não esteja corretamente especificado; pela

assimetria na distribuição de uma ou, mais regressoras incluídas no modelo; pela incorreta transformação dos dados e por uma forma funcional incorreta.

Para avaliar se o modelo cumpre com a hipótese nula (H_0) de homoscedasticidade, empregou-se o teste de Breush-Pagan. De modo tal, o procedimento adotado para comprovar a H_0 de homoscedasticidade do modelo, conforme o teste de Breush-Pagan foi o seguinte:

- a) Foi estimado o modelo inicial sobre o qual pretendia-se conhecer se existia ou não heterocedasticidade empregando MQO e se determinaram os resíduos.
- b) Foram calculados os resíduos do modelo inicial ao quadrado padronizados.
- c) Foi estimado um modelo com os resíduos ao quadrado como variável dependente e os regressores originais do modelo.
- d) Foi calculado o valor p. Se este é menor que 0,05 (valor de significância) se rejeita a hipótese nula (H_0) de homoscedasticidade.

Para validar a eficiência do teste, foi realizado o teste de normalidade sobre os resíduos do modelo, cujo valor de p deve ser maior de 0,05.

Teste de Autocorrelação

Já no caso de não autocorrelação, está foi determinada diretamente através do pacote estatístico MINITAB 17, no momento de ajuste do modelo. Conforme Greene (1993, p.423), a maioria das provas disponíveis para dados autocorrelacionados, se baseia no princípio de que se as perturbações reais são autocorrelacionadas e poder-se-á medi-las através das autocorrelações dos mínimos quadrados residuais.

Greene (1993, p.424) assinala como uma das deficiências da prova de Durbin-Watson que a distribuição exata do resultado depende da matriz de dados. Para este problema, Durbin e Watson encontraram uma solução, mostrando que a verdadeira distribuição se encontra entre outras duas estatísticas, dL (limite inferior) e dU (limite superior), que depende do número de dados das séries (n) e do número de regressores ou variáveis explicativas (k).

Empregando a Tabela de Savin-White a um 5% de significância, a franja na qual encontra-se o valor calculado de d , determina se se aceita ou se rejeita a hipótese de autocorrelação. Assim os valores encontrados a direita de dL determinam que existe autocorrelação e os valores encontrados a esquerda de dU determinam que não existe autocorrelação, sendo que os valores encontrados entre dL e dU corresponde-se com uma região inconclusiva (GREENE, 1993, p. 424).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Evolução da produção de carne e o rebanho bovino na Venezuela

Para 2014 e como mostrado na Tabela 13, a Venezuela com 11,55 milhões de cabeças de bovinos, ocupava o quinto lugar na América do Sul no inventário bovino, ficando atrás do Uruguai, da Colômbia, da Argentina e do Brasil. Como produtor de carne bovina, este país figura na sexta posição; atrás de Uruguai, Paraguai, Colômbia, Argentina e Brasil, só superando o Peru, por 72 mil toneladas e o Chile por 46 mil toneladas. A produção de carne bovina neste país, como será apresentado posteriormente, é auxiliada em grande medida pelas importações de bovinos em pé que se incorporam ao abate.

Tabela 13. Participação da Venezuela no rebanho bovino (em milhares de cabeças) e na produção de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) na América do Sul.

País	Rebanho Bovino (Milhares de Cabeças)	Produção de Carne Bovina (Mil toneladas equivalente carcaça)
Argentina	51.545	2.700
Brasil	207.959	9.723
Colômbia	19.900	885
Chile	Nd	224
Paraguai	Nd	570
Peru	Nd	198
Uruguai	11.903	555
Venezuela	11.550	270

Fonte: Dados do USDA, 2015. Nd: Não disponível.

O desenvolvimento da atividade da pecuária bovina neste país pode ser dividido em dois grandes períodos. Um primeiro que corresponde com a etapa de crescimento do setor dentro do modelo de industrialização por substituição de importações, comum a muitas economias latino-americanas e, um segundo que se inicia após a década de 1980, período que coincide com o esgotamento do modelo anterior. Como apresentado no Gráfico 13, pode-se observar que não início da década de 1980, o ritmo mantido pelo setor, durante o modelo cepalista, começa a dar sinais de redução de crescimento.

Gráfico 13. Crescimento da população, efetivo de rebanho bovino e produção de carne bovina na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015) e Banco Mundial (2015), adaptados pela autora.

Como mostrado no Gráfico 13, as variáveis relativas a efetivo do rebanho bovino e produção de carne bovina apresentam oscilações marcadas entre 1960 e 2014 que não estão mais proporcionais com o crescimento populacional que cresceu, linearmente, a uma taxa anual de 2,49%. Observa-se por tanto uma década de 1980, em que parte das variáveis produtivas começam a retrair-se. Observa-se também, posteriormente comportamentos oscilantes, durante a década de 1990 em que as oscilações das quantidades de produção e do efetivo bovino são mais marcadas, mas com alguns picos significativos, que refletem no número de cabeças abatidas. Já na década de 2000, os valores indicam uma retração do setor com uma marcada tendência declinante.

Entre 1960 e 1988, o rebanho bovino cresceu a uma taxa média anual de 2,54%, crescimento que é interrompido em 1989, passando para um crescimento negativo de 7,63% até 1991, para se recuperar entre 1992 e 2002 a uma taxa de 2,76% a.a e descer novamente entre 2003 e 2014 a uma anual de -2,56% a.a. Entre 1996 e 1997 observa-se um rápido crescimento do rebanho, passando de 12,50 milhões de cabeças para 14,25 milhões, ritmo que mantém até 2003 quando alcança as 15,64 milhões de cabeças. A partir deste momento, o efetivo decresce até alcançar as 11,55 milhões de cabeças em 2014 (com dados do USDA, 2015).

Neste sentido, a relação de cabeças bovinas/habitante, mostra uma diminuição drástica nos últimos 50 anos passando de 0,78 cabeças/habitante em 1960, para 0,38 cabeças/habitante em 2014, conforme dados do USDA, ou seja, uma redução de 51,53% a uma taxa negativa de 1,30% a.a, com tendência a decrescer linearmente a uma taxa de 0,0065 cabeças por quinquênio (Gráfico 14). Esta relação é superior à média mundial de 0,21 cabeças/habitante, mas inferior à média do território sul-americano (0,89 cabeça/habitante), no qual se localizam grandes *players* da produção e comércio mundial de carne bovina (com dados da FAOSTAT, 2015).

Gráfico 14. Evolução do rebanho bovino (em milhares de cabeças) e dispersão das cabeças/habitante na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Enquanto isso, o número de bovinos destinados ao abate, como evidencia-se no Gráfico 15, este cresceu 150,64% entre 1960 e 1980. A partir de 1980, inicia-se um decréscimo acentuado até 1987 passando de 1,77 milhões de cabeças abatidas em 1980 para 1,29 milhões em 1987, uma diminuição de 27,09% a uma taxa que atingiu -4,19% a.a. Este decréscimo está associado com a primeira desvalorização da moeda ocorrida em 1983 (*viernes negro*), e com as sucessivas desvalorizações ocorridas entre 1984 e 1988. A desvalorização de 1983,

representou, conforme Ordóñez (2015)⁵⁵ um encarecimento das importações e uma detenção no contrabando para a Colômbia.

Gráfico 15. Número de cabeças bovina abatidas e dispersão da taxa de desfrute na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Conforme Ordóñez (2015),⁵⁶ previamente à primeira desvalorização de 1983 o mercado natural, dos machos produzidos nas regiões fronteiriças entre a Colômbia e a Venezuela (Arauca e Meta) era Guas dualito, no estado Apure. Após a desvalorização de 1983, o preço do gado colombiano passou de bolívares (Bs) 5,00/kg a Bs.8,50/kg (correntes), com o qual freou-se o comércio na fronteira e não entraram mais *mautes* e bois fracos que abasteciam pelo menos 300.000 cabeças ao ano. Além disso, as desvalorizações sucessivas propiciaram o contrabando de exportação de machos para a Colômbia, alavancados por um mercado paralelo do dólar.

Entre 1988 e 1990 observa-se um incremento no abate que alcança 41,10% ao passar de 1,29 milhões de cabeças abatidas em 1987 para 1,82 milhões de cabeças em 1990. Isto provavelmente alavancado pelo aumento das taxas de juros agrícola que passaram de 8,50% em 1988 para 23,78% em 1989 e 29,86% em 1990. Entre 1991 e 1996, a taxa de abate decresce

⁵⁵ Comunicação pessoal.

⁵⁶ Comunicação pessoal.

novamente, em cerca de 14,98%, resultando em 1,55 milhões de cabeças abatidas. Este decréscimo ocorre durante o período que coincide com a abertura comercial (1990-1994) e com a crise financeira dos bancos de 1994, além da instauração transitória dos controles de preços e de câmbio, o que provoca uma diminuição do valor do dólar no mercado que aparece em forma de bônus Brady.

Segundo Ordóñez (2015)⁵⁷ os pecuaristas resistem às desvalorizações da moeda dado que a pecuária de corte, especificamente, não trabalha diretamente indexada ao valor do dólar, com a exceção de medicamentos e fontes de fosforo (P) para as suplementações minerais, que são importados. Deste modo, Ordóñez (2015)⁵⁸ afirma que a pecuária de corte se vê favorecida, pois não é tão dependente das importações de insumos, como o que ocorre com as cadeias de frango de corte e de leite.

Após 1996, quando o governo retoma as medidas econômicas propostas em 1989, no marco do FMI, ocorre uma nova desvalorização da moeda que vem acompanhada com o aumento do rebanho bovino ocorrido entre 1995 e 2005. O número de abates também aumentou, alcançando um máximo de 1,99 milhões de cabeças em 2000. A década de 1990, experimentou os maiores incrementos nas taxas de juros agrícola que mediaram 35,41%, para um máximo de 51,00% em 1993. A partir do ano 2000 o número de cabeças abatidas começa a decrescer dramaticamente, alcançando 1,25 milhões de cabeças abatidas em 2014, ainda com a incorporação de bovinos importados incorporados ao abate. Este resultado significa uma diminuição de 37,31% em relação ao início do período (com dados do USDA, 2015).

Neste contexto, a taxa de desfrute expressa como o número de bovinos abatidos sobre o total do rebanho e que reflete a produtividade deste, mostra índices consideravelmente piores. Observa-se, neste momento, o máximo ponto de desempenho desta até 1980, apresentando-se um quebre importante a partir de 1985, que tem uma leve recuperação no início da década de 1990. Esta taxa decai drasticamente a partir de 1995 ficando em patamares considerados muito abaixo da realidade de outros países da região, com 10,82% para 2014. Este resultado ainda com a inclusão de bovinos importados em pé. Nos índices de desfrute de rebanhos de corte bovinos, a Venezuela, portanto, ficou muito abaixo da taxa média mundial (24,29%) e de países vizinhos como a Colômbia que alcançou 20,85% e o Brasil, com 19,42%, conforme dados do USDA (2015).

⁵⁷ Comunicação pessoal.

⁵⁸ Comunicação pessoal.

Direcionando a análise sobre a produção de carne bovina, no Gráfico 13, observa-se um comportamento oscilante em todo o período. Entre 1960 e 1980, está cresceu 65%, a uma taxa média anual de 5,56%. Entre 1981 e 1987 a produção decresce 19,77% passando de 344 milhares de toneladas, para 276 milhares de toneladas, mostrando recuperação entre 1988 e 1991 quando alcança 380 milhares de toneladas, para decrescer novamente a uma taxa de 3,19% a.a e ficar em 322 milhares de toneladas em 1996. Entre 1996 e 1997, a produção cresce abruptamente em 31,37%, passando para 423 milhares de toneladas e posteriormente alcançar o máximo de 435 milhares de toneladas no ano 2000. A partir daí, passa a cair vertiginosamente em 37,93% até 2014, quando encontra-se na ordem dos 270 milhares de toneladas.

Montilla (2004) projetou os requerimentos anuais totais de alimentos para Venezuela para os anos de 2006, 2012 e 2018, colocando a carne bovina nos seguintes patamares: 239 milhares de toneladas, 345 milhares de toneladas e 345 milhares de toneladas respectivamente. As citadas projeções encontravam-se muito abaixo da realidade do setor para o período entre os anos de 1990 e 2000, em que conforme revisto superou os 400 milhares de toneladas.

Gráfico 16. Produção de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) e dispersão de kg produzidos/habitante na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Como evidencia-se no Gráfico 16, no início da década de 1980, a relação de quilogramas (kg) de carne bovina produzidos/ habitante, tinha superado os 20 kg. De fato, no ano de 1980, atingem-se 22,55 kg de carne bovina produzidos/ habitante, o máximo alcançando desta relação nestes 50 anos analisados. Assim, entre 1960 e 1980 este crescimento significou um acréscimo de, em média, 0,38 kg/habitante/ano. Entre os anos de 1981 e 1987 perde-se eficiência da taxa a um ritmo de 1,08 kg/habitante/ano. Entre 1988 e 1991, esta taxa aumenta em 0,93 kg/habitante/ano, voltando a decrescer entre 1991 e 1996, em um ritmo de 0,89 kg/habitante/ano. O ano de 1997, sai fora deste padrão, vinculando ao crescimento mostrado pela produção. Esta relação alcança os 4,09 kg entre um ano para o outro (96-97). No geral do período, esta relação mostra um decréscimo de 0,61% a.a entre 1960 e 2014. O período mais crítico está localizado nos últimos quinze anos.

Para 2014, o resultado deste indicador é desolador, do ponto de vista técnico. A partir de 1998, este indicador exhibe tendência em continuar decrescendo. Assim, a diminuição mostrada desde 1998 até 2014 é de 49,19%, passando de 17,31 kg de carne produzida/habitante para 8,80 kg de carne bovina/produzida por habitante. Isto, ainda, contabilizando os bovinos em pé que se importam e se incorporam ao abate, principalmente desde 2003.

4.1.1. Evolução da atividade pecuária na Venezuela

A pecuária de corte é uma atividade desenvolvida em todo o território nacional da Venezuela, sob sistemas de produção caracterizados principalmente pelo uso de pastagens. As estatísticas mais recentes publicadas e que permitem inferir sobre o desenvolvimento da atividade neste país, conforme o último Censo Agropecuário (2007-2008), mostram que dos 27 milhões de hectares com atividade agropecuária contabilizadas, 50,93% correspondiam a pastagens, onde se desenvolviam 127 mil estabelecimentos bovinos (30% do total de estabelecimentos agropecuários) e 137.953 produtores rurais com bovinos (34% do total de produtores rurais do país).

Se comparada aos censos anteriores, observa-se que esta atividade mostra contrações marcadas desde a década de 1980, onde observa-se uma retração no número de hectares (ha) de pastagens e no número de unidades de produção pecuária bovina que se recuperam na década de 1990, mas voltam a contrair-se na década do 2000, mostrando um novo descenso no número de ha de pastagens (-22,14%) e no número de unidades produtivas (-14,20%), conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14. Censos agropecuários na Venezuela no período entre 1961 a 2007.

Ítem	1961	1971	1985	1997	2007
	Milhares				
Área total agropecuária (em ha)	26.005	26.470	31.278	30.064	27.074
Estabelecimentos agropecuários (Nº)	320	288	381	501	424
Área total pecuária (em ha)	13.241	17.665	9.258	17.710	13.788
Estabelecimentos com pecuária (Nº)	25	46	34	148	127

Fonte: Dados do MAT (2008) e da BDA (2015).

Conforme os dados apresentados na Tabela 15 que se correspondem com o último censo agropecuário (2007), a maior parcela do efetivo bovino encontrava-se nas regiões dos Andes (25,95%), Los Llanos (23,39%) e Zuliana (18,91%). Observa-se uma diminuição de quase 4% em relação aos dados do censo agropecuário de 1997, sendo que a grande maioria das regiões vieram diminuindo o rebanho bovino, principalmente aquelas com pouca tradição pecuária nos seguintes locais: Capital, Insular, Nor-Oriental e Guayana, que diminuíram seus rebanhos em 34,21%; 39,41%; 28,49% e 1,24% respectivamente.

Tabela 15. Distribuição relativa do rebanho bovino (em nº de cabeças) por regiões na Venezuela no período de 1997 a 2007.

Região	1997	%	2007	%	Variação
Andes	3.067.466	23,29%	3.289.688	25,95%	7,24%
Capital	45.353	0,34%	29.839	0,24%	-34,21%
Central	725.265	5,51%	788.927	6,22%	8,78%
Guayana	629.812	4,78%	621.972	4,91%	-1,24%
Insular	1.426	0,01%	864	0,01%	-39,41%
Los Llanos	3.433.993	26,08%	2.964.871	23,39%	-13,66%
Nor-Oriental	1.261.399	9,58%	901.999	7,11%	-28,49%
Centro-Occidental	1.452.424	11,03%	1.682.268	13,27%	15,82%
Zuliana	2.551.742	19,38%	2.397.912	18,91%	-6,03%
Total	13.168.880	100,00%	12.678.340	100,00%	-3,72%

Fonte: Dados do MAT (2008) e da BDA (2015).

Não obstante, nota-se uma diminuição do efetivo nas regiões pecuárias por excelência: Los Llanos e Zuliana, que diminuíram seus rebanhos em 13,66% e 6,03% respectivamente no período. As restantes regiões mostraram um aumento no número de bovinos contabilizados. Assim, o rebanho bovino da região dos Andes aumentou 7,24%, a Central, 8,78% e a Centro-Occidental 15,82% entre 1997 e 2007, sendo os estados Lara (158,69%) e Portuguesa (36,49%)

desta última região, os que mostraram o maior incremento no período. No que se refere à densidade bovina, está concentra-se principalmente na região dos Andes, Zuliana, Central, Centro-Occidental e Los Llanos, sendo os estados mais populosos Barinas, Táchira, Portuguesa e Zulia.

Provavelmente, como consequência da queda do efetivo do rebanho bovino, as áreas de pastagens também se têm reduzido significativamente. Os hectares de pastagens reduziram-se em 22,14% entre 1997 e 2007. Observa-se com isso diminuições do número de hectares destinadas a pecuária em todas as regiões, com apenas um leve incremento na região central e um aumento mais expressivo na região capital (Tabela 16).

Tabela 16. Superfície de pastagens (ha) por regiões na Venezuela no período de 1997 a 2007.

Região	1997	%	2007	%	Variação
Andes	3.157.700	17,83%	2.802.917	20,33%	-11,24%
Capital	47.930	0,27%	120.375	0,87%	151,15%
Central	848.087	4,79%	866.740	6,29%	2,20%
Guayana	1.411.911	7,97%	1.133.442	8,22%	-19,72%
Insular	53	0,00%	50	0,00%	-5,46%
Los Llanos	6.337.032	35,78%	3.844.778	27,88%	-39,33%
Nor-Oriental	2.138.309	12,07%	1.449.451	10,51%	-32,22%
Centro-Occidental	1.586.599	8,96%	1.585.473	11,50%	-0,07%
Zuliana	2.181.990	12,32%	1.984.814	14,40%	-9,04%
Total	17.709.610	100,00%	13.788.039	100,00%	-22,14%

Fonte: Dados do MAT (2008) e da BDA (2015).

Por sua vez, esta diminuição no número de hectares, mesmo com redução do efetivo do rebanho pressupõe um aumento da taxa de lotação animal entre uma década e outra. Assim como apresentado no Gráfico 17, este incremento da taxa de lotação animal, considerando o efetivo do rebanho bovino por regiões expressado em unidades animais (U.A), para cada categoria⁵⁹ sobre a superfície de pastagens de cada região, foi em média de 0,20 U.A/há. Isto sem considerar as regiões insular e capital que impactam significativamente o resultado. As regiões que apresentam um maior aumento da taxa de lotação animal média em U.A/ha são a região dos Andes que aumento de 1,55 U.A/ha em 1997 para 1,90 U.A/ha em 2007; a região de Los Llanos que passou de 0,89 U.A/ha para 1,28 U.A/ha entre uma década e outra e a região

⁵⁹ Touros (1,5 U.A), vacas e novilhos (1,0 U.A), novilhas (0,8 U.A), bezerros e bezerras desmamados (0,6 U.A), bezerros e bezerras (0,3 U.A).

Centro-Occidental que aumentou de 1,42 U.A/ha para 1,68 U.A/ha nesse período de dez anos. O que se conclui é que a taxa de lotação animal média aumentou pouco, mas determinadas regiões assumiram o protagonismo do ponto de vista da melhoria tecnológica para os rebanhos.

Gráfico 17. Taxa de lotação animal (em U.A/ha) por regiões na Venezuela no período de 1997 a 2007.

Fonte: Dados do MAT (2008) e da BDA (2015), adaptados pela autora.

Quanto a relação entre o uso de pastagens nativas e pastagens cultivadas que também finalizam para um componente de natureza tecnológica, como exibido na Tabela 17, para o ano de 2007, cerca de 26,60% do total de hectares eram representadas por pastagens cultivadas. A região de Los Llanos e a região dos Andes, são as que apresentam uma maior porcentagem de área plantada 28,76% e 21,61% respectivamente ao total de cultivadas e 28,27% (Andes) e 27,43% (Los Llanos) na relação entre cultivadas e o total de pastagens. Como informações complementares Apure, Guárico, Zulia e Barinas são os estados que apresentam uma maior superfície de pastagens ao agrupar 51,24% da superfície total. Portuguesa (54,55%), Mérida (49,84%), Trujillo (45,11%), Táchira (43,03%) e Lara (36,49%) são os estados em termos percentuais com uma maior relação de cultivadas em relação às nativas. Estes últimos estados com pecuária de corte e duplo propósito principalmente.

Tabela 17. Superfície de pastagens naturais e cultivadas (ha) por regiões na Venezuela para o ano de 2007.

Região	Pastagens e Forragens (Ha)	%	Pastagens Cultivadas (Ha)	%	Cultivadas: Total de Pastagens
Andes	2.802.916,50	20,33%	792.312,70	21,61%	28,27%
Capital	120.366,03	0,87%	5.779,99	0,16%	4,80%
Central	866.739,99	6,29%	165.391,38	4,51%	19,08%
Guayana	1.133.442,00	8,22%	278.922,84	7,61%	24,61%
Insular	50,05	0,00%	8,18	0,00%	16,34%
Los Llanos	3.844.778,02	27,88%	1.054.599,93	28,76%	27,43%
Nor-Oriental	1.449.451,08	10,51%	397.836,68	10,85%	27,45%
Centro-Occidental	1.585.472,80	11,50%	540.075,19	14,73%	34,06%
Zuliana	1.984.813,61	14,40%	432.120,57	11,78%	21,77%
Total	13.788.030,08	100%	3.667.047,46	100%	26,60%

Fonte: Dados do MAT, 2008.

Conforme Urbano *et al.* (2008, p.101) e Casanova (2007, p.272), a superfície de pastagens nativas na Venezuela encontra-se associada a solos ácidos, de baixa fertilidade e reduzida quantidade de matéria orgânica, além de problemas de drenagem, que ocasionam uma baixa produtividade das pastagens principalmente em sistemas de produção extensiva. Da superfície cultivada, só se aplicam fertilizantes em apenas um 7% dos hectares (COMERMA *et al.*, 2005 *apud* URBANO, *et al.*, 2008 p. 101). Por sua vez, a sazonalidade das chuvas e a gestão do pastoreio extensivo afetam a lotação animal (0,50-0,70 U.A/ha). Este fenômeno é agravado durante o período de seca, sendo altamente influenciado pelas políticas setoriais conforme apresentado por Urbano *et al.* (2008 p.101).

Dentre as espécies de pastagens introduzidas no período de 1990 a 2000, destaca-se o gênero *Urochloa*, em que a *U. humidicola* é a espécie de maior incremento ao passar de 163 mil ha em 1991 para 1,71 milhões de ha em 2003, seguidas das espécies *U. decumbens* (202 mil ha para 1,10 milhões de ha) e *U. radicans* (163 mil ha para 380 mil ha). O gênero *Urochloa* é seguido pelo gênero *Cynodon* com mais de 879 mil ha. As espécies *C. plectostachyus* e *C. nlemfuensis* deslocaram a utilização das gramas do gênero Bermudas, em suas distintas líneas e variedades (*C. dactylon*). Por último, vem o gênero *Panicum*, com especial ênfase das Guineas (Tanzânia, Mombaza e Tobiatã) que passaram de 2,5 milhões de ha em 1991 para 3,06 milhões em 2003 (ESPINOZA *et al.*, 2012, p.61-63).

Espinoza *et al.* (2012, p. 65) assinalam incongruências entre a expansão da fronteira agrícola e a redução da superfície de pastagens mostrada no último censo agropecuário de 2007, dando como explicação a este fato, as expropriações realizadas e o abandono do campo por parte dos produtores, devido às políticas agrícolas implementadas pelo governo venezuelano desde 2003. Este fenômeno poderia estar acarretando mudanças estruturais, provocando que se passem as terras improdutivas para a criação de gado.

Neste contexto, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário (LTDA) que foi promulgada em 2001, mediante G.O N° 37.323 de 13/11/2001, reformada em 2005 mediante a G.O Extraordinária N° 5.771 de 18/05 e em 2010 mediante G.O Extraordinária N° 5.991, de 29/07, considera entre seus objetivos a eliminação do latifúndio e a redistribuição da terra, funções desempenhadas através do Instituto Nacional de Terras (INTI) e o Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER), criados no marco desta lei como a institucionalidade pública de caráter agrário.

A LTDA, em seu artigo 7, julga como latifúndio toda extensão de terras superior à média de ocupação da região ou que não alcance um rendimento idôneo de 80%, (conforme o uso da terra e da sua capacidade de uso agroprodutiva), de acordo com os planos e políticas do Executivo Nacional (VENEZUELA, 2010a). Neste contexto, segundo Rodríguez (2011, p. 115), a Reforma Agrária da década de 1960 se concentrou principalmente no subsector vegetal e não afetou diretamente as terras dedicadas à pecuária extensiva. Por esta razão o autor elucida que as ações enquadradas na LTDA tiveram efeito direto sobre a exploração de *commodities* de origem pecuária. Não obstante, Hernández (2010) *apud* Rodríguez (2011, p. 116), menciona que em sua implementação, os efeitos da LTDA têm alcançado, além das terras ocupadas pelas grandes unidades pecuárias, também as unidades produtivas de setores da pequena produção e da classe média empresarial, cujas atividades não se correspondem com a definição de latifúndio estabelecida nesta lei.

Em tese, a LTDA fundamenta-se no desenvolvimento agrário integral para o qual aponta para uma redistribuição da terra, baseado nas avaliações realizadas pelos organismos responsáveis. Desta forma, conforme o artigo 35 da referida lei, consideram-se ociosas, as terras de uso agrícola que não estão sendo desenvolvidas sob nenhuma modalidade produtiva agrícola, pecuária, aquícola ou florestal e aquelas nas quais evidenciam-se um rendimento idôneo menor do que 80%. Além disso, o artigo 35 estabelece a definição para terras não conformes, considerando-as como aquelas cuja utilização seja contrária aos planos nacionais de desenvolvimento e seguridade agroalimentar ou onde se realizam atividades agrícolas distintas

ao correspondente a sua classificação de solo. Isto também vale para terras aproveitadas mediante terceirização e terras localizadas dentro da área de influência de projetos agroprodutivos desenvolvidos pelo Executivo Nacional, quando seu uso seja distinto ao objetivo do projeto.

Continuando com as indicações da referida lei que envolvem o desenvolvimento da atividade pecuária na Venezuela, em seu artigo 39, a LTDA faculta ao INTI a responsabilidade para iniciar o procedimento de resgate das terras ou ordenar a abertura de um procedimento expropriatório. Assim, o capítulo VI normatiza os termos e procedimentos das expropriações agrícolas, dando caráter jurídico entre os artigos 75-81, com competência do Tribunal Agrário Regional correspondente. Já o artigo 97 da LTDA estabelece o imposto aplicável às terras declaradas ociosas ou de uso não conforme, sendo sujeitos passivos do imposto, conforme o artigo 98, os proprietários de terras rurais privadas e os proprietários de terras rurais públicas. Neste contexto, os pecuaristas são passíveis deste imposto. Não obstante este imposto ainda não tenha sido implementado.

Historicamente, o direito de propriedade sobre a terra adotou duas vias: uma legal, outorgada pelo Estado através de títulos formais e outra de fato ou formalmente ilegal, frequentemente regularizada através de programas que vão desde a composição colonial até a regularização da propriedade da terra, permitida na LRA (DELAHAYE, 2013, p.6). Este processo fundador tem três consequências importantes para a atual situação dos direitos de propriedade da terra na Venezuela: a) concentração dos direitos de propriedade da terra; b) o processo de regularização da posse da terra, apropriada ilegalmente, foi de modo geral mais importante que o processo legal, até agora, e; c) o processo de constituição da propriedade privada a partir das terras públicas não foi completado (DELAHAYE, 2013, p.7).

Rodríguez (2011, p.116) observa que as mudanças estruturais tenderam à expansão dos setores vinculados à classe média empresarial, como foi objetivado pela Reforma Agrária de 1960, através das terras cedidas aos camponeses que se beneficiaram destas. Na medida que na agenda política se impôs a questão da segurança alimentar nas décadas de 1980 e 1990, a política de posse da terra perdeu importância e orientou-se à regularização da posse precária que tinha surgido no processo de expansão da classe média empresarial, gerando-se tanto um direito de propriedade como de permanência nas terras. Neste sentido, a LTDA tem-se proposto, desde o seu início, em 2001, desconhecer estes direitos (RODRÍGUEZ, 2011, p.116).

Conforme Rodríguez (2011, p.117), algumas ações da LTDA orientam-se para gerar uma involução no processo de regularização da pose da terra, desenvolvido no marco da LRA de 1960, ao desconsiderar os títulos entregues de forma precária a seus ocupantes, como forma de regularizar juridicamente sua situação. Assim, o autor assinala que se tem expropriado as terras que foram objeto de titulação anterior, entregando autorizações a novos ocupantes, mediante novas cartas agrárias.

Neste contexto, entre 2003 e 2013, contabilizando terras para diferentes usos, conforme dados compilados pelo Programa Venezuelano de Educação – Ação em Direitos Humanos (PROVEA), o INTI tinha resgatado 6.347.378,79 ha, regularizado 10.164.553,57 ha, emitido 117.224 cartas agrárias, realizado 52.876 declarações de permanência e atribuídos 80.200 títulos (PROVEA, 2014). Já referente às terras de interesse para a prática da bovinocultura, a FEDENAGA, na sua XLIX assembleia ordinária do ano 2012, contabilizava 1911 intervenções de fazendas produtivas.

Muitas destas empresas pecuárias expropriadas ou intervindas pelo Estado são administradas pela Corporação Venezuelana de Alimentos (CVAL)⁶⁰, criada em 2010 e dependente desde maio de 2015 do Ministério do Poder Popular para a Alimentação (MINPPAL), conforme Decreto N° 1.764 publicado em G.O N° 40.659 de 13/05/2015. A mesma desde sua criação passou a absorver as operações da Corporação Venezuelana Agraria (CVA)⁶¹ que operava desde 2001, assumindo a administração das unidades de produção primária como plantas agroindustriais, silos e as empresas pecuárias. Entre estas empresas pecuárias figuram Empresa Socialista Ganadeira Agroecológica Bravos de Apure, Empresa Socialista Ganadeira Santos Luzardo, Empresa Socialista Ganadeira Agroecológica Marisela, Centro Técnico Productivo Socialista Florentino.

4.2. Comportamento do comércio exterior de carne bovina e bovinos em pé na Venezuela

A Venezuela, ocasionalmente, figurou no mercado internacional de carne bovina e bovinos em pé, tanto como exportador quanto importador. As cifras de exportação mais expressivas deste setor, como se mostra nas Tabelas 18 e 19, concentraram-se nos finais das

⁶⁰ A CVAL foi criada inicialmente dependente do Ministério do Poder Popular para a Agricultura e Terras (MPPAT) é desde maio de 2015 passou a ser dependente do MINPPAL através de Decreto N° 1.764 publicado em G.O 40.659 de 13/05/2015.

⁶¹ Fundada em 13/11/2001 sob Decreto da Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário. Iniciou sua liquidação em 11/05/2010.

décadas de 1980 e de 1990. Nesta última década, esta tendência está coadunada com o marco da abertura comercial e coincide com as desvalorizações e minidesvalorizações que fomentaram a competitividade do setor no mercado internacional.

Tabela 18. Exportações de carne bovina (em toneladas de equivalente carcaça) na Venezuela entre os anos de 1974 a 1990.

Ano	Exportação (Toneladas equivalente carcaça)
1974	1.000
1988	6.000
1989	1.000
1990	2.000

Fonte: Dados do USDA (2015).

Tabela 19. Exportações de bovinos em pé (em nº de cabeças) na Venezuela, entre os anos de 1985 a 2002.

Ano	Cabeças Exportadas (Nº de Cabeças)	Ano	Cabeças Exportadas (Nº de Cabeças)
1985	65.000	1997	60.000
1986	180.000	1998	60.000
1987	1.000	1999	30.000
1994	50.000	2000	40.000
1995	60.000	2001	20.000
1996	60.000	2002	30.000

Fonte: Dados USDA (2015).

Ordóñez (2011) menciona que as inflexões nas cifras de exportação durante a década de 1990 vinculam-se majoritariamente a razões de paridade cambial ou a existência de excedentes, e não sob esforços sistemáticos por se desenvolver mercados no exterior. Assinala ainda que as marcadas diferenças nos preços de fronteira da carne e dos animais bovinos como possíveis responsáveis da saída pouco transparente para Colômbia e provavelmente para o Caribe de quantidades significativas de gado e carne.

Já no caso das importações, como exibido nos Gráfico 18 e 19, a Venezuela tinha mantido um comportamento moderado nas compras internacionais de carne bovina e bovinos em pé, até a entrada da década de 2000, quando os volumes destas dispararam concorrendo, dramaticamente, com a produção nacional. De um lado, as importações de bovinos em pé nas décadas de 1970 e meados da de 1980, provavelmente se correspondem com bovinos para

reprodução. Por outro lado, o comportamento das importações muda radicalmente nas décadas de 2000 e 2010, em que se evidencia, conforme a partida tarifária, que as importações são destinadas a entrada de bovinos que foram incorporados ao abate. Embora não se disponha das cifras nacionais, as informações publicadas nos jornais da época evidenciam este fato.

Depois do chamado “*Paro Petrolero*”, entre 2002 e 2003, e com o decreto por parte do governo nacional para a adoção de medidas políticas e econômicas, tais como a instauração das políticas de preços máximos e a de controle cambial, além de exonerações de tarifas e impostos as importações que passaram por afetar diretamente o setor agroalimentar deste país, a Venezuela deixou de ser autossuficiente na produção de carne bovina para ser um país altamente dependente das compras internacionais desta rubrica e seu equivalente (bovinos em pé). Estas medidas colocaram em decadência e em prejuízo a produção nacional.

Gráfico 18. Dispersão das importações de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

Gráfico 19. Dispersão das importações de bovinos em pé (em milhares de cabeças) na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), adaptados pela autora.

A Venezuela favorece, através de acordos de alcance bilateral e multilateral, a importação de carne bovina e bovinos em pé a partir de seus sócios comerciais, principalmente no marco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e através dos acordos negociados bilateralmente com a Colômbia após sua saída da Comunidade Andina de Nações (CAN) em 2006, e com outros países como a Nicarágua, no marco da Alternativa Bolivariana para os Países de Nossa América (ALBA).

A Lei Orgânica de Segurança e Soberania Agroalimentar (LOSSA) nos artigos 58 a 61 outorga caráter para a importação de produtos agroalimentares, avaliando a prevalência de acordos de caráter internacional, multilateral e bilateral que visem o abastecimento agroalimentar. Neste contexto, as negociações comerciais da Venezuela com o resto dos países ocorrem em três níveis. Um primeiro multilateral no marco da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual é membro desde sua fundação em 1995, sendo parte contratante do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT por suas siglas em inglês) desde 31 de agosto de 1990; um segundo nível que se corresponde com os acordos bilaterais que mantém com países e/ou regiões e um terceiro, dentro das condições comerciais vigentes no marco dos acordos regionais subscritos.

No âmbito regional, a Venezuela após uma série de negociações iniciadas em 2006 através da subscrição do protocolo de adesão publicado em G.O Nº 38.482 do 19/07/2006, passou em 31/07/2012 a ser membro ativo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ao mesmo tempo que deixava de fazer parte da Comunidade Andina (CAN), quando anunciou sua retirada em 22/04/2006 através da denúncia do Acordo de Cartagena pelo qual formava parte da CAN desde 1973, ficando formalmente separada em 2011. Além do MERCOSUL, este país é membro desde 1981 da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e forma parte desde 2004 da Alternativa Bolivariana para os Países de Nossa América (ALBA), e desde 2008 da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) além de participar como país observador da Comunidade do Caribe (CARICOM), conforme visto na revisão da dissertação atual.

A desvinculação da Venezuela da CAN, em 22/04/2006, foi dada como medida de protesto aos Tratados de Livre Comércio (TLC) subscritos por Colômbia e Peru com os Estados Unidos. Contudo, as preferências tarifárias mantiveram-se por um período de cinco anos em conformidade ao Artigo 135 do Acordo de Cartagena, até que se concretizou formalmente sua saída em 22 de abril de 2011. De igual forma, no mesmo ano de 2006, formalizou sua saída do Acordo do G-3, um tratado de livre comércio que mantinha com o México e a Colômbia desde 1995, considerando que neste caso, o México já mantinha um acordo comercial em vigor com os Estados Unidos no marco do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA por suas siglas em inglês). Ambas as saídas foram dadas com vistas a sua integração dentro da UNASUL e o MERCOSUL. As desvinculações dos citados blocos econômicos, implicou para este país a subscrição de acordos bilaterais de alcance parcial ou total com os países membros destes.

Assim, prévio à saída de Venezuela da CAN, este bloco e o MERCOSUL tinham subscrito em 18/10/2004 no marco da ALADI o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica AAP.CE Nº 59 que colocava em vigência a partir de 2005 o tratado de livre comércio entre os países de ambos os blocos. O citado acordo subscreveu uma modificação em 22/12/2011, em que se propõe que a Venezuela passe a constituir-se em uma terceira Parte Contratante separada da Colômbia e do Equador. Todavia a modificação não entrou em vigor.

Em outra frente, a Lei que estabelece o Imposto ao Valor Agregado (IVA) publicada na G.O Nº 38.424, de 26/04/2006, e reformada conforme Decreto Nº 5.212 publicado na G.O Nº 38.632 de 26/02/2007, isenta de impostos as importações de um grupo de alimentos entre os

quais se consideram a carne bovina *in natura*: refrigerada, congelada, salgada ou em solução de salmoura; além de animais bovinos vivos destinados ao abate e para cria. Também se incluem insumos empregados na atividade produtiva como: sementes certificadas, insumos biológicos, milho amarelo empregado na elaboração de alimentos concentrados para animais e medicamentos e agroquímicos. Neste contexto, a Resolução N° 085 do Ministérios de Finanças e de Agricultura e Terras publicado na G.O N° 37.717, de 23/06/2003 resolveu numa primeira instancia a exoneração de impostos para a importação de produtos substitutos da carne bovina (carne de frango). Após esta resolução foram ditadas, consequentemente, novas resoluções que incluíram a exoneração de impostos para a carne bovina.

Além das exonerações para o pagamento de tarifas, o governo estabelece outros tipos de controles sobre o fluxo de comércio de alimentos que atuam como barreiras não tarifárias, principalmente de tipo administrativas como são a política de controle cambial e as licenças prévias à importação aplicáveis de igual maneira às exportações. Especificamente no caso das importações, é necessário a emissão de certificados de insuficiência de produção nacional e, para ambos os casos (tanto importação como quanto exportação) certificados sanitários. O Decreto N° 928 publicado na G.O 40.397, de 23/04/2014 estabelece a agilização dos trâmites requeridos para importação de produtos que visem o abastecimento nacional, em que se incluem a carne bovina e os bovinos em pé.

No respeito da política cambial, a Resolução N° 088 do Ministerio de Agricultura e Terras publicada na G.O N° 37.728, de 09/07/2003 estabeleceu pela primeira vez, após o decreto de controle cambial de fevereiro de 2003, a lista de bens e produtos agropecuários autorizados para a aquisição de divisas com fines de importação. Na mesma foram incluídas a carne bovina tanto fresca ou refrigerada como congelada e os animais bovinos em pé.

4.2.1. Importações de carne bovina e bovinos em pé na Venezuela

Conforme as estatísticas de comércio exterior dos principais países fornecedores de carne bovina *in natura* para a Venezuela, como se mostra na Tabela 20, este país passou de comprar 2,12 mil toneladas em equivalente carcaça de carne bovina *in natura* em 2003, para 44,32 mil toneladas em equivalente carcaça em 2004, um incremento de 1.995% entre um ano e outro. A partir do ano de 2004, as importações de carne bovina aumentaram consideravelmente, alcançando um máximo de 307,57 mil toneladas em 2008. Este patamar representou 50,21% do consumo total para esse ano.

Tabela 20. Importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014.

Ano	ARG	BRA	COL	EUA	NIC	URU	Total	Δ(%)
Mil toneladas de equivalente-carcaça								
1997	0,00	0,00	0,00	0,59	0,00	0,00	0,59	
1998	0,22	0,00	0,00	2,55	0,00	0,00	2,77	371%
1999	0,74	0,00	0,00	1,57	0,00	0,00	2,32	-16%
2000	0,52	0,00	0,00	1,07	0,00	2,03	3,63	57%
2001	0,03	1,25	0,00	2,26	0,00	1,18	4,72	30%
2002	0,09	2,42	0,00	2,20	0,00	2,15	6,87	45%
2003	1,40	0,41	0,00	0,09	0,00	0,21	2,12	-69%
2004	29,66	14,45	0,00	0,01	0,00	0,19	44,32	1995%
2005	12,16	11,36	9,45	0,16	0,00	0,10	33,22	-25%
2006	13,59	18,41	0,00	0,11	0,00	0,18	32,29	-3%
2007	36,79	62,47	82,78	0,04	0,00	1,53	183,62	469%
2008	16,04	130,86	155,62	0,01	Nd	5,04	307,57	68%
2009	40,02	54,30	106,85	0,00	Nd	9,34	210,50	-32%
2010	16,55	54,57	0,00	0,02	Nd	7,89	79,03	-62%
2011	8,29	96,43	0,22	0,52	38,72	13,53	157,70	100%
2012	3,72	118,57	8,73	0,67	47,45	9,95	189,09	20%
2013	2,12	213,44	40,41	0,24	34,67	7,19	298,07	58%
2014	1,04	231,45	6,69	0,14	20,39	10,10	269,82	-9%
Média	10,17	56,13	22,82	0,68	9,42	3,92	101,57	176%

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015); DIAN (2015); USDA (2015); BCN (2015) e INAC (2015) adaptados pela autora. ARG: Argentina, BRA: Brasil, COL: Colômbia, EUA: Estados Unidos, NIC: Nicarágua, URU: Uruguai. Nd: Não disponível.

Entre os anos de 1997 e 2014, o Brasil e a Colômbia figuraram como os maiores fornecedores, seguidos da Argentina, que tem sido um fornecedor constante e da Nicarágua, que tem incursionado neste mercado nos últimos anos; por sua parte, o Uruguai tem tido uma participação mais moderada, tanto que os Estados Unidos têm sido deslocados como principal fornecedor (Gráfico 20). Os Estados Unidos foi principalmente um fornecedor de recortes de carne moída para elaboração de hamburguesas. Após os episódios de encefalopatia espongiforme bovina acontecidas neste país no ano 2004 e que reduziram suas exportações de carne bovina, a Venezuela optou por excluí-lo como fornecedor.

Gráfico 20. Volume das importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014.

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015); DIAN (2015); USDA (2015); BCN (2015) e INAC (2015) adaptados pela autora.

Como mostrado no Gráfico 21, entre os anos de 2004 e 2014, a Venezuela pagou US\$ 7,14 bilhões pela importação de carne bovina proveniente da Argentina, do Brasil, da Colômbia, da Nicarágua e do Uruguai. A maior importação, como visto no Gráfico 20, foi proveniente do Brasil que substituiu, gradativamente, a Colômbia no fornecimento desta rubrica. Nesse período, a Venezuela pagou pela importação de carne bovina *in natura* US\$ 3,53 bilhões ao Brasil; US\$ 1,96 bilhões a Colômbia, US\$ 853,03 milhões a Nicarágua; US\$ 470,13 milhões a Argentina e US\$ 327,55 milhões ao Uruguai.

Gráfico 21. Importações venezuelanas de carne bovina (em US\$ mil) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 2004 a 2014.

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015); DIAN (2015); USDA (2015); BCN (2015) e INAC (2015) adaptados pela autora.

Para o caso de bovinos importados em pé, que se incorporam ao abate nacional, considerando as estatísticas de comércio exterior dos principais países fornecedores e como se mostra na Tabela 21, o Brasil é o principal fornecedor desde o ano de 2007, ultrapassando a Colômbia e a Nicarágua, que por sua vez, assim como no caso da carne *in natura*, vem incorporando-se crescentemente a este mercado. Deste modo, as importações de bovinos em pé do Brasil cresceram entre 2007 e 2014 a uma taxa anual de 15,23%, para um máximo registrado de 594 mil cabeças importadas em 2010.

Tabela 21. Importações venezuelanas de animais bovinos domésticos (em cabeças e em US\$/cab) por país de procedência (principais fornecedores comerciais) no período de 1997 a 2014.

Ano	Brasil		Colômbia		Nicarágua		Total		
	Cab	US\$/Cab	Cab	US\$/Cab	Cab*	US\$/Cab	Cab	US\$ Mil	US\$/Cab
1997	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1998	0	0	115.581	546	0	0	115.581	63.069	546
1999	0	0	9.451	323	0	0	9.451	3.055	323
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	0	0	7.771	671	0	0	7.771	5.211	671
2002	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	139.848	1.240	0	0	139.848	173.398	1.240
2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2007	247.299	764	133.503	833	0	0	380.802	300.207	788
2008	288.766	1.013	7.925	1.121	0	0	296.691	301.517	1.016
2009	387.047	929	4.699	1.299	0	0	391.746	365.660	933
2010	594.345	1.011	0	0	0	0	594.345	601.054	1.011
2011	318.835	1.062	0	0	11.047	997	329.882	349.576	1.060
2012	345.050	1.184	243.029	1.296	15.630	902	603.709	737.801	1.222
2013	450.795	1.091	217.227	1.241	21.051	923	689.073	780.960	1.133
2014	494.829	1.052	28.950	921	14.388	1.064	538.167	562.352	1.045
Média	173.720,33	450,39	50.443,56	527,27	3.450,83	215,99	227.614,71	235.770,03	610,49

Fonte: Dados do MDIC (2015); DIAN (2015) e BCN (2015) adaptados pela autora. *Cabeças calculadas sobre as estatísticas de animais bovinos importados, expressas em peso, estimando um peso vivo de 500 kg/cabeça.

A queda das exportações colombianas de carne bovina e de bovinos em pé para a Venezuela entre 2010 e 2011, tem um precedente na crise diplomática entre ambos os países⁶², a qual permitiu o crescimento de participação neste mercado por parte do Brasil e a abertura para o ingresso de novos fornecedores, como aconteceu com a Nicarágua. Além disso, a saída oficial da Venezuela da CAN iniciada em 2006 e formalizada em 2011, conjugada com as negociações para a entrada formal deste país ao MERCOSUL, iniciadas em 2006 e concretizadas em 2012 e as políticas de proximidade com os países integrantes da ALBA, caso da Nicarágua implicaram mudanças expressivas no comércio entre os países que integram ambos os blocos.

No caso da saída da CAN, especificamente para o caso colombiano, não impactou negativamente o comércio bovino entre ambas nações, devido aos acordos comerciais bilaterais estabelecidos e que tem preservados as relações comerciais entre eles. No caso da aproximação da Venezuela junto ao MERCOSUL, este fato provocou um maior vínculo com os países do bloco, principalmente com o gigante agroexportador sul-americano, o Brasil. Entre 2006 a 2014, as exportações de carne *in natura* bovina brasileira para a Venezuela, se incrementaram a uma taxa de 44,80% a.a. e as de bovinos em pé, cresceram 15,23% a.a.

No caso das importações de bovinos em pé com origem no Brasil iniciadas no ano de 2007, estas têm sido realizadas sem considerar as recomendações e considerações dos organismos competentes. Em um relatório publicado pela *Gaceta Ganadera* o Dr. Raúl Hernández Paz, membro da Comissão Nacional de Febre Aftosa (CONEFA) e assessor do CONVECAR em matéria de sanidade animal avalia as importações com origem no estado do Pará desde o Porto de Belém. Neste relatório questiona-se a prevalência do vírus tipo C da aftosa, o qual é inexistente na Venezuela e para o qual o país não se encontra protegido com a aplicação da vacina bivalente e cuja difusão no país seria geral e fulminante provocando perdas incalculáveis.

Assim o Dr. Hernández critica justificadamente o outorgamento de licenças sanitárias, avaliadas pelos organismos do Estado. Neste respeito a Junta Nacional da Carne, historicamente responsável pelas recomendações em matéria de mercado da carne na Venezuela, nem a CONEFA, seguindo o apresentado no relatório do Dr. Hernández têm sido incluídas nas

⁶² 22 de julho de 2010, o então Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, protocolou ante a Organização dos Estados Americanos (OEA) uma acusação por suposta presença do grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (FARC) e o Exército da Liberação Nacional (ELN), no território venezuelano, o qual implicou na ruptura das relações diplomáticas entre ambos os países por parte do então Presidente da Venezuela, Hugo Chávez (El Universal, 2012a).

comissões que avaliam e autorizam este tipo de importações. O Dr. Hernández enfatiza a necessidade do cumprimento das regras, essencialmente sanitárias, ainda em casos de emergências de tipo alimentar o de interesse nacional. Finalmente recomenda a importação de carne desossada desde áreas livres de febre aftosa.

De modo geral, o Estado venezuelano favorece as importações de carne bovina equivalente. Assim, amparada no artigo 91 da Lei Orgânica de Aduanas, a Venezuela tem declarado desde 2003 a exoneração de tarifas para a importação de animais vivos da espécie bovina e carne bovina. Esta ação tem sido justificada pela não produção suficiente destas rubricas. Além disso, como membro pleno do MERCOSUL, este país mantém preferências tarifárias nas importações com os países membros: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, conforme os acordos bilaterais subscritos no marco da ALADI dentro dos Acordos de Alcance Parcial de Complementação Econômica:

- a) AAP.CE N° 68 estabelecido com Argentina, subscrito em 26/12/2012 entrou em vigor em 02/01/2013.
- b) AAP.CE N° 69 estabelecido com Brasil, subscrito em 26/12/2012, entrou em vigor em 14/10/2014.
- c) AAP.CE N° 63 estabelecido com Uruguai, subscrito em 17/08/2008, entrou em vigor em 03/04/2009.
- d) AAP.CE N° 64 estabelecido com Paraguai, subscrito em 16/08/2008.

Neste sentido, em matéria de importações de carne bovina, o país concede preferências tarifárias aos países do MERCOSUL, para um conjunto de partidas tarifárias sobre a tarifa *ad valorem* estabelecida na pauta aduaneira deste país. No Quadro 1 apresentam-se as tarifas *ad valorem* das partidas de carne bovina contempladas na pauta aduaneira e as respectivas preferências tarifárias deduzidas nos casos de Argentina e Brasil até 2018, quando alcançam 100% de preferência tarifária nas partidas indicadas.

Quadro 1. Preferências tarifárias deduzidas para as importações de carne bovina da Venezuela com origem na Argentina e no Brasil para o período entre 2013 a 2018.

Ano	Pauta/Acordo	0201.10.00	0201.20.00	0201.30.00	0202.10.00	0202.20.00	0202.30.00
2013	Tarifa Pauta	20%	20%	20%	20%	20%	20%
	ARG. AAP.CE N° 68	67%					66%
	Tarifa a pagar	7%	20%	20%	20%	20%	7%
	BRA AAP.CE N° 69	66%	66%	66%	60%	66%	66%
	Tarifa a pagar	7%	7%	7%	8%	7%	7%

Ano	Pauta/Acordo	0201.10.00	0201.20.00	0201.30.00	0202.10.00	0202.20.00	0202.30.00
2014	Tarifa Pauta	10%	10%	10%	10%	10%	20%
	ARG. AAP.CE N° 68	67%					66%
	Tarifa a pagar	3%	10%	10%	10%	10%	7%
	BRA AAP.CE N° 69	66%	66%	66%	60%	66%	66%
	Tarifa a pagar	3%	3%	3%	4%	3%	7%
2015	Tarifa Pauta	10%	10%	20%	20%	10%	20%
	ARG. AAP.CE N° 68	67%					66%
	Tarifa a pagar	3%	10%	20%	20%	10%	7%
	BRA AAP.CE N° 69	66%	66%	66%	60%	66%	66%
	Tarifa a pagar	3%	3%	7%	8%	3%	7%
2016	Tarifa Pauta	10%	10%	12%	10%	10%	12%
	ARG. AAP.CE N° 68	87%					87%
	Tarifa a pagar	1%	10%	12%	10%	10%	2%
	BRA AAP.CE N° 69	66%	66%	75%	60%	75%	75%
	Tarifa a pagar	3%	3%	3%	4%	3%	3%
2017	ARG. AAP.CE N° 68	97%					97%
	BRA AAP.CE N° 69	66%	66%	86%	60%	86%	86%
2018	ARG. AAP.CE N° 68	100%					100%
	BRA AAP.CE N° 69	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: AA.P.CE N° 68, AAP.CE N°69, Pauta Aduaneira de Venezuela. ARG: Argentina, BRA: Brasil. Tarifas *ad valorem*. 0201.10.00: Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, em carcaças ou meias carcaças. 0201.20.00: Os demais cortes (peças) sem desossar de carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada. 0201.30.00: Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, desossada. 0202.10.00: Carne de animais da espécie bovina, congelada, em carcaças ou meias carcaças. 0202.20.00: Os demais cortes (peças) sem desossar de carne de animais da espécie bovina, congelada 0202.30.00: Carne de animais da espécie bovina, congelada, desossada.

No caso do Uruguai, o AAP.CE N° 63, estabelece preferências tarifárias de 100% para as partidas indicadas na Tabela 22. No caso de Paraguai, o AAP.CE N° 64 estabelece preferências tarifárias de 100% para a carne desossada, tanto fresca quanto refrigerada (0201.30.00) ou congelada (0202.30.00).

Tabela 22. Preferências tarifárias para as importações de carne bovina da Venezuela com origem no Uruguai.

Partida Tarifária: Venezuela	Subposição. Tarifária: Uruguai	Descrição	Preferência Outorgada
0201.30.00	0201.30.00.10	Quartos dianteiros	100%
	0201.30.00.20	Quartos traseiros	100%
	0201.30.00.30	Peças de quartos dianteiros	100%
	0201.30.00.41	Lombos	100%
	0201.30.00.49	Os demais	100%
	0201.30.00.92	Carne picada	100%
	0201.30.00.94	Recortes (trimmings)	100%
	0201.30.00.99	As demais	100%
0202.30.00	0202.30.00.20	Quartos dianteiros	100%
	0202.30.00.30	Quartos traseiros	100%
	0202.30.00.40	Quartos compensados	100%
	0202.30.00.50	Peças de quartos dianteiros	100%
	0202.30.00.61	Lombos	100%
	0202.30.00.69	Os demais	100%
	0202.30.00.92	Carne picada	100%
	0202.30.00.94	Recortes (trimmings)	100%
	0202.30.00.99	As demais	100%

Fonte: AA.P.CE N° 63.

Por sua vez, após a desvinculação da Venezuela da CAN e do G-3, para o caso específico de importações originadas na Colômbia o país tem subscrito o Acordo de Alcance Parcial Comercial AAP.C N° 28, negociado através da ALADI, assinado em 28/11/11 e em vigor desde 19/10/2012, em que se dá preferência tarifária de 100% às cinco partidas tarifárias de carne bovina e às partidas tarifárias correspondentes aos animais vivos da espécie bovina, como apresentado na Tabela 23.

Tabela 23. Preferências tarifárias para às importações de animais bovinos vivos e carne bovina da Venezuela com origem na Colômbia.

Partida Tarifária: Venezuela	Subposição. Tarifária: Colômbia	Descrição	Preferência Outorgada
0102.90.90	0102.90.00.10	Os demais bovinos domésticos vivos, fêmeas	100%
	0102.90.00.20	Os demais bovinos domésticos vivos, machos	
0201.10.00	0201.10.00.00	Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, em carcaças ou meias carcaças	100%
0201.20.00	0201.20.00.00	Os demais cortes (peças) sem desossar de carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada	100%
0201.30.00	0201.30.00.10	Cortes finos de carne desossada de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada	100%
	0201.30.00.90	Os demais cortes desossados de carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada	100%
0202.10.00	0202.10.00.00	Carne de animais da espécie bovina, congelada, em carcaças ou meias carcaças	100%
0202.30.00	0202.30.00.10	Cortes finos de carne de animais da espécie bovina, congelada, desossada	100%
	0202.30.00.90	Os demais cortes de carne de animais da espécie bovina, congelada, desossada	100%

Fonte: AA.P.C N° 28.

0102.90.90: Os demais animais vivos da espécie bovina. 0201.10.00: Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, em carcaças ou meias carcaças. 0201.20.00: Os demais cortes (peças) sem desossar de carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada. 0201.30.00: Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, desossada. 0202.10.00: Carne de animais da espécie bovina, congelada, em carcaças ou meias carcaças. 0202.30.00: Carne de animais da espécie bovina, congelada, desossada.

Outro acordo de caráter bilateral subscrito pela Venezuela no marco da ALADI, em relação ao comércio de carne bovina é o AAP.CE N° 23, assinado com o Chile em 02/04/1993, data na qual entrou em vigência e que concede preferência tarifária de 100% para a carne bovina.

Retomando as disposições do artigo 91 da Lei Orgânica de Aduanas, a partir de 2003 o governo da Venezuela tem decretado a exoneração de tarifas a um leque de mercadorias entre as quais figuram animais bovinos da espécie bovina e carne bovina. A exoneração mais recente, que se encontra vigente até 31/07/2016, foi publicada na G.O N° 40.734 de 28/08/2015 e está

amparada no artigo 127 da Lei Orgânica de Aduanas. Esta normativa cataloga como bens de primeira necessidade ou de consumo massivo um grupo de 46 rubricas alimentarias. Nesta categoria encontram-se incluídas as seguintes partidas: 0102.29.90 (os demais bovinos domésticos), 0201.10.00 (Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, em carcaças ou meias carcaças), 0201.30.00 (Carne de animais da espécie bovina, fresca ou refrigerada, desossada) e, 0202.10.00 (Carne de animais da espécie bovina, congelada, em carcaças ou meias carcaças).

Como visto no Quadro 1, Brasil é o país maioritariamente favorecido em termos das deduções tarifárias preferenciais das seis partidas alfandegárias, vinculadas ao capítulo 02 (carne bovina) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM). Estas preferências começaram em 2013, com 66% de dedução para cinco destas partidas e 60% para a partida 0202.10.00, sobre a tarifa da pauta aduaneira que era de 20%, ou seja, a tarifa a ser paga foi de 7 e 8% para esse ano. Com as modificações das tarifas da pauta aduaneira, este país poderia ter pago entre 3% e 8% por conceito destas tarifas entre 2014 e 2015. Para o ano de 2016, espera-se que este pagamento seja entre 3 e 4%, alcançando a exceção de pago para o ano de 2018.

No caso da Argentina, este país encontrasse favorecido com tarifas preferenciais para as partidas 0201.10.00 e 0202.30.00, pagando entre 3% e 7% *ad valorem* até 2016 e alcançando do mesmo modo que o Brasil a exceção de pago de 100% para o ano de 2018 (Quadro 1). O Uruguai, por sua vez, é favorecido na dedução de 100% das tarifas aduaneiras para a exportação a Venezuela de carne desossada fresca ou refrigerada (0201.30.00) quanto congelada (0202.30.00) desde o ano 2009 quando entrou em vigor o AAP.CE Nº 63 (Tabela 22). A Colômbia, no entanto, além de ser favorecida em 100% de dedução das tarifas aduaneiras para exportar bovinos considerados na partida 0102.90.90 (os demais bovinos domésticos), também é favorecida em 100% para exportar carne bovina, considerando todas as partidas, a exceção da partida 0202.20.00 (carne bovina congelada, com osso) (Tabela 23).

Considerando estas preferências tarifárias para estes países, a carne congelada desossada (0202.30.00) é a partida mais favorecida. A tendência das importações de carne bovina é a ser realizada preferencialmente desossada. As estatísticas do Uruguai, reportadas pelo Instituto Nacional de Carnes (INAC), evidenciam que a Venezuela importa historicamente carne desossada deste país. No caso de Nicarágua, as estatísticas do Banco Central da Nicarágua (BCN) não são segregadas, mas conforme as estatísticas do Instituto Nacional de Estatísticas

(INE) da Venezuela apontam que as recentes importações, têm sido, principalmente de carne desossada e em estado fresco ou refrigerada.

Neste contexto, as estatísticas segregadas de Argentina, Brasil e Colômbia, mostram que das 1.597 mil toneladas em equivalente carcaça importadas pela Venezuela a partir destes países, entre 2004 e 2014; 74,79% tem sido em estado congelado e 25,21% em estado fresco ou refrigerada, como evidenciado no Gráfico 22.

Gráfico 22. Importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas de equivalente carcaça) fresca ou refrigerada e congelada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014.

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015) e DIAN (2015); adaptados pela autora.

Destes três países (Argentina, Brasil e Colômbia), a Venezuela importa majoritariamente carne desossada (98,41%, para 2014). Para o ano 2014, as importações da Argentina e o Brasil em um 100% correspondiam-se com carne desossada, em tanto que da Colômbia este país importou 50% de carne em carcaça ou meias carcaças e 50% de carne desossada em pequenos volumes (Tabelas 24 e 25).

O artigo 62 da LOSSA estabelece que os alimentos importados com miras a ser comercializados no território nacional devem-se ajustar à normativa legal nacional em matéria de alimentos e alimentação. Por sua vez, o artigo 2, numeral 4 da Lei de Saúde Agrícola Integral

estabelece que se deve regular a importação entre outros de animais como produtos e subprodutos em pró de garantir a saúde integral da nação. Neste contexto, a Venezuela só está facultada para importar animais bovinos em pé e carne em carcaça de países livres de febre aftosa sem vacinação, a exceção da Colômbia que é livre da cepa C do vírus da febre aftosa e por tanto é permitida a importação de carne em carcaça e bovinos em pé.

Dos restantes países da América do Sul dos quais a Venezuela realiza importações de carne bovina e bovinos em pé apegado à normativa vigente só deve ser permitida a importação de carne desossada refrigerada ou congelada. Assim, como mostrado na Figura 9, a Venezuela conforme o status oficial de febre aftosa da Organização Internacional de Epizootias (OIE) só deveria realizar importações de carne congelada ou refrigerada com origem no Brasil, na Argentina (parte dela), no Paraguai e no Uruguai e não de animais bovinos vivos.

Figura 9. Mapa do status oficial de febre aftosa dos países membros da OIE, atualizado para maio de 2015.

Fonte: OIE, 2015.

A Venezuela deixou de importar carne bovina fresca ou refrigerada da Argentina, Brasil e Colômbia no ano de 2010, concentrando em tanto as importações em carne bovina congelada a partir deste ano. Isto, consequência da monopolização por parte do Estado nas compras internacionais desta rubrica, concentradas pela estatal CASA. Deste modo, frente a exclusão do setor privado, reduziu-se consequentemente a capacidade de armazenamento. Assim, como mostrado na Tabela 24, a Venezuela importou em estado congelado 100% de carne desossada proveniente principalmente de Brasil que proveu 83,94% deste total, seguido da Argentina com

11,62% e da Colômbia com 4,45%. Já em estado fresco ou refrigerada, as importações foram 68,28% em carcaça ou meia carcaça provenientes da Colômbia; 31,64% desossada, provenientes da Colômbia (20,44%), da Argentina (10,22%) e do Brasil (0,98%) e apenas 0,08% de carne com osso proveniente de Colômbia e Brasil (Tabela 25).

Tabela 24. Importações venezuelanas de carne bovina congelada (em mil tonelada) em carcaça ou meia carcaça, com osso e desossada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014.

Origem	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Mil Toneladas												
Argentina	13,83	3,74	3,60	19,15	10,81	28,08	11,73	6,10	2,74	1,56	0,77	102,09
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Osso	0,00	0,00	0,01	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09
Sem osso	13,83	3,74	3,59	19,07	10,81	28,08	11,73	6,10	2,74	1,56	0,77	102,00
Brasil	10,63	8,35	13,54	45,93	96,22	38,18	38,97	70,90	87,18	156,94	170,19	737,02
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Osso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,04
Sem osso	10,63	8,35	13,54	45,93	96,22	38,18	38,97	70,90	87,18	156,90	170,18	736,99
Colômbia	0,00	0,74	0,00	0,90	1,06	3,82	0,00	0,16	5,45	24,17	2,86	39,17
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,08	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13
Com Osso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem osso	0,00	0,74	0,00	0,82	1,01	3,82	0,00	0,16	5,45	24,17	2,86	39,04
Total	24,45	12,84	17,14	65,99	108,09	70,08	50,70	77,16	95,36	182,66	173,81	878,29
Eq. Carcaça	33,26	17,46	23,30	89,69	146,98	95,31	68,95	104,94	129,69	248,41	236,38	1194,38

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015) e DIAN (2015); adaptados pela autora.

Tabela 25. Importações venezuelanas de carne bovina fresca ou refrigerada (em mil tonelada) em carcaça ou meia carcaça, com osso e desossada a partir da Argentina, Brasil e Colômbia no período de 2004 a 2014.

Origem	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Mil Toneladas												
Argentina	7,98	5,20	6,41	8,00	0,99	1,35	0,44	0,00	0,00	0,00	0,00	30,36
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Osso	0,00	0,00	0,01	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09
Sem osso	7,98	5,20	6,40	7,92	0,98	1,35	0,44	0,00	0,00	0,00	0,00	30,27
Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	1,74	1,15	0,00	0,00	0,02	0,00	2,92
Carcaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Osso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02
Sem osso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,74	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2,90
Colômbia	0,00	8,20	0,00	79,08	145,13	91,66	0,00	0,00	1,32	7,54	2,80	335,74
Carcaça	0,00	7,54	0,00	71,96	119,87	63,88	0,00	0,00	1,32	7,54	2,80	274,92
Com Osso	0,00	0,00	0,00	0,16	0,09	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,30
Sem osso	0,00	0,65	0,00	6,96	25,17	27,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,52
Total	7,98	13,40	6,41	87,08	146,13	94,75	1,59	0,00	1,32	7,55	2,80	369,01
Eq. Carcaça	10,85	15,50	8,71	92,44	155,55	105,85	2,17	0,00	1,32	7,55	2,80	402,74

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015) e DIAN (2015); adaptados pela autora.

As preferências as importações de carne bovina *in natura* e bovinos em pé, incluem além das exonerações para o pagamento de tarifas, um subsídio implícito dentro do fluxo de comércio estabelecido com outros países, no marco da política de controle cambial estabelecida neste país a partir de 2003. Estas importações têm sido consideradas dentro da lista de importações que são realizadas utilizando a taxa de câmbio do dólar oficial. Deste modo, considerando as taxas de câmbios diferenciadas estabelecidas na Venezuela desde 2003, as importações de animais bovinos e carne bovina tem usufruído subsídios implícitos como mostrado na Tabela 26. Este subsídio tem estado na faixa de 44,2% e 96,7%, ou seja, os importadores só têm pago 55,8% a 3,3% da moeda estrangeira se considerados os sistemas cambiais paralelos.

Tabela 26. Subsídios implícitos nas taxas de câmbio múltiplo da Venezuela entre os anos de 2003 a 2015.

Sistema	2003- 2004	2004- 2005	2005- 2010	2010- 2010	2010- 2013	2013- 2014	2014- 2015	2015*
Oficial	1,60	1,92	2,15	4,30	4,30	6,30	6,30	6,30
Preferencial				2,60	4,30	6,30	6,30	6,30
SITME				5,30				
Subsídio				-50,9%				
SICAD I						11,30	11,09	13,15
Subsídio						-44,2%	-43,2%	-52,1%
SICAD II							49,95	51,97
Subsídio							-87,4%	-87,9%
SIMADI								190,00
Subsídio								-96,7%

Fonte: Dados do BCV, 2015 adaptados pela autora com base em Collins (1991, p.143).

* SICAD I valor de cotação de setembro de 2015. SICAD II última cotação fevereiro de 2015. Oficial-Preferencial valor vigente a dezembro de 2015. SIMADI valor de cotação de dezembro de 2015.

Este tipo de política visa proteger os setores menos favorecidos da sociedade em termos da aquisição de bens alimentares e tal como é assinalado por Collins (1991, p.144) o sistema de câmbios múltiplos, estabelecido na Venezuela na década de 1980, “contribuiu para proteger as famílias de baixo rendimento de preços mais elevados nos bens alimentares essenciais”. Não obstante, este tipo de política afeta o funcionamento do mercado em detrimento do bem-estar dos produtores internos, em vista do que permite um incremento das importações que são favorecidas pelos subsídios com a adoção da taxa oficial.

Embora a Venezuela outorgue preferências, tanto na redução de tarifas ao comércio junto os parceiros principalmente do MERCOSUL e a Colômbia, quanto na sinalização com dólar oficial para a importação de carne *in natura* e bovinos em pé, a partir de qualquer destino, os preços pagos por este país, na importação de algumas destas rubricas, têm se mostrado elevados se comparados com o pagamento feito desde outros destinos aos mesmos mercados.

Assim, por exemplo, como apresentado no Gráfico 23, considerando as exportações uruguaias de carne bovina congelada desossada para seus principais compradores (a China e a Rússia), a Venezuela que é o terceiro comprador, pagou em média US\$ 670 a mais a tonelada, se comparado com a China, e US\$ 992 a mais a tonelada se comparado com a Rússia, pelas compras desta rubrica feitas a este país no período entre 2004 e 2014 (com dados do INAC, 2015).

Gráfico 23. Evolução do preço da tonelada de carne bovina congelada desossada (em US\$/tonelada) exportada pelo Uruguai para Venezuela, China e Rússia no período de 2004 a 2014.

Fonte: INAC, 2015 adaptados pela autora.

No caso do Brasil, como apresentado no Gráfico 24, a Venezuela é o terceiro comprador de carne bovina congelada desossada após a Rússia e o Hong Kong. Entre 2004 e 2014, a Venezuela pagou em média US\$ 795,05 e US\$ 610,81 a mais por tonelada desta rubrica comparado a Rússia e o Hong Kong respectivamente (com dados do MDIC, 2015).

Gráfico 24. Evolução do preço da tonelada de carne bovina congelada desossada (em US\$/tonelada) exportada pelo Brasil para Venezuela, Rússia e Hong Kong no período de 2004 a 2014.

Fonte: MDIC, 2015 adaptados pela autora.

Neste contexto, os jornais da época citam casos de corrupção nos casos das compras venezuelanas de carne bovina e principalmente bovinos em pé realizadas com origem no Brasil. Neste respeito assinala-se superavaliação no preço dos animais bovinos importados e nos fretes de transporte e casos de empresas fictícias que realizam as compras desde a Venezuela, entre outros. Tudo isto no marco das compras realizadas no contexto do dólar oficial (EL NACIONAL, 2014; VALOR ECONÔMICO, 2013).

4.3. Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT) de carne bovina na Venezuela

O incremento das importações de carne bovina e bovinos em pé que se incorporam no abate, impactou significativamente o aporte da produção nacional proveniente só de animais nascidos e criados na Venezuela na Disponibilidade Aparente Bruta Total (DABT) como se evidencia na Tabela 27. Consequência deste deslocamento, a taxa de penetração das importações (T.P.M) mostra resultados ascendentes, demonstrando o substantivo incremento da dependência externa de carne bovina, tanto no que concerne o abate de animais em pé quanto de carne *in natura*.

Tabela 27. Disponibilidade Aparente Bruta Total (D.A.B.T) de carne bovina na Venezuela no período de 1997 a 2014.

Ano	Mil toneladas em equivalente carcaça					Milhares		kg/habitante/ano			T.P.M
	Prod Total	Imp em Pé	Prod Nac	Imp	Exp	D.A.B.T Consumo	Pop	D.A.B.T Consumo	Prod Nac	Imp Total	
1997	423,00	0,00	423,00	0,59	0,00	423,59	23.108	18,33	18,31	0,03	0,14%
1998	408,00	24,54	383,46	2,77	0,00	410,77	23.566	17,43	16,27	1,16	6,65%
1999	392,00	1,42	390,58	2,32	0,00	394,32	24.023	16,41	16,26	0,16	0,95%
2000	435,00	0,00	435,00	3,63	0,00	438,63	24.481	17,92	17,77	0,15	0,83%
2001	418,00	1,88	416,12	4,72	0,00	422,72	24.940	16,95	16,69	0,26	1,56%
2002	428,00	0,00	428,00	6,87	0,00	434,87	25.399	17,12	16,85	0,27	1,58%
2003	420,00	0,00	420,00	2,12	0,00	422,12	25.858	16,32	16,24	0,08	0,50%
2004	400,00	0,00	400,00	44,32	0,00	444,32	26.314	16,89	15,20	1,68	9,97%
2005	405,00	30,34	374,66	33,22	0,00	438,22	26.769	16,37	14,00	2,37	14,50%
2006	395,00	0,00	395,00	32,29	0,00	427,29	27.221	15,70	14,51	1,19	7,56%
2007	365,00	91,00	274,00	183,62	0,00	548,62	27.671	19,83	9,90	9,92	50,06%
2008	305,00	73,61	231,39	307,57	0,00	612,57	28.117	21,79	8,23	13,56	62,23%
2009	290,00	99,32	190,68	210,50	0,00	500,50	28.559	17,53	6,68	10,85	61,90%
2010	348,00	150,63	197,37	79,03	0,00	427,03	28.996	14,73	6,81	7,92	53,78%
2011	345,00	81,40	263,60	157,70	0,00	502,70	29.428	17,08	8,96	8,13	47,56%
2012	360,00	147,92	212,08	189,09	0,00	549,09	29.854	18,39	7,10	11,29	61,38%
2013	290,00	169,68	120,32	298,07	0,00	588,07	30.276	19,42	3,97	15,45	79,54%
2014	270,00	129,02	140,98	269,82	0,00	539,82	30.694	17,59	4,59	12,99	73,88%
Média	372,06	55,60	316,46	101,57	0,00	473,62	26.960	17,54	12,13	5,41	29,70%

Fonte: Dados do USDA (2015), IPCVA (2015); MDIC (2015); DIAN (2015); USDA (2015); BCN (2015) e INAC (2015) adaptados pela autora.

Em média, entre 1997 e 2014, a DABT (em kg/habitante/ano) foi de 17,54 para um máximo de 21,79 kg/habitante/ano em 2008 e um mínimo de 14,73 kg/habitante/ano em 2010. Para o ano de 2014, a DABT foi de 17,59 kg/habitante/ano, inferior à de 1997 que foi de 18,33 kg/habitante/ano. No caso do ano de 2014, dramaticamente 73,88% da demanda foi coberta com importações. Para contrastar este resultado, em 1997, apenas 0,14% da demanda foi suprida com importações. Deste modo e como mostrado no Gráfico 25, a produção de carne bovina em kg/habitante/ano decresce de 18,33 kg em 1997 para 4,59 kg em 2014. Ao mesmo tempo as importações em kg/habitante/ano aumentam de 0,03 kg para 12,99 kg no mesmo período.

Gráfico 25. Dispersão da produção nacional de carne bovina venezuelana (em kg/habitante/ano) versus importações totais (em kg/habitante/ano) no período de 1997 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), IPCVA (2015); MDIC (2015); DIAN (2015); USDA (2015); BCN (2015) e INAC (2015) adaptados pela autora.

Como mostrado no Gráfico 26, entre 2003 e 2014 as importações de carne bovina equivalente (carne *in natura* e bovinos em pé) cresceram a uma taxa anual de 255%, passando de 2,12 mil toneladas em equivalente carcaça em 2003 para 398,84 mil toneladas em equivalente carcaça totais no final do período. No ano de 2013, as importações de carne bovina equivalente representaram um máximo de 467,75 mil toneladas em equivalente carcaça, frente a 120,32 mil toneladas em equivalente carcaça produzidas de bovinos nacionais, isto significa que 79,54% do abastecimento do mercado doméstico foi realizado dentro da estratégia de substituição da produção interna por importações junto aos parceiros comerciais.

Gráfico 26. Penetração das importações venezuelanas de carne bovina (em mil toneladas equivalente carcaça de bovinos em pé e carne *in natura*) no período de 1997 a 2014.

Fonte: Dados do IPCVA (2015); MDIC (2015); DIAN (2015); USDA (2015); BCN (2015) e INAC (2015) adaptados pela autora.

4.4. Comportamento do consumo de carne bovina na Venezuela

De acordo com o formulário de prospecção do consumo de alimentos, aplicado semestralmente pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) da Venezuela, a carne bovina encontra-se entre os dez produtos da cesta básica alimentar de maior consumo diário aparente neste país. Como apresentado na Tabela 27, este consumo é menor ao da carne de frango que representa a principal proteína animal substituta, mas significativamente superior que o da carne suína. A relação entre o consumo de carne bovina com o consumo de carne de frango manteve-se na ordem de 0,61. A mesma relação em no tocante ao consumo de carne suína ficou na ordem de 5,36. Na média para o período de 2003 a 2014, observou-se um consumo diário de 47,04 g/dia para a carne bovina; 78,01 g/dia para a carne de frango e 9,03 g/dia para a carne suína.

Tabela 28. Consumo diário aparente (em g/percapita/dia) de carne bovina e proteínas de origem animal substitutas na Venezuela no período de 2003 a 2014.

Período	Bovina	Frango	Suína	Bovina: Frango	Bovina: Suína
2003 II	54,45	64,28	10,13	0,85	5,38
2004 I	42,72	67,58	6,43	0,63	6,64
2004 II	42,52	77,35	5,53	0,55	7,69
2005 I	41,28	75,91	6,55	0,54	6,30
2005 II	42,25	78,96	6,74	0,54	6,27
2006 I	41,87	82,60	8,02	0,51	5,22
2006 II	44,71	80,70	8,13	0,55	5,50
2007 I	46,99	73,14	9,26	0,64	5,07
2007 II	48,89	78,87	9,99	0,62	4,89
2008 I	46,23	82,58	10,27	0,56	4,50
2008 II	46,41	86,82	8,30	0,53	5,59
2009 I	46,70	78,66	8,99	0,59	5,19
2009 II	50,71	77,67	11,32	0,65	4,48
2010 I	48,21	76,05	11,84	0,63	4,07
2010 II	48,69	80,10	10,26	0,61	4,75
2011 I	53,56	84,56	8,59	0,63	6,24
2011 II	51,30	80,08	8,46	0,64	6,06
2012 I	49,39	84,52	9,31	0,58	5,31
2012 II	51,64	81,83	9,84	0,63	5,25
2013 I	47,06	75,35	11,80	0,62	3,99
2013 II	44,31	74,40	9,48	0,60	4,67
2014 I	44,92	74,23	9,46	0,61	4,75
Média	47,04	78,01	9,03	0,61	5,36

Fonte: Dados do INE (2015) adaptados pela autora.

O setor avícola se diferencia do bovino pois atua como um sistema de integração, em que existe a coordenação da cadeia com a presença de empresas líderes que dividem tarefas especializadas no encadeamento de negócios. Nesta cadeia, os animais proveem de progenitores geneticamente melhorados no exterior e o fornecimento da alimentação sustenta-se em concentrados balanceados com cereais, importados em sua maioria. Esta estratégia proporciona um elevado coeficiente de conversão de insumos em carne, em parte devido às raças melhoradas geneticamente e em parte ao trabalho especializado de fornecedores de insumos e serviços, o que resulta em conjunto, em maior competitividade a este setor frente ao da carne bovina (RODRÍGUEZ, 2012, p. 96).

Conforme as estatísticas do USDA (2015) e como apresentado no Gráfico 27 a participação da carne de frango como principal competidora do consumo de carne bovina na Venezuela tem mantido um ritmo crescente nos últimos 50 anos. Assim, enquanto para 1965, a carne de frango representava apenas 20,48% do consumo *percapita* de carnes a carne bovina se posicionava com 65,46% deste total. Em 1985 o consumo de ambas as carnes é igualado e já para 1995 a carne de frango se posiciona como a carne mais consumida representando 44,69% do consumo total. O consumo desta carne manteve aquecido e com crescimento acelerado alcançando 60,01% em 2005. De 1990 a 2014, o crescimento da carne de frango significou 162% de aumento. Por sua vez, as estimativas do USDA para 2015 mostram uma tendência de baixa para ambas as proteínas.

Gráfico 27. Consumo doméstico (em mil toneladas) de carnes (bovina, de frango, e suína) na Venezuela no período de 1960 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015). * equivalente carcaça; ** estimado.

Tomando por base o estrato social, e como mostrado no Gráfico 28, conforme o último formulário de prospecção do consumo de alimentos, aplicado pelo INE no I semestre do ano de 2014, todos os estratos (do I ao V) são consumidores de carne bovina em patamares similares. Estima-se uma faixa de 42,94 g/*percapita*/dia a 47,70 g/*percapita*/dia. Os estratos que mais consomem carne bovina continuam sendo os de maior poder aquisitivo (I-II-III), mesmo tendo

diminuído este consumo um 24,81% nos últimos dez anos mostrados (2003-2013). Por sua vez, o estrato IV também diminuiu o consumo em 23,50% no mesmo período. No estrato V, não se observa uma melhoria notável do consumo, que se manteve na faixa dos 42 gramas, com um desvio padrão de +/- 5,40 gramas, a pesar dos esforços do governo nacional em matéria de alimentação e segurança alimentar.

Gráfico 28. Consumo *percapita* diário aparente de carne bovina (em g) por estratos sociais na Venezuela no período de 2003 a 2013.

Fonte: Dados do INE (2015) adaptados pela autora.

Como parte das intervenções do Estado afiançadas desde 2003, as redes de empresas criadas ou ampliadas no marco das chamadas *misiones* Agro-Venezuela e Alimentação, atingiram a grande maioria de cadeias do setor de alimentos, incluída a da carne bovina, desde a produção, comércio exterior até a distribuição e comercialização.

Deste modo, a distribuição de alimentos é dirigida pela Corporação de Abastecimento e Serviços Agrícolas (CASA), empresa fundada em 1989 e atualmente dependente do MINPPAL. A mesma concentra as compras nacionais e internacionais de produtos alimentícios, funções que cumpre através das empresas filiais: Logicasa que atua na área de transporte e a Venalcasa que presta os serviços de empaque, processamento, armazenagem e distribuição de matéria prima, produtos terminados e produtos agrícolas. Além disso é proprietária conforme a informação publicada na sua web site (www.casa.gob.ve) de uma importante rede de silos,

frigoríficos e centros de coleta, com uma capacidade total de 1.352 mil toneladas, das quais 13 mil correspondem-se com a capacidade frigorífica instalada (CASA, 2015).

CASA é a empresa encarregada de suprir a rede de Mercados de Alimentos C.A (MERCAL), criada em 2003, com uma ampla rede de distribuição comercial especialmente voltada aos setores de baixa renda e por outro lado à Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos (PDVAL), criada em 2007 como uma filial de Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) e transferida através de Decreto N° 7.540 publicado na G.O N° 39.474 de 27/07/2010 ao MINPPAL.

A partir de outubro de 2014, CASA, MERCAL, PDVAL, além de outros organismos da rede de alimentação, tais como a Fundação Programa de Alimentos Estratégicos (FUNDAPROAL) e os Supermercados Bicentenários, criados no marco desta rede de abastecimento, passam a conformar a Corporação Produtora, Distribuidora e Mercado de Alimentos S.A (CORPO-PDMERCAL), criada como uma organização dependente do MINPPAL, sob Decreto Presidencial N° 1.285 publicado em G.O N° 40.513 de 08/10/2014.

Em novembro de 2014, através do Decreto Presidencial N° 1.405 publicado em G.O Extraordinária N° 6.150 de 18/11/2014 é promulgada via *habilitante* a Lei que cria o Sistema Nacional Integral Agroalimentar (SNIA), que compreende o conjunto de atividades públicas e privadas, necessárias para garantir a segurança e a soberania agroalimentar do país. No marco desta Lei, fica revogada a Lei de Silos, Armazenes e Depósitos Agrícolas; sendo, porém, suprimida a Superintendência Nacional de Silos, Armazenes e Depósitos Agrícolas (SADA) e criada a Superintendência Nacional de Gestão Agroalimentar (SUNAGRO) (VENEZUELA, 2014e).

A SUNAGRO é, por tanto, a responsável da fiscalização da produção, processamento, distribuição e importação de alimentos, com a qual exerce controle sobre toda a cadeia agroalimentar. Além disso a SUNAGRO tem entre outras funções a emissão da guia única de mobilização, rastreabilidade e controle de alimentos e declara de utilidade pública e interesse social todas as obras ou estruturas destinadas à prestação de serviços relacionados com os bens ou produtos agroalimentares.

Contudo, o acréscimo da intervenção estatal dentro de grande parte de cadeias agroalimentares incluída a da carne bovina não deriva em melhoras substanciais no consumo de carne bovina. Como visto no Gráfico 28, não se observa uma melhoria no consumo

principalmente dos estratos sociais de baixa renda. Por sua vez, os estratos de maior renda evidenciam um retrocesso no consumo desta rubrica.

4.5. Comportamento dos preços de bovinos em pé e carne bovina na Venezuela

O Decreto N° 2.304 publicado na G.O N° 37.626 de 06 de fevereiro de 2003, incluiu a carne bovina dentro da lista de 45 produtos que passaram a ser regulados pelo governo, sendo incluída nos decretos e providências sucessivas decretadas nesta matéria até os dias atuais. Na data de 21 de fevereiro de 2007 foi a primeira vez, após o decreto do ano de 2003, que o governo regulou os preços do gado em pé e as carcaças bovinas. Posterior a esta regulação tem-se estabelecido cinco novas regulações como apresentado na Tabela 29.

Tabela 29. Preços regulados – preços correntes (em Bs. /kg e US\$/kg a taxa oficial) da carne bovina na Venezuela no período de 2007 a 2015.

Produto		21/02/2007 GO 38.629	11/08/2008 GO 38.991	17/06/2011 GO 39.698	17/05/2013 GO 40.169	20/02/2015 PA 038/2015	01/06/2015 PA 055/2015
Gado em pé	Bs/kg	3,99	5,50	7,10	8,52	65,00	82,00
	US\$/kg	1,86	2,56	1,65	1,35	10,32	13,02
Carne em carcaça	Bs/kg	7,98	11,11	14,36	17,23	135,00	135,00
	US\$/kg	3,71	5,17	3,34	2,73	21,43	21,43
Cortes de alto valor	Bs/kg	11,72	17,60	22,74	27,29	250,00	250,00
	US\$/kg	5,45	8,19	5,29	4,33	39,68	39,68
Cortes de mediano valor	Bs/kg	9,40	11,90	15,38	18,46	220,00	220,00
	US\$/kg	4,37	5,53	3,58	2,93	34,92	34,92
Cortes de baixo valor	Bs/kg	6,21	10,15	13,12	15,74	160,00	160,00
	US\$/kg	2,89	4,72	3,05	2,50	25,40	25,40

Fonte: Dados das G.O 38.629, 38.991, 39.698 e 40.169 e das Providências Administrativas 038/2015 e 055/2015.

Entre janeiro de 1998 e outubro de 2011, considerando machos e fêmeas, classificados como excelente “A” em carcaça, os preços dos bovinos em pé na Venezuela, como apresentados no Gráfico 29 mostram, em média Bs. F 28,64/kg, com valor de referência de bolívares de dezembro de 2014 (com dados da *Gaceta Ganadera*, 2011). Como descrito por Ordóñez (2011, p.8) a variação dos preços abaixo da média a partir de junho de 1998 a junho de 2003 reflete parte do desinvestimento no setor. Quatro anos após, observa-se um incremento até quase duplicar os em 2004, consequência de uma escassez de oferta acompanhada por um incremento da demanda pelo efeito de aumento da renda *percapita* no período em análise.

Gráfico 29. Evolução dos preços de bovinos em pé (em Bs./kg) (machos e fêmeas classificados como excelente “A” em carcaça) na Venezuela no período de 1998 a 2011.

Fonte: Dados da *Gaceta Ganadera*, 2011, adaptados pela autora.

Se comparado com os preços regulados estabelecidos a partir de fevereiro de 2007 (como exibido no Gráfico 30), os preços de mercado, expressos como valor de referência em bolívares de dezembro de 2014, mostraram-se inferiores aos preços regulados exibidos em bolívares constantes do mesmo período, pelo menos até março de 2010. Em média, entre fevereiro de 2007 e março de 2010 os preços regulados foram 6,19% superiores aos preços de mercado. A partir de abril de 2010, esta tendência é revertida, sendo que os preços de mercado se mostraram 17,14% superiores até outubro de 2011, corte da data destes preços. Os picos observados na linha de preços regulados correspondem-se com as respectivas regulações de agosto de 2008, junho de 2011 e maio de 2013. As regulações posteriores de fevereiro e junho de 2015, não são mostradas por carência de estatísticas referentes ao IPC empregado como indexador.

Gráfico 30. Comparação dos preços de bovinos em pé (em Bs./kg) (machos e fêmeas classificados como excelente “A” em carcaça) com valor de mercado vs. valor regulado na Venezuela no período de 1998 a 2011.

Fonte: Dados da *Gaceta Ganadera*, 2011, das G.O 38.629, 38.991, 39.698 e 40.169 e das Providências Administrativas 038/2015 e 055/2015 adaptados pela autora.

Como apresentado no Gráfico 31, entre 2007 e 2014, levando-se em conta valores a taxa oficial do dólar, os preços regulados do boi gordo na Venezuela foram sensivelmente superiores aos preços médios dos bois gordos em US\$/kg na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no Uruguai, mas inferiores se calculados como base no valor do dólar paralelo. Deste modo, o preço regulado médio do boi gordo na Venezuela entre 2007 e 2014, foi de US\$ 1,81/kg na cotação do dólar oficial e US\$ 0,66/kg calculado com base na cotação do dólar paralelo, enquanto os mesmos preços na Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai foram em média US\$ 1,48/kg, US\$ 1,75/kg, US\$ 1,66/kg e US\$ 1,63/kg respectivamente.

De outro lado, como se mostra no Gráfico 32 entre janeiro e outubro de 2015, com as novas regulações de fevereiro e junho de 2015, o preço do quilograma de boi gordo venezuelano, com base na cotação do dólar oficial alcança US\$ 10,32/kg e US\$ 13,02/kg, muito acima da média dos países mostrados que alcançou US\$ 1,70/kg, mas significativamente inferior quando calculado na cotação do dólar paralelo.

Gráfico 31. Preço do boi gordo a preço regulado na Venezuela (em US\$/kg) comparado a países da região no período de 2007 a 2014.

Fonte: Dados das G.O 38.629, 38.991, 39.698 e 40.169, das Providências Administrativas 038/2015 e 055/2015 e do INAC (2015), FEDEGAN (2015) adaptados pela autora.

Gráfico 32. Preço do boi gordo a preço regulado na Venezuela (em US\$/kg) comparado a países da região no período de Janeiro a Outubro de 2015.

Fonte: Dados das G.O 38.629, 38.991, 39.698 e 40.169, das Providências Administrativas 038/2015 e 055/2015, Dólar Paralelo Today (2015) e do INAC (2015), FEDEGAN (2015) adaptados pela autora.

De outra forma, em termos dos preços regulados de alguns cortes de carne bovina, os resultados do IPC de alimentos evidenciam que o controle de preços, estabelecido a partir de 2003, não tem tido os resultados esperados. De modo geral, a variação média do IPC resultou em 29,9% entre os anos de 2004 e 2014, incrementando-se em 36,1 pontos percentuais entre os anos de 2012 e 2013 quando passou de 20,1%, em 2012, para 56,2% em 2013, continuando com uma tendência de alta para ficar em 68,5% no ano de 2014. Por sua vez, as variações do IPC de alimentos foram de 73,9% e 91,0% nos anos de 2013 e 2014 respectivamente (com dados da CEPAL, 2014). Esta situação evidencia que, pelo menos, no tocante ao atingimento do objetivo de controle da inflação, este não foi atingido pelo controle de preços.

Em outra frente, os preços de mercado dos cortes de carne bovina, na maioria do setor varejista (excetuando as redes do governo) reportadas nos jornais da época, demonstram que estes ficaram muito acima do preço regulado. Isto ocorreu, em grande medida, pelo atraso na atualização destes sobre o balizamento da situação de custos no setor e pelos índices de escassez de alimentos incrementados nos últimos anos na Venezuela. Assim, como apresentado na Tabela 30, entre 2007 e 2015, os preços de mercado dos cortes de carne bovina, conforme cada categoria, superam os preços regulados em um intervalo que vai de 25% a 560%.

Tabela 30. Diferenças (em %) entre os preços regulados e os preços de mercado dos cortes de carne bovina na Venezuela no período de 2007 a 2015.

Data	Cortes de alto valor			Cortes de mediano valor			Cortes de baixo valor		
	Regulado (Bs./kg)	Mercado (Bs./kg)	Diferença (%)	Regulado (Bs./kg)	Mercado (Bs./kg)	Diferença (%)	Regulado (Bs./kg)	Mercado (Bs./kg)	Diferença (%)
24-08-07	11,72	18,80	60,41%	9,40	14,00	48,94%	6,21	8,00	28,82%
31-10-08	17,60	22,00	25,00%	11,90	16,00	34,45%	10,15	16,00	57,64%
10-01-09	17,60	30,00	70,45%	11,90	22,00	84,87%	10,15		
03-12-12	22,74	51,00	124,27%	15,38	22,00	43,04%	13,12	Nd	Nd
31-05-13	27,29	78,00	185,82%	18,46	Nd	Nd	15,74	Nd	Nd
02-06-14	27,29	180,00	559,58%	18,46	Nd	Nd	15,74	100,00	535,32%
14-04-15	250,00	Nd	Nd	220,00	434,00	97,27%	160,00	350,00	118,75%
20-08-15	250,00	1.650,00	560,00%	220,00	1.280,00	481,82%	160,00	750,00	368,75%

Fonte: Dados das G.O 38.629, 38.991, 39.698 e 40.169, das Providências Administrativas 038/2015 e dados publicados em *Correo del Orinoco*, 2014; *El Nacional*, 2014 e *El Universal*, 2007, 2008, 2009, 2012b, 2013 e 2015, adaptados pela autora.

Ao mesmo tempo, a fiscalização dos organismos governamentais exerce controle sobre o cumprimento das regulações. Isto tem provocado desestímulo junto ao comércio varejista que,

ao não ter acesso à carne regulada principalmente distribuída através das redes do governo, fica impedido para vendas a preços de mercado. Este panorama tem provocado episódios de escassez cada vez maiores, com efeitos sob os consumidores que tem que fazer longas filas na procura do produto.

Conforme dados de *Datanalisis*, o índice de escassez de alimentos básicos na capital da Venezuela ficou em 60,7% em maio de 2015, sendo que a carne bovina alcançou o patamar de 64,2%. Ainda com a provisão permanente proveniente das importações, este índice foi de 39% a 80% nas redes varejistas do Estado (*Mercal, PDVAL e Abastos Bicentenario*), alcançando 57,4% e 50,3% nos supermercados, 75% em pequenos comércios varejistas e 38,7% no comércio informal (RUNRUNES, 2015).

O fornecimento de carne bovina oriunda do exterior e que tem objetivado completar a demanda doméstica desta rubrica vê-se comprometida com a baixa no preço internacional do barril de petróleo. Esta situação impacta negativamente na disponibilidade de divisas que suportam as importações de carne bovina e de bovinos em pé na Venezuela. A resultante deriva em uma diminuição do abastecimento da carne bovina alavancada pelo governo nacional, sobretudo a preço regulado, que se traduz em níveis cada vez maiores de escassez que vão ter, no consumidor, seu reflexo final.

4.6. Modelo econométrico

O modelo (MLRM) procura explicar a influência das variáveis propostas sobre a produção nacional⁶³ de carne bovina na Venezuela no período de 1998 a 2014. Assim, na sua forma matemática, o modelo proposto é:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 TD_i + \beta_2 CF_i + \beta_3 PIB_i + \beta_4 TC_i + \beta_5 TCP_i + \beta_6 TJ_i + \beta_7 I_i + \beta_8 PK2014_i + \beta_9 WTI_i + \varepsilon$$

Em que:

Y: Produção nacional anual de carne em mil toneladas de equivalente carcaça.

TD: Taxa de desfrute anual expressa em porcentagem.

CF: Consumo anual de carne de frango em toneladas.

PIB: Variação anual do PIB em porcentagem.

⁶³ Diferenciando da produção doméstica que inclui animais bovinos importados que se incorporam ao abate,

TC: Taxa oficial (preferencial) média anual do câmbio em Bolívars (Bs.) / Dólar americano (US\$).

TCP: Taxa média anual do câmbio paralelo em Bs./US\$.

TJ: Taxa média anual de juros agrícola nominal em porcentagem.

I: Variação anual do Índice de Preços ao Consumidor (Inflação) em porcentagem.

PK2014: Preço constante médio anual do kg do boi em Bs. de 2014.

CPV: Preço internacional do petróleo (média anual) em US\$/barril da CPV. Cesta Petroleira Venezuelana.

ε = Termo de perturbação ou erro.

Aplicando o MLRM no pacote estatístico Minitab® 17 o modelo mostra um coeficiente de determinação expresso pelo valor do R^2 de 0,8827 e de R^2 ajustado de 0,7320. Os coeficientes de regressão mostram-se individualmente não significativos em termos estatísticos com base no teste t e os resultados do indicador *variance inflation factor* (VIF) da maioria dos coeficientes são superiores a 5, evidenciando presença de multicolinearidade. A presença de multicolinearidade é devido a que uma ou mais variáveis são combinações exatas ou aproximadamente lineares das outras variáveis.

Neste sentido, as variáveis selecionadas tendem a estar relacionadas, de uma ou outra forma. Nos índices de economia agregados a inflação, a taxa de juros e o tipo de câmbio encontram-se intrinsecamente relacionados.

Em geral, a inflação encontra-se ligada ao crescimento da demanda agregada que provoca uma correspondente elevação dos preços (MENDES, 1989, p.76; STANLAKE, 1993, p.507). Conforme relatado por Holanda (2002, p.763), em um mercado de capitais, totalmente livre, a antecipação da inflação tende a refletir-se nas taxas de juros nominais, entendendo estes como o rendimento do capital ou o preço que deve ser pago pelos serviços do capital (STANLAKE, 1993, p.389). Desta forma, taxas de inflação acima da taxa geral de juros nominais geram juros reais negativos, assim como taxas de juros abaixo da taxa de inflação incentivam a demanda interna e pressionam o incremento da taxa de inflação.

Por sua vez, o tipo de câmbio de um país evidencia a relação de oferta e demanda de divisas, em que a oferta se origina basicamente das exportações e a demanda da necessidade de importar bens e serviços (NORTON, 2004, p. 90). Assim, como assinalado pelo autor, o tipo de câmbio responde às taxas de inflação interna. Isto é devido quando um incremento nos preços

nacionais, superior ao aumento dos preços nos sócios comerciais, torna as exportações do país menos competitivas e suas importações mais atrativas.

Retomando a análise do modelo, as variáveis TC, TCP e I evidenciam correlações altas: TC e TCP (0,781); TC e I (0,760); TCP e I (0,875). Neste sentido, TCP é uma expressão da taxa do dólar oficial, TC comporta-se com base na dinâmica da economia do país e a variação do IPC (I) mostra o incremento anual nos preços internos. Deste modo, o comportamento do IPC na Venezuela tem tendência a aumentar proporcionalmente ao que ocorre com a taxa de câmbio no paralelo. As determinantes do aumento, em ambos os indicadores, são multifatoriais, não obstante a relação entre eles ser dada pelo efeito que as distorções cambiais têm sobre a fixação dos preços internos.

Como visto anteriormente, o governo nacional, além da taxa de câmbio oficial que suporta parte dos setores da economia, mantém dois sistemas simultâneos (SICAD e SIMADI) que funcionam por leilões. A taxa de dólar oficial, fixada em Bs. 6,30/US\$ em fevereiro de 2013 e vigente em janeiro de 2016, é destinada às rubricas relacionadas a alimentos regulados, medicamentos e insumos para a agricultura. Na taxa SICAD, dirigida às indústrias e empresas que não tem acesso à taxa oficial, a cotação alcança Bs.13,50/US\$ (valor em setembro de 2015). Por último encontra-se a taxa SIMADI que é de livre acesso e que flutua conforme a oferta e à demanda. É destinada a empresas públicas e privadas, exportadores e pessoas físicas que não tem acesso aos mecanismos anteriores e cuja última cotação, de janeiro de 2016, apresentou o valor de Bs.199,98/US\$.

O funcionamento destes três sistemas, na prática, não tem sido de todo eficiente, gerando a prevalência de um dólar no mercado paralelo, uma vez que é com a taxa de dólar no paralelo que se abastecem setores da economia que não conseguem adquirir divisas através dos mecanismos do governo. Isto provoca um aumento nos preços internos resultando em aumento da inflação. Por sua vez, a taxa de câmbio paralela responde à lei da oferta e da demanda, que em existindo uma restrição da oferta leva a valores da demanda a disparar.

Em um relatório da *Datanalisis* menciona-se que o valor da taxa de dólar paralelo varia conforme a necessidade dos demandantes de dólares que buscam proteger seu patrimônio investindo em moeda estrangeira. Além disso, no mesmo relatório assinala-se o déficit fiscal da estatal petrolífera PDVSA, a prevalência do modelo econômico, a desconfiança frente ao sistema de controle cambial, o limitado acesso às divisas e a baixa dos preços internacionais do petróleo que atuam em conjunto para determinar o comportamento recente deste indicador, cuja

referência é o preço do dólar na fronteira com a Colômbia desde setembro de 2013 (SUMARIUM, 2015).

De uma forma geral, a variável CPV mostra altas correlações com outras variáveis explicativas do modelo como: TC (0,859) e CF (0,720). No caso da primeira, as receitas da Venezuela, por razões de exportações como já visto, dependem em 98% da venda do petróleo (com dados do BCV, 2015). O comportamento do preço internacional influencia, portanto, o orçamento nacional. Assim, a Venezuela representa uma economia petroleira, ou seja, é altamente dependente das receitas geradas pela venda desta *commodity*, mais do que das receitas no mercado doméstico.

De um lado, no caso da venda do petróleo, o governo opera com a taxa oficial do dólar a Bs. 6,30/US\$. Assim, é de se supor que em momentos de baixas do preço internacional do petróleo ocorram desvalorizações. De outro lado, o consumo de carne de frango (CF) é suprido em 32%⁶⁴ pelas importações realizadas a esta mesma taxa de dólar oficial, alavancada de igual maneira ao que é feito na importação de carne bovina equivalente, ou seja, pelas divisas provenientes da venda do petróleo.

As receitas nacionais da Venezuela têm dois componentes distintos. O primeiro que representa a receita nacional e que é resultado do esforço produtivo nacional, ou seja, da conjugação do capital e do trabalho. O segundo trata-se da renda petroleira, que é a remuneração internacional de um recurso natural nacional (BAPTISTA e MOMMER, 1988, p.15). No caso do segundo componente (a renda petroleira), a receita é distribuída por meio do gasto público. Esta distribuição é determinada por fatores políticos e sociais, principalmente, e sem se considerar, de forma prioritária, o fator econômico (BAPTISTA e MOMMER, 1998, p.16).

Como já visto, na última década e até finais do ano de 2014, a Venezuela viu-se favorecida com preços do petróleo historicamente altos, os quais permitiram expandir o gasto do governo em ambiciosos programas, principalmente de natureza social (Banco Mundial, 2015). A pobreza se reduziu de 43,9% em 1998 para 27,3% em 2013 e a desigualdade decresceu, refletido numa diminuição do Coeficiente de Gini de 0,49, em 1998, para 0,40 em 2012 (com dados do INE, 2015).

Não obstante, a queda do preço internacional do petróleo, no ano de 2014, tem afetado o desempenho econômico da Venezuela devido à sua alta dependência externa e fiscal que este país tem sobre o setor dos hidrocarbonetos (Banco Mundial, 2015). Como já foi mencionado,

⁶⁴ Dados USDA, 2015

ao contrário de outros países emergentes como Bolívia, Romênia, Cazaquistão e Peru; a Venezuela não realizou poupança interna para enfrentar uma contração do entorno internacional e, dessa forma, mitigar os desequilíbrios macroeconômicos derivados da crise internacional (Banco Mundial, 2015).

Direcionando a análise para o modelo, ante a evidencia de multicolinearidade, realizando a seleção dos melhores subconjuntos através do pacote estatístico Minitab® 17 o resultado foi o seguinte: dentre os preditores, a variável com maior coeficiente de determinação expressa pelo R^2 é a CPV, cujo valor de R^2 é de 0,7310 e de R^2 ajustado é de 0,7130. Nesta seleção o estatístico C_p Mallows foi de 3,1 que o valor mais próximo ao número de preditores selecionado. A medida que se aumenta o número selecionado de preditores, o R^2 e o R^2 ajustado incrementam-se. Deste modo, com dois preditores, o melhor subconjunto escolhe as variáveis CPV e I, com um valor de R^2 de 0,8190 e ajustado de 0,7930. O valor do estatístico C_p Mallows para esta seleção foi de -0,2.

Ao empregar o MLRM *stepwise*, ao nível de 5% de significância, o modelo aceita duas das variáveis explicativas: I e CPV. O coeficiente de determinação expresso pelo valor do R^2 foi de 0,8187, significando que o modelo é capaz de explicar 81,87% da variação na variável dependente. O coeficiente de determinação ajustado teve valor de 0,7927 o que indica que 79,27% das variações na quantidade produzida de carne bovina são explicadas pelas variações simultâneas das variáveis independentes estabelecidas. O modelo estimado seria:

$$Y = 507,5 - 252,6 I - 2,355 CPV$$

As variáveis no modelo mostram valores p menores a 5% de significância e os valores de VIF determinantes da multicolinearidade ficaram abaixo de 5; na faixa de variáveis moderadamente correlacionadas.

O suposto de autocorrelação do modelo, observado do coeficiente estatístico de Durbin-Watson sobre o conjunto de 17 dados, empregando o pacote estatístico Minitab® 17, foi o seguinte: 1,737. O valor crítico de 5% de significância da tabela de Savin-White (1977)⁶⁵, *apud* Greene (1993, p.741), considerando um $n=17$ e um $k=2$ encontra-se entre os limites $dL=1,015$ e $dU= 1,536$. Desde que 1,737 é superior do que dU , a hipótese nula (H_0) não é rejeitada, por tanto não existe autocorrelação no modelo.

⁶⁵ SAVIN,E; WHITE,K. The Durbin-Watson test for serial correlation with extreme sample sizes or many regressor. *Econometrica*, 45. 1989-1996 p. 1977.

O suposto de heterocedasticidade, realizando o Test de Breush-Pagan, mostra que elevando os resíduos do modelo standardizados e aplicando a análise de regressão múltipla com as variáveis independentes do modelo, o valor de p apresenta-se maior do que 0,05, com o qual não se rejeita a hipótese nula de homoscedasticidade. O teste de normalidade de Ryan-Joiner evidencia um p com valor maior de 0,05, com o qual valida-se a efetividade do teste de heterocedasticidade.

A função mostra que existe uma relação inversa entre a quantidade produzida de carne bovina e a taxa de inflação, do mesmo modo do que ocorre com o preço do petróleo. Assim, um aumento de 1% na variação do IPC leva uma redução na produção endógena de 252.600 toneladas de equivalente carcaça, mantendo-se o preço do barril de petróleo constante. Por sua vez, o incremento de US\$ 1 no preço internacional do barril de petróleo provoca uma diminuição na produção endógena de 2.355 toneladas de equivalente carcaça, mantendo-se a taxa de inflação constante.

Na Venezuela, as importações de carne bovina *in natura* e bovinos em pé tem uma alta correlação com o comportamento dos preços internacionais do petróleo. No período em análise, os anos que se correspondem com incrementos no preço internacional do petróleo, foram os anos de maior volume de importação de carne bovina equivalente (carne *in natura* e bovinos em pé). O indicador de correlação de *Pearson* mostra uma relação de 0,850 e 0,845 entre a importação de carne e a importação de bovinos em pé com o preço internacional do petróleo com referência no índice CPV. Como mostrado no Gráfico 33. Quando o preço do petróleo aumenta, as importações de igual maneira aumentaram, consequência do incremento na disponibilidade de divisas que alavancam as compras internacionais desta rubrica, consequência de uma política de abastecimento direcionada por variáveis externas, o que, por sua vez, pode-se resultar em estratégia de alto risco para a segurança alimentar de um país.

Neste resultado desempenham papéis preponderantes a taxa de câmbio e a variação da taxa de inflação. Conforme Norton (2004, p.91), quando o tipo de câmbio se desvaloriza menos que as diferenças entre as taxas de inflação interna e externa, faz com que o câmbio real resulte em valorização. Isto, como menciona o autor, ocorre por razões econômicas naturais, como quando se ingressa um fluxo de divisas grandes e contínuo, mais ou menos diferente da taxa de inflação interna. É o que acontece na Venezuela, cuja economia depende das divisas geradas pela venda do petróleo.

Nesta situação, ainda segundo o autor, a receita de divisas resultantes mantém o tipo de câmbio evitando que o mesmo se deprecie independentemente das taxas de inflação internas. No entanto, assinala o autor, a combinação de inflação interna com um tipo de câmbio real supervalorizado, normalmente, debilita a competitividade das atividades agrícolas e industriais mais sensíveis às variações dos preços. Na prática, evidenciam-se os sintomas da chamada “doença holandesa”, em que a grande entrada de divisas provenientes de um dado bem (a venda do petróleo, no caso venezuelano), tem limitado o desenvolvimento de outros setores.

Gráfico 33. Linha de ajuste entre o preço internacional do petróleo (em US\$), referência CPV, e o volume de carne bovina equivalente importada (em mil toneladas de equivalente carcaça) pela Venezuela no período de 1998 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015), INAC (2015), Gutiérrez (2015), *World Bank Commodity Price Data* (2016), MPPPM (2016), adaptados pela autora.

Neste aspecto, para o caso venezuelano, Gutiérrez (2009, p.135) menciona que a oferta adicional (mas limitada) de divisas com a demanda no mercado cambial, cria condições para que o tipo de câmbio se valorize. Isto, assinala o autor, tem consequências negativas sobre a competitividade da produção nacional não rentista de bens transacionáveis, entre eles as *commodities* agrícolas e produtos agroindustriais, devido ao fato de que as importações ficam

mais baratas, ao mesmo tempo em que se encarece a produção nacional e se reduz as possibilidades de venda desses produtos nos mercados de exportação.

Segundo Bejarano (1998, p. 151), muitos autores coincidem em afirmar que a taxa de câmbio é o instrumento que maior efeito negativo pode ter sobre o desempenho do agronegócio. Isto porque, como menciona o autor, a taxa de câmbio combinada com a política comercial modifica os preços relativos dos diferentes tipos de bens. Assim, a taxa de câmbio é um determinante principal dos preços reais ao produtor, pelo qual tem efeitos importantes sobre o poder aquisitivo real do setor. Norton (2004, p.92) observa que quando a política cambial mantém o valor da moeda artificialmente supervalorizado, evitando-se que se o mesmo se desvalorize até a paridade de seu poder de compra, o agronegócio torna-se menos competitivo nos mercados de exportação e frente aos produtos importados.

Assim, no caso venezuelano, especificamente no tocante ao agronegócio da carne bovina, o direcionamento de divisas preferenciais para a importação de carne e bovinos em pé, combinada com a política comercial de exoneração de tarifas alfandegárias e impostos para os produtos importados emitem um sinal claramente negativo e anticompetitivo para o desenvolvimento do setor. O subsídio implícito nas importações, leva à inviabilidade negocial da produção nacional, criando uma situação de paralização do setor.

Este tipo de distorção foi muito comum na década dos anos oitenta e noventa nos países em vias de desenvolvimento e constituiu-se como a principal fonte de induções sinalizadas pela política econômica contra a atividade interna do agronegócio. O Banco Mundial encontrou que, combinada com outras fontes de intervenção, como o que ocorre com as tarifas alfandegárias, a citada distorção de natureza cambial significou um imposto líquido de 7% sobre a agricultura (que compete diretamente com as importações), e de 35 a 40% sobre a agricultura de exportação em uma amostra de 18 países de baixa renda. Além disso, o estudo demonstrou que os países cujas políticas macroeconômicas discriminavam a agricultura foram os que experimentaram o menor crescimento global (NORTON, 2004, p.92).

Em outra frente, o tabelamento de preços disparou a demanda interna de carne bovina que não conseguiu ser suprida pela produção nacional (Gráfico 34). Com a apreciação do tipo de câmbio e o subsídio implícito na taxa de câmbio oficial, as importações tornaram-se mais baratas. No entanto, não se evidenciou um incremento substancial no consumo, se for considerada a média *percapita* entre 1997 e 2014, que atingiu os 17,55 kg/habitante. De um modo geral, os preços de mercado do quilograma do boi gordo, pelo menos até fevereiro de

2010, foram inferiores aos preços regulados, consequência das importações de bovinos em pé que alteraram o comportamento normal do preço no mercado, tornando-o artificialmente mais barato. No caso da carne bovina, os preços regulados mostram-se inferiores aos preços de equilíbrio dados pelo mercado, sendo que os ajustes não têm sido repassados à cadeia na mesma proporção do que o ritmo de crescimento da inflação.

Gráfico 34. Produção de carne bovina (em kg/habitante) vs. D.A.B.T de carne bovina (em kg/habitante) na Venezuela no período de 1997 a 2014.

Fonte: Dados do USDA (2015), IPCVA (2015), MDIC (2015), DIAN (2015), USDA (2015), BCN (2015) e INAC (2015), adaptados pela autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças institucionais e as políticas macroeconômicas introduzidas na Venezuela desde o ano de 1999 e com maior impacto a partir do ano de 2003, têm sido marcadas por forte viés intervencionista por parte do governo. As mesmas incluíram medidas e controles, acompanhados de uma crescente participação no mercado de bens e serviços que influenciaram dramaticamente, entre outros setores, o agronegócio venezuelano. Neste contexto, as intervenções mais relevantes têm sido a Lei de Terras que propiciou um ambiente de insegurança jurídica; os controles de preços, as preferências alfandegarias e a política cambial que criaram distorções no mercado; e, a crescente influência nas redes de distribuição de alimentos, com forte dependência no comércio exterior.

Neste sentido, um excelente exemplo dos dramáticos efeitos que este conjunto de intervenções tem gerado localiza-se na cadeia da carne bovina. Esta tem sido afetada, ao longo das últimas décadas, colocando-a, crescentemente, em situação de vulnerabilidade.

De um lado, a induzida e desigual competição externa, tem implicado um aumento, sem precedentes, das importações de carne bovina *in natura* e de bovinos em pé, incrementadas a partir do ano de 2004. Os reflexos diretos podem ser sentidos na produção doméstica deste produto, tornando-o negocialmente instável e pouco estimulado. Estas importações têm sido favorecidas pelos acordos comerciais assinados com os países do MERCOSUL, majoritariamente, e pelas exonerações de impostos e tarifas para as importações, além dos subsídios implícitos na taxa de câmbio oficial aplicadas para este setor.

De outro lado, a política fundiária tem permitido a expropriação de unidades de produção e tem implicado em forte desestímulo para os atores internos ligados à pecuária de corte do país. Embora não existam estatísticas oficiais que permitam inferir sobre o número real das unidades expropriadas, o impacto sobre este setor é evidente. As medidas de expropriação executadas pelo Estado no setor agropecuário, desde o decreto da Lei de Terras, promulgado pela primeira vez no ano 2001 e reformada em 2005 e 2010, têm criado um clima de incerteza para novos investimentos e incrementado a insegurança jurídica no setor, diminuindo, conseqüentemente, seu desenvolvimento.

Além disso, os controles de preços que são operados em toda a cadeia têm influenciado, negativamente, no desempenho negocial recente da mesma. Mesmo que estas medidas tenham sido pensadas como uma forma de controle da inflação e com vistas a favorecer diretamente os

consumidores, os resultados, evidenciados após treze anos de implementação, particularmente na cadeia de carne bovina, não são favoráveis.

Este tipo de intervenção, como é recomendado pela maioria das correntes de pensamento econômico, deve ser utilizada como uma ferramenta alternativa e sempre no curto prazo. Caso contrário, o governo pode alterar as condições ideais para a satisfação efetiva da demanda nos subsequentes ciclos produtivos, sobretudo aqueles com natureza mais longa como é o caso da carne bovina, de uma dada cadeia de negócios. O governo tem optado em transformar a alternativa em regra, recorrendo, crescente e ininterruptamente pelas práticas da importação e do racionamento como principais pilares da política de abastecimento.

No caso das importações, o governo viu-se favorecido, circunstancialmente, pelos incrementos no preço do petróleo entre os anos de 2003 e 2014, o que permitiu no maior fluxo de divisas que alavancaram o referido pacote de políticas fundamentado no abastecimento via mercado externo. É necessário constatar, no entanto, que o panorama no mercado internacional do petróleo mudou e se mantém imprevisível nos médios e longo prazos, cujos preços em baixa, desde outubro de 2014, resultam pouco eficientes para continuar financiando esta estratégia.

Por parte do excesso de procura que se tem originado na política de tabelamento de preços, embora o governo tenha procurado atuar como regulador, a resultante também é discutível, pois se apoia na solução do problema aplicando, principalmente, medidas de racionamento. Isto tem provocado reações de inconformidade no consumidor, que precisa ficar em longas filas para poder adquirir a carne a preço regulado, além, e talvez principalmente, da restrição de consumo e de sua frequência.

No caso dos varejistas, uma vez que estão sujeitos às regulações de preços, muitas vezes são obrigados a optar pelo não oferecimento do produto regulado, dada as distorções que este provoca nos mercados.

Ao final, e como resultante mais preocupante para o futuro funcionamento desta cadeia, encontram-se os produtores que são obrigados a reduzir seus efetivos e investimentos, pois se encontram desfavorecidos com estas medidas estruturais e de preços que, de modo geral, estão abaixo dos custos de produção.

Tudo isto tem resultado em um cenário de desmonte da produção interna da carne bovina, que pode ser visualizado em episódios crescentes de escassez deste produto no mercado interno.

Independente da análise, *ex-post*, sobre a condição atual ou tendencial dos preços no mercado petrolífero virem a dar continuidade à sustentação da estratégia macro adotada pelo

governo, no tocante ao abastecimento de bens de consumo essencial para a população, seria interessante buscar um aprofundamento na discussão se seria possível abastecer um país, sobretudo do porte da Venezuela, calcado na recomendação de medidas que se apoiam na dependência de importações.

Ao mesmo tempo, nas condições atuais, é possível esperar que a cadeia do agronegócio da carne bovina venha a se reestruturar sem a presença do estado?

Quais as medidas de curto, médio e longo prazos que precisariam ser analisadas para o estabelecimento de uma retomada da produção interna da produção de alimentos, incluída a carne bovina?

Primeiramente, cabe-se destacar a complexidade para a solução destas questões. São muitas variáveis que devem ser consideradas e esta discussão precisaria ser ampliada junto a todos os atores que representam os setores organizados da economia da Venezuela. Amparado no artigo 305 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, o Estado deve garantir a segurança alimentar da população. Neste sentido, é preciso que se entenda o conceito de segurança alimentar em todos os seus aspectos, tais como: qualidade e segurança sanitária dos alimentos; distribuição eficiente dos produtos, permitindo acesso com preços relativos que permitam a ampla decisão de consumo pela população; e, uma política interna de mitigação de riscos em relação à regulação do abastecimento, sobretudo se necessário acionar, mesmo que esporadicamente, a aquisição dos mesmos no mercado externo.

Apenas como tentativa de contribuir para o início desta tarefa, de importância nacional, seria interessante considerar a redefinição das principais políticas, comercial e de abastecimento, que envolvem a cadeia da carne bovina no país, uma vez que existem suficientes sinais de uma situação de demanda represada e com grande potencial de crescimento. Partindo-se do pressuposto que os volumes transacionados são altos e a logística de abastecimento (isto vale para todos os produtos do agronegócio nacional), sobretudo quando envolvem a cadeia do frio, são de difícil solução sem uma infraestrutura eficiente e de custos reduzidos para o atendimento de uma demanda crescente, seria importante consolidar a estratégia que possibilitasse o abastecimento a partir da produção local. Complementarmente, buscar-se-á sugerir o que se segue:

- a) Rever políticas de apoio à produção interna. Estas devem vir ao encontro do princípio de soberania agroalimentar, recomendadas pela própria FAO, dando, portanto, e em este caso específico, prioridade à produção nacional de carne bovina frente ao abastecimento

via importação desta rubrica, do mesmo modo que acontece com outros produtos do agronegócio nacional. Neste pacote de políticas precisam ser consideradas: o aspecto de natureza creditícia, com crescente acesso ao crédito (custeio e investimento), além do acesso facilitado a insumos produtivos e à assistência técnica; e, o aspecto de natureza tecnológica, apoiando-se o crescimento e consolidação de rede de pesquisa e extensão voltadas para o aumento da produtividade e da sustentabilidade da cadeia integrada (desde a produção de insumos até a distribuição);

- b)** Rever mecanismos de política cambial, que afetam diretamente aspectos de natureza da aquisição externa deste produto, criando-se condições mais equilibradas de competição para o setor, além de racionalizar as importações de carne bovina equivalente (carne e bovinos em pé). Esta última estratégia deve ser utilizada de forma oportuna e acompanhada de avaliações sanitárias que garantam o *status* sanitário do rebanho nacional;
- c)** Rever os mecanismos de controles de preços, vigentes durante treze anos em toda a cadeia, permitindo-se que o mecanismo natural do mercado, baseado nas curvas da oferta e demanda, possa atuar eficientemente na resultante final do abastecimento. Neste particular, é importante frisar que não se trata de um pedido de exclusão do Estado como ente essencial em seu papel regulador e fiscalizador, mas principalmente de se reforçar medidas que venham a sinalizar para incentivos à produção nacional;
- d)** Integrar de forma ativa, os investimentos já realizados, além da força de trabalho e *expertise* apropriados na cadeia da carne bovina, incluindo canais diretos para ouvir e analisar as recomendações das organizações privadas nas decisões que visem o desenvolvimento e competitividade do setor. Esta maior integração, que poderia funcionar como uma Câmara Setorial ampliada, teria como objetivo aumentar a contribuição dos atores formais envolvidos na conformação da agenda produtiva nacional, dirigida pelos organismos de Estado, além de permitir a prática de parcerias com natureza sinérgica, a fim de se potencializar os resultados e benefícios para toda a população;
- e)** Rever a atual Lei de Terras, a fim de garantir a seguridade jurídica dentro do setor, com sinais claros que permitam a retomada da confiança empresarial e o desenvolvimento oportuno da pecuária de corte do país como uma das atividades motoras dentro do agronegócio venezuelano.

6. REFERÊNCIAS

- AGENOR, P. Competitiveness and external trade performance of the french manufacturing industry. *Weltwirtschaftliches Archiv*. Vol.133 (1). 1997.
- ALADI. Acuerdo de Alcance Parcial- Comercial N° 28. Colombia-Venezuela. 28 de novembro de 2011.
- ALADI. Acuerdo de Alcance Parcial de Complementación Económica N° 59. 18 de outubro de 2004.
- ALADI. Acuerdo de Alcance Parcial- Comercial N° 63. Uruguay -Venezuela. 17 de agosto de 2008.
- ALADI. Acuerdo de Alcance Parcial- Comercial N° 64. Paraguay -Venezuela. 16 de agosto de 2008.
- ALADI. Acuerdo de Alcance Parcial- Comercial N° 68. Argentina -Venezuela. 26 de dezembro de 2012.
- ALADI. Acuerdo de Alcance Parcial- Comercial N° 69. Brasil -Venezuela. 26 de dezembro de 2012.
- ALAVI, H; SHANIN, T. La cuestión agraria: El discurso marxista de Kautsky. *Agricultura y Sociedad*. N° 47. Abr-Jun. 43-54.1988.
- ANIDO, D. Políticas económicas y sectoriales agrícolas: efectos sobre la situación de la seguridad alimentaria en Venezuela, 1970-2000. *Ágora*. Trujillo. N° 10. Jul-Dez. 15-58 p. 2002.
- ANIDO, D. Food changes and food security: Main effects of economic and trade policies on Venezuelan consumers, 1990-2002. In: Sustainable Development and Globalization of Agri-Food Markets. AIEA2 International Conference and Workshop of the Canadian Agricultural Economic Society. pp. 856-887. 2004.
- ARAÚJO, M. *Fundamentos de agronegócios*. São Paulo: Atlas S.A. 2005. 160 p.
- ARCE, R; MAHÍA, R. Conceptos básicos sobre la heterocedasticidad en el modelo básico de regresión lineal. Tratamiento con e-views. *Universidad Autónoma de Madrid*. 2008.
- ARENAS, N. Las organizaciones empresariales venezolanas bajo el gobierno de Hugo Chávez (1999-2007) ¿De la sociedad civil nacional a la internacional?. *Cuadernos del Cendes*. Caracas. N° 71. p.1-26. Mai-Ago. 2009.
- ARRANZ, J; ZAMORA, M. *Análisis de autocorrelación*. [online]. 2015. documento electrónico na Internet. Disponível em: <http://ciberconta.unizar.es/Leccion/autocorrelacion/analisis%20de%20autocorrelacion.PDF>. [Acesso: junho 2015].
- BACHA, C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas. 2004. 226 p. In: *Gestão do agronegócio: textos selecionados*. São Carlos: EdUFSCar.
- BALDERRAMA, R. Los primeros doce años del Ministerio de Agricultura y Cría. In: *Tiempos de cambio. La ciencia en Venezuela 1936-1948*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana. pp.119-152. 1992.
- BAPTISTA, A. *Un esbozo de la historia del pensamiento económico venezolano (Las grandes líneas)*. Caracas: Academia Nacional de Ciencias Económicas. Série Cuadernos: 3. 1985. 60 p.
- BAPTISTA, A; MOMMER, B. *Renta petrolera y distribución factorial del ingreso*. Caracas: CENDES/ILDIS. 1988. 28 p.
- BANCO MUNDIAL. *Venezuela. Panorama general*. [online]. Banco Mundial. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/country/venezuela/overview>. [Acesso: outubro 2014].
- BANCO MUNDIAL. [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/> [Acesso: nov 2015].

- BCN. Estadísticas y Estudios. Sector Externo. Comércio Exterior. Banco Central de Nicaragua. [online]. base de dados na Internet. 2015. Disponível em: http://www.bcn.gob.ni/estadisticas/sector_externo/comercio_exterior/index.php. [Acesso: julho 2015].
- BDA. Base de dados Agroalimentaria de Venezuela. [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.innovaven.org/bda.html> [Acesso: maio 2015].
- BERTO, A. Barreiras ao comercio internacional. In: Congresso Virtual Brasileiro Administrativo (Convibra) 04. 14p. 2004.
- BEJARANO, J. *Economía de la agricultura*. Bogotá: Tercer Mundo S.A. 1998.
- BEJARANO, J. Elementos para un enfoque de la competitividad en el sector agropecuario. Bogotá: Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA). 1999. 72 p. Serie Competitividad Nº 3.
- BERDUGO, E. Competitividad: recorrido histórico, conceptos y enfoques recientes. *Gestión & Desarrollo*. 7 (2). pp. 157-182. Jul-Dez. 2014. ISSN 2027-1433.
- BLANDINO, L. *La industria de la carne bovina en Centroamérica: Situación y perspectivas*. San José: Servicios Internacionales para el Desarrollo Empresarial S.A (SIDESA). 2005. p.72.
- BREWER-CARÍAS, A. Los sucesos de abril de 2002 y las consecuencias de la renuncia del Presidente Hugo Chávez Frías a la Presidencia de la República. In: *Historia constitucional de Venezuela*. Caracas: Editorial Alfa. Tomo II. pp 329-370. 2008.
- BUAINAIN, A; FILHO, H. A política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. In: *Gestão Agroindustrial*. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas. Cap. 6. pp 302-362. 2009.
- CARRER, C. “*Caracterização e diferenciação regional da pecuária de corte no Brasil do fim do século: Gênese, modernização e a reestruturação produtiva e mercadológica*”. Teses de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. 2000. 268 p.
- CARTAGENA, E. *Intervenciones en el mercado*. Valparaíso: Escuela de Ingeniería Comercial, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. 2010. 18 p. Serie de Documentos Docentes.
- CARTAY, R. Las crisis económicas y sus repercusiones en la economía venezolana. *Revista Economía*. Mérida. Nº 11. 37-45 p. 1996.
- CASA. Corporación Venezolana de Abastecimiento. [online]. 2015. Disponível em: <http://www.casa.gob.ve> [Acesso: maio 2015].
- CASANOVA, E. Efecto de rocas fosfóricas naturales y modificadas sobre la cantidad y calidad de pastos introducidos en Venezuela. *Agronomía Tropical*. Vol 4. Nº 57. p. 271-280. 2007.
- CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Comisión Económica para América y el Caribe: Santiago de Chile. 2004. 169p.
- CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Comisión Económica para América y el Caribe: Santiago de Chile. 2014. 87p.
- CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Comisión Económica para América y el Caribe: Santiago de Chile. 2015. 98 p.
- CERVI, E. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. [online] documento eletrônico na Internet. 2008. Disponível em: http://www.blogempublico.com/wp-content/uploads/2011/04/2008_PesquisaSocialMetQuant_CapEmerson.pdf. [Acesso: 01 outubro 2014].

COLLINS, S. Taxas de câmbio múltiplas, controles de capitais e política cambial. In: *Economia aberta. Instrumentos de política económica nos países em via de desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Cap. 7. pp.137-174. 1991.

COVENCAR. Consejo Venezolana de la Carne. [online]. 2015. Disponível em: <http://www.convecarne.com> [Acesso: julho 2015].

Correo del Orinoco. Precio regulado de la carne es una ficción en el mercado. 2014. In: *Jornal El Correo del Orinoco*. Caracas. edição. 02/06/2014.

CUEVAS, R. Ingeniería de alimentos, calidad y competitividad en sistemas de la pequeña industria alimentaria con énfasis en América Latina y el Caribe. Roma: *Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación*. 2008. Boletín de Servicios Agrícolas.

DELAHAYE, O. Políticas de tierras en el Sistema Alimentario Venezolano (SAV): balance y reflexión. In: Gutiérrez, A. *El Sistema Alimentario Venezolano a comienzos del siglo XXI. Evolución, balance y desafíos*. Mérida: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales – Consejo de Publicaciones de la ULA. Serie Mayor. Vol. 1. 2013.

DIAN. Sistema Estadístico de Comercio Exterior (SIEX). Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://websiex.dian.gov.co/>. [Acesso: julho 2015].

DOLAR PARALELO TODAY. Precio histórico dólar paralelo Veenzuela. [online] documento eletrônico na Internet. 2015. Disponível em: <http://dolarparaleotoday.blogspot.com> [Acesso: dezembro 2015].

EL NACIONAL. Detectan sobreprecio de 60% em ganado importado. 2014. In: *Jornal El Nacional* Caracas. edição. 17/07/2014.

EL NACIONAL. Carne regulada solo se puede comprar “en combo” en mercados municipales. 2015. In: *Jornal El Nacional* Caracas. edição. 20/08/2015.

EL UNIVERSAL. Carne regulada alcanza los Bs. F 22. 2008. In: *Jornal El Universal*. Caracas. edição. 31/10/2008.

EL UNIVERSAL. Carnicerías independientes venden la carne en Bs. F 30. 2009. In: *Jornal El Universal*. Caracas. edição. 10/01/2009.

EL UNIVERSAL. Venezuela rompe relaciones con Colombia. 2012a. In: *Jornal El Universal*. Caracas. edição. 22/07/2012.

EL UNIVERSAL. Consumidores pagan hasta Bs 100 por un kilo de carne. 2012b. In: *Jornal El Universal*. Caracas. edição. 03/12/2012.

EL UNIVERSAL. Consumidores no encuentran alimentos a precio controlado. 2013. In: *Jornal El Universal*. Caracas. edição. 31/05/2013.

EL UNIVERSAL. Precio de alimentos aumentaron en 109,5% en un año. 2015. In: *Jornal Correo del Orinoco*. Caracas. edição. 14/04/2015.

ESPINOZA, F; GIL, J; CHACÓN, E. Situación de las pasturas en Venezuela y su relación con la carga animal. *Revista Alcance*. Edición Especial. Dez. 2012.

ESSER, K; HILLEBRAND, W; MESSNER, D; MEYER-STAMER, J. Competitividad sistémica: Nuevo desafío a las empresas y a la política. *Revista de la CEPAL*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago de Chile. Vol 59. p 39-52. 1996.

FAO. Las negociaciones comerciales multilaterales sobre la agricultura. Manual de Referencia II. Acuerdo sobre la agricultura. *Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación*. 2000.

- FAOSTAT. División de estadística da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://faostat.fao.org/>. [Acesso: maio 2015].
- FEDEAGRO. Estadísticas Agropecuarias. Confederación de Asociaciones de Productores Agropecuarios. [online]. 2014. Disponível em: <http://www.fedeagro.org>. [Acesso: maio 2015].
- FEDEGAN. Precio novillo gordo en pie – Países (US\$/kg). [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.fedegan.org.co/estadisticas/precios> [Acesso: dezembro 2015].
- FEDENAGA. Pronunciamento oficial de FEDENAGA en su XLIX Asamblea anual ordinaria. Caracas: FEDENAGA. 2012. 9 p.
- FERNÁNDEZ, D. Indicadores de comercio exterior y dinamismo comercial. Aplicación para Uruguay en el período 1997 al 2012. Montevideo: Facultad de Ciencias Económicas. 2013.
- FISHER, S. Desvalorização e inflação. In: *Economia aberta. Instrumentos de política econômica nos países em via de desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Cap. 6. p.115-135. 1991.
- GACETA GANADERA. Boletín Mensual de Intercambio de Información Agropecuaria de Venezuela. 2011.
- GIBSS, M. Política comercial. Nueva York: ONU DAES. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. *Guías de Orientación de Políticas Públicas*. 96 p. 2007.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas. 2008. 200 p.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas. 2010. 184 p.
- GLOBAL MEAT. Beef alliance presses for trade liberalization. 2015. documento electrónico na Internet. Disponível em: <http://www.globalmeatnews.com/Industry-Markets/Beef-Alliance-presses-for-trade-liberalisation> [Acesso: maio 2015].
- GÓMEZ, I. Política y ajuste social económico en Venezuela. *Fermentum*. Mérida. N° 31. Mai-Ago. 2001.
- GÓMEZ PERNIA, O. *Nuestra carne, origen, cualidades y culinaria de la carne bovina venezolana*. Caracas: Ediciones Grupo Tei C.A, Soluciones Gráficas C.A. 2010.
- GRACIA, M. Los determinantes de la competitividad nacional. Análisis y reflexiones a partir de un marco teórico conceptual. *Temas de Ciencia y Tecnología*. Vol 12. N° 36. p. 12-24. Sep-Dez. 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, j. Complexos agroindustriais e outros complexos. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Vol 21. N° 3. Set-Dez. 1991.
- GREENE, W. *Econometric analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. 1993. 791 p.
- GUJARATI, D; PORTER, D. *Econometría*. Distrito Federal: McGraw Hill. 5ta edição. 2010. 946 p.
- GUTIÉRREZ, A. La agricultura venezolana durante el período de ajustes. Caracas: *Fundación Polar*. 40 p. 1995.
- GUTIÉRREZ, A; ABLAN, E; ABREU, E. Políticas de ajuste y seguridad alimentaria en Venezuela 1983-1993. Caracas. *Agroalimentaria*. N° 1. Sep. 1995.
- GUTIÉRREZ, A. Venezuela: Crisis, reformas económicas y reestructuración del sector agrícola. *Agroalimentaria*. Caracas. N° 4. 1997.
- GUTIÉRREZ, A. El enfoque de cadenas agroproductivas. ¿Cómo se Viene Aplicando en la Enseñanza Universitaria? In: *VIII Foro Regional Andino para el Diálogo y la Integración de la Educación Agropecuaria y Rural – FRADIEAR*. Lima. 2007.
- GUTIÉRREZ, A. El capitalismo rentístico y el sistema alimentario venezolano (SAV). *Agroalimentaria*. Caracas. Vol 16. N° 30. Ene-Jun. 2010.

- GUTIÉRREZ, A. El sistema alimentario venezolano (SAV): Evolución reciente, balance y perspectivas. *Agroalimentaria*. Caracas. Vol 21. Nº 40. Ene-Jun. 2015.
- GUTIÉRREZ, A; ORDÓÑEZ, J. 2011. *Evolución reciente y situación actual del sistema alimentario venezolano (SAV)*. Mérida: Universidad de los Andes. 236 p.
- HERNÁNDEZ, J. Economía y agricultura a partir de 1958. [online] documento eletrônico na Internet. 2004. Disponível em: <http://www.innovaven.org/quepasa/agropol58.pdf> [Acesso: setembro 2015].
- HOLANDA, N. *Introdução à economia. Da teoria à prática e da visão micro à macroperspectiva*. 8va ed. Petrópolis: Vozes. 2002. 847 p.
- HUERTA-LEIDENZ, N. La experiencia venezolana en la implantación de sistemas de clasificación de ganado y canales bovinas. In: *XI Congreso Venezolano de Producción e Industria Animal*. Valera. Oct. 2002.
- IGLESIAS, W; CARDOSO, E; STREICH, R. Estratégias de desenvolvimento em questão. O debate sobre o papel do Estado no Brasil, México e República Bolivariana de Venezuela. *Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL*. Santiago de Chile. 2014.
- IICA. Estudio de la cadena agroalimentaria de carne de res en la República Dominicana. Santo Domingo: *Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA)*. 2005. 73 p.
- INAC. Propuesta de nuevos coeficientes peso canal para las exportaciones de carne vacuna. 2006. documento electrónico na Internet. Disponível em: http://www.inac.gub.uy/innovaportal/file/3019/1/informe_cpc_v3.pdf [Acesso: novembro 2015].
- INAC. Tabla dinámica de exportaciones por mercado, destino y producto. Instituto Nacional de Carnes (INAC). [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.inac.gub.uy/> [Acesso: julho 2015].
- INAC. Evolución mensual precio de Hacienda gorda. Serie. [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.inac.gub.uy/> [Acesso: dezembro 2015].
- INE. Instituto Nacional de Estadísticas. [online]. base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/> [Acesso: jun 2015].
- IPCVA. Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina. [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.ipcva.com.ar/>. [Acesso: dezembro 2015].
- JANK, M; NASSAR, A. Competitividade e globalização. In: Zylberstajn, D; Neves, M. *Gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira., Cap. 7. pp. 137-163. 2000.
- JEREZ-TIMAURE, N; ARENAS, L; GIUFFRIDA, M. *Que buena es la carne bovina venezolana*. Caracas: Fundación Bengoa para la Alimentación y Nutrición. 2010. 37 p.
- JUÁREZ, H, GARCÍA, V. *Indicadores de competitividad en un contexto de apertura e integración*. Córdoba: Instituto de Economía y Finanzas. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de Córdoba. 2000.
- LÓPEZ, E. Tratamiento de la colinealidad en regresión múltiple. *Psicothema*. Málaga. Vol 10. Nº 2. P. 491-507. 1998.
- LUCAS, G. Industrialización contemporánea en Venezuela. Política industrial del estado venezolano. 1936-2000. *Tesis de Doctorado*. Caracas. Universidad Católica Andrés Bello. 2005.
- LUDWIG, A.C. *Fundamentos e prática de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes. 2009. 124 p.
- MAIA, J. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas. 10.ed. 2006. 443 p.
- MANKIW, G. *Principios de economía*. Madrid: McGraw-Hill/ Interamericana de España, S.A.U. 2002. 523 p.

- MARQUÉS, F. *Modelos para la economía y la empresa a través de Excel*. Madrid: Rc Libros. 2009. 229 p.
- MARTIN, F; LARIVIÈRE, S; GUTIÉRREZ, A; REYES, A. Pautas para el análisis de circuitos agroalimentarios. Caracas: *Fundación Polar*. 227 p. 1999. Serie estudios de circuitos.
- MARTÍNEZ, L. El espacio rural venezolano. *Agrária*. São Paulo. Nº 4. p. 69-97. 2006.
- MAT. VII Censo agrícola nacional. Ministerio del Poder Popular para la Agricultura y Tierras [online] base de datos na Internet. 2008. Disponível em: <http://200.47.151.243/redatam/> [Acesso: março 2015].
- MDIC. AliceWeb. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br/> [Acesso: julho 2015].
- MELCHER, D. La industrialización de Venezuela. *Revista Economía*. Mérida. Nº 10. p. 57-90. 1992.
- MELITZKO, S; DOMÍNGUEZ, A; ANCHORENA, J. Historia de un fracaso: política de carne bovina, 2005-2013. 2013. documento electrónico na Internet. Disponível em: [http://www.fce.austral.edu.ar/aplic/webSIA/webSIA2004.nsf/6905fd7e3ce10eca03256e0b0056c5b9/6884859bae2dd1c603257d740074a1cc/\\$FILE/CarnevacunaArgentinafracaso.pdf](http://www.fce.austral.edu.ar/aplic/webSIA/webSIA2004.nsf/6905fd7e3ce10eca03256e0b0056c5b9/6884859bae2dd1c603257d740074a1cc/$FILE/CarnevacunaArgentinafracaso.pdf) [Acesso: junho 2015].
- MENDES, J. *Economia Agrícola. Princípios básicos e aplicações*. Curitiba: Scientia et Labor. 1989. 399 p.
- MENDES, J. *Economia: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Prentice Hall. 2004. 309 p.
- MESQUITA, B. *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. São Luis: Edufma. 2011. 110 p.
- MESSNER, D; MEYER-STAMER, J. Competitividad sistémica. Pautas de gobierno y de desarrollo. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires. Nº 133. p. 72-87. Sep-Oct. 1994.
- MIGUEL, J; MELÉNDEZ, S; ASENJO, B; CALVO, J; DE LA FUENTE, J; CIRIA, J. Relación entre los sistemas de clasificación de canales bovinas de Venezuela y de la Unión Europea para machos Brahman castrados criados en condiciones tropicales. Efecto de la época de nacimiento. *Información Técnica Agraria- IITEA*. Vol 106. Nº 4. p. 245-255. 2010.
- MPPPM. Precios del petróleo. Evolución de precios 2014-2015. Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería [online]. 2015. documento electrónico na Internet. Disponível em: <http://www.mpetromin.gob.ve/portalmenpet/secciones.php?option=view&idS=45> [Acesso: fevereiro 2016].
- Minitab® 17. Statistical Software. Versão de prova. Disponível em: <http://www.minitab.com/pt-br/products/minitab/>.
- MIRABAL, M. Programación y política monetaria en Venezuela 1989-1998. In: *IV Jornadas de Economía Monetaria e Internacional*. Buenos Aires. 1999.
- MONTILLA, J.J. La inseguridad alimentaria en Venezuela. *Anales Venezolanos de Nutrición*. Caracas. V 17. Nº 1. Jan. 2004.
- MORALES, A. Los principales enfoques teóricos y metodológicos formulados para analizar el "sistema agroalimentario". *Agroalimentaria*. Caracas. Nº 10. Jun. 2000.
- MORALES, A. La política de control de precios de bienes agroalimentarios desde la perspectiva neoinstitucional. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*. Caracas. Vol. XVIII. Nº 2. 103-128. Jul-Dec. 2012.

- MORALES, A; COMPÉS, R; CASTILLO, R. 2013. Los precios de los productos agroalimentarios en Venezuela. Modelos de formación y reformas institucionales durante el período 1990-2010. *Agroalimentaria*. Caracas. Vol. 10. N° 36. Jan-Jun. 2013.
- MULLER, G. El caleidoscopio de la competitividad. *Espacios*. Caracas. Vol 15. N° 2. 1994.
- NORTON, R. *Política de desarrollo agrícola. Conceptos y principios*. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). 2004. 604 p.
- OECD/FAO. OECD-FAO Perspectivas Agrícolas. *Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OECD) y la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO)*. 2005.
- OECD/FAO. OECD-FAO Perspectivas Agrícolas. *Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OECD) y la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO)*. 2014.
- OIE. Mapa del status oficial de fiebre aftosa. [online]. 2015. documento electrónico na Internet. Disponible em: <http://www.oie.int/es/sanidad-animal-en-el-mundo/estatus-sanitario-oficial/fiebre-aftosa/es-fmd-carte/> [Acesso: dezembro 2015].
- ORDÓÑEZ, J. A. La Cadena de la carne bovina. In: C. Machado Allison (Ed.) *Agronegocios en Venezuela*. Caracas: *Ediciones I.E.S.A, Instituto de Estudios Superiores de Administración*. Capítulo 21. 2002.
- ORDÓÑEZ, J. A. Evolución de las cadenas agroproductivas pecuarias. *F Conde C.A*. Maracay. 2011. 22 p.
- OROZCO, J; CHACÓN, E. Nueva visión para la ceba de vacunos en condiciones de pastoreo. [online]. 2006. documento electrónico na Internet. Disponible em: http://www.avpa.ula.ve/eventos/ii_simposio_pastca2006/11.pdf. [Acesso: setembro 2015].
- PINDYCK, R; RUBINFELD. *Microeconomia*. Tradução Eleutério Prado, Telma Guimarães e Luciana do Amara Teixeira. 7 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2010. 647 p.
- PRIMO, A. El ganado bovino ibérico en las Américas: 500 años después. *Archivos de Zootecnia*. Pelotas. N° 41. 421-432 p. 1992.
- PROVEA. Situación de los Derechos Humanos en Venezuela. *PROVEA*. Caracas. Jan-Dez. 2014.
- PURICELLI, E. Las carnes en el mundo. [online]. 2011. documento electrónico na Internet. Disponible em: http://www.produccion-animal.com.ar/informacion_tecnica/origenes_evolucion_y_estadisticas_de_la_ganaderia/126-LAS_CARNES.pdf . [Acesso: junho 2015].
- RECALDE, M; BARRAUD, A. Competitividad de la carne vacuna en Argentina. *Actualidad Económica*. N° 52. Ene-Jul. 2002.
- RODRÍGUEZ, J. La Ley de Tierras y los cambios estructurales en la agricultura moderna venezolana. *Derecho y Reforma Agraria. Ambiente y Sociedad*. Mérida. N° 37. p. 95-124. Dez. 2011.
- RODRÍGUEZ, J. Cambios en el consumo de carnes en Venezuela, sus implicaciones en la producción en el período 1999 a 2010. *Alcance*. Edición especial. Jul. 2012.
- ROJAS, P; SEPÚLVEDA, S. Competitividad de la agricultura: Cadenas agroalimentarias y el impacto del factor localización espacial. San José: IICA. *Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura*. 24 p. 1999. Serie de Cuadernos Técnicos.
- ROJAS, J; ROJAS, E; TRIANA, M. Cambios recientes em la producción de los sistemas avícolas y porcícolas de Venezuela. *Revista Geográfica Venezolana*. Vol43. N° 2. p. 291-309. 2002.

- RUNRUNES. Las cifras de escasez de alimentos que el gobierno no quiere ver. [online]. 2015. Disponível em: <http://runrun.es/la-economia/208057/las-cifras-de-la-escasez-de-alimentos-que-el-gobierno-no-quiere-ver.html>. edição 16/06/2015. [Acesso: dezembro 2015].
- SALAZAR, M. La presentación de las ventajas comparativas: una nota pedagógica. *Revista de Economía Institucional*. Vol 8. Nº 14. 263-275 p. 2006.
- SANDRONI, P. *David Ricardo. Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1996. 301 p.
- SAVIROFF. Visión estratégica de la cadena cárnica de bovinos de Venezuela. Caracas. *MAC-MIC-IICA*. 1998. (Serie cadenas agroproductivas. v. 2).
- SEGOVIA, E; JEREZ-TIMAURE, N. Nudos críticos en la cadena cárnica bovina. In: *Desarrollo Sostenible de la Ganadería Doble Propósito*. C González-Stagnaro, N Madrid Bury, E Soto Belloso (eds). Fundación GIRARZ. Ediciones Astro Data S.A. Maracaibo. Capítulo LXVIII: 805-817 p. 2008.
- SEQUERA, I. *Dinámica de la agricultura y su expresión en Venezuela*. Caracas: Banco Central de Venezuela. 1989. 331 p.
- SILVA, C.A; BATALHA, M.O. Competitividade em sistemas agroindustriais: Metodologia e estudo de caso. In: *II Workshop brasileiro de gestão de sistemas agroalimentares*. PENSA-FEA-USP. Ribeirão Preto. 9-20. 1999.
- SIQUEIRA, T. Competitividade sistêmica: Desafios para o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro. Vol 16. Nº 31. p. 139-184. Jun. 2009.
- SPIEGEL, M. *Estatística: resumo da teoria, 875 problemas resolvidos, 619 problemas propostos* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1977. 580 p.
- STANLAKE, G. *Introdução à economia*. 5ª edição. Tradução de: Paula de Seixas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1993. 757 p.
- STEINBERG, F. La Economía política del proteccionismo. *Cuadernos de Economía*. Bogotá. Vol 29. 65-96 p. 2006.
- SUMARIUM. ¿Por qué aumenta el dólar paralelo em Venezuela? Analistas lo explican. [online].2015. In: Sumarium. Caracas. edição. 22/05/2015. Disponível em: <http://sumarium.com/por-que-aumenta-el-dolar-paralelo-en-venezuela-analistas-lo-explican/>. [Acesso: janeiro 2016].
- TEIXEIRA, E. *As três metodologias. Academia, da ciência e da pesquisa*. Petrópolis. Vozes. 2005
- TORO HARDY, J. El capitalismo rentístico en Venezuela: un país petrolero. [online] documento eletrônico na Internet. 2004. Disponível em: <http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/DocElCapitalismoRentisticoToroHardyCrisisGlobal.pdf> . Caracas. 2009. [Acesso: outubro 2015].
- TRUJILLO, N. Juan Vicente Gómez: El Benemérito ganadero en las sabanas del rio Sarare, 1910-1925. *Revista Heurística*. Nº 10. Jul-Dez. 2008.
- TURMO, J. La política comercial y el comercio internacional. El bilateralismo, el multilateralismo y el sistema GATT-OMC en perspectiva histórica. *Boletín Económico de ICE*. Nº 2880. Jun. 2006.
- UNIVERSIDAD DE VIGO. Heterocedasticidad. [online] documento eletrônico na Internet. 2015. Disponível em: <http://cjardon.webs.uvigo.es/Transparencias/Unidad7.pdf> [Acesso: dezembro 2015].
- URBANO, D; DÁVILA, C; CASTRO, F. Producción de pastos y forrajes, base de la alimentación sustentable para los bovinos. In: *Congreso Venezolano de Producción e Industria Animal*. Maracaibo. 2008.

USDA. Production, supply and distribution. [online] base de dados na Internet. 2015. United States Department of Agriculture. Foreign Agriculture Service. Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdquery.aspx>. [Acesso: dez 2015].

VALOR ECONÔMICO. PF deflagra “Operação Berrante” contra fraude em exportações de gado. [online] jornal eletrônico na Internet. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3317014/pf-deflagra-operacao-berrante-contra-fraudes-em-exportacoes-de-gado>. [Acesso: dezembro 2015].

VARELA, G. La carne de vacuno en la alimentación humana. *Fundación Española de la Nutrición*. Madrid. Nº 16. 2001.

VASCONCELLOS, M; GARCIA, M. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saravia. 2000. 240 p.

VENEZUELA. Decreto Presidencial Nº 181. Gaceta Oficial Extraordinária Nº 4.737, de 29 de junho de 1994. 1994.

VENEZUELA. Decreto Presidencial Nº 181. Gaceta Oficial Nº 36.242, de 09 de julho de 1997. 1997.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Gaceta Oficial Nº 38.860, de 30 de dezembro de 1999. 1999.

VENEZUELA. Ley de Tierras y Desarrollo Agrario. Gaceta Oficial Nº 37.323, de 13 de novembro de 2001. 2001.

VENEZUELA. Decreto Nº 2.303. Gaceta Oficial Nº 37.625, de 05 de fevereiro de 2003. 2003a.

VENEZUELA. Decreto Nº 2.304. Gaceta Oficial Nº 37.626, de 07 de fevereiro de 2003. 2003b.

VENEZUELA. Resolución DM/Nº 029 . Gaceta Oficial Nº 37.629, de 11 de fevereiro de 2003. 2003c.

VENEZUELA. Resolución Nº 085 . Gaceta Oficial Nº 37.717, de 23 de junho de 2003. 2003d.

VENEZUELA. Resolución Nº 088 . Gaceta Oficial Nº 37.728, de 09 de julho de 2003. 2003e.

VENEZUELA. Ley de Protección al Consumidor y el Usuario. Gaceta Oficial Nº 37.930, de 04 de maio de 2004. 2004.

VENEZUELA. Reforma a la Ley de Tierras y Desarrollo Agrario. Gaceta Oficial Extraordinária Nº 5.771, de 18 de maio de 2005. 2005.

VENEZUELA. Ley Reforma Parcial de la Ley que Establece el Impuesto al Valor Agregado. Gaceta Oficial Nº 38.424, de 26 de abril de 2006. 2006a.

VENEZUELA. Protocolo de Adhesión al MERCOSUR. Gaceta Oficial Nº 38.482, de 19 de julho de 2006. 2006b.

VENEZUELA. Resolución DM/Nº 222. Gaceta Oficial Nº 38.629 de 21 de fevereiro de 2007. 2007a.

VENEZUELA. Decreto Nº 5.212 reforma de la Ley Reforma Parcial de la Ley que Establece el Impuesto al Valor Agregado. Gaceta Oficial Nº 38.632 de 26 de fevereiro de 2007. 2007b.

VENEZUELA. Decreto Nº 6.129. Ley de Salud Agrícola Integral, de 03 de junho de 2008. 2008a.

VENEZUELA. Ley Orgánica de Seguridad y Soberanía Agroalimentaria. Gaceta Oficial Nº 5.891, de 31 de julho de 2008. 2008b.

VENEZUELA. Resolución Conjunta. Gaceta Oficial Nº 38.991, de 11 de agosto de 2008. 2008c.

VENEZUELA. Convenio Cambiário Nº 14. Gaceta Oficial Nº 39.342, de 08 de janeiro de 2010. 2010a.

VENEZUELA. Decreto Nº 7.540. Gaceta Oficial Nº 39.474 de 27 de julho de 2010. 2010b.

- VENEZUELA. Reforma a la Ley de Tierras y Desarrollo Agrario. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 5.991, de 29 de julho de 2010. 2010c.
- VENEZUELA. Convenio Cambiário N° 14. Gaceta Oficial N° 39.584, de 30 de dezembro de 2010. 2010d.
- VENEZUELA. Resolución Conjunta. Gaceta Oficial N° 39.698, de 17 de junho de 2011. 2011.
- VENEZUELA. Resolución Conjunta. Gaceta Oficial N° 40.169, de 17 de maio de 2013. 2013a.
- VENEZUELA. Decreto N° 601. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 6.116, de 29 de novembro de 2013. 2013b.
- VENEZUELA. Decreto N° 600. Ley Orgánica de Precios Justos. Gaceta Oficial N° 40.340, de 23 de janeiro de 2014. 2014a.
- VENEZUELA. Reglamento parcial de la Ley Orgánica de Precios Justos. Gaceta Oficial N° 40.347, de 3 de fevereiro de 2014. 2014b.
- VENEZUELA. Decreto N° 928. Gaceta Oficial N° 40.397, de 23 de abril de 2014. 2014c.
- VENEZUELA. Decreto Presidencial N° 1.285. Gaceta Oficial N° 40.513, de 08 de outubro de 2014. 2014d.
- VENEZUELA. Decreto Presidencial N° 1.405. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 6.150, de 29 de 18 de novembro de 2014. 2014e.
- VENEZUELA. Convenio Cambiário N° 33. Gaceta Oficial Extraordinaria N° 6.171, de 10 de fevereiro de 2015. 2015a.
- VENEZUELA. Providencia Administrativa N° 038/2015, de 20 de fevereiro de 2015. 2015b.
- VENEZUELA. Decreto N° 1.764. Gaceta Oficial N° 40.659, de 13 de maio de 2015. 2015c.
- VENEZUELA. Providencia Administrativa N° 055/2015, de 01 de junho de 2015. 2015d.
- VENEZUELA. Resolución Conjunta. Gaceta Oficial N° 40.734, de 28 de agosto de 2015. 2015e.
- VILLAGRASA, J. Globalización, comercio internacional, proteccionismo y aduanas. *Ecclesia*. N° 4. p.471-477. 2006.
- VITALE, L. Contribución al bicentenario de la revolución por la independencia de Venezuela. *Universidad de Chile*. 2002.
- WISE, T. Subsidios agrícolas, dumping y reformas en políticas. [online] documento eletrônico na Internet. 2004. Disponível em: <http://www.ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/TWAgSubsidiesPuentesJune04.pdf>. [Acesso: setembro 2015].
- World Bank Commodity Price. Commodity Markets. [online] base de dados na Internet. 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. [Acesso: jan 2016].
- ZYLBERSTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: Zylberstajn, D; Neves, M. *Gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira., Cap. 1. pp 1-21. 2000.